

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH

JEAN REIS DE ALMEIDA

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO
TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES
SATERÉ-MAWÉ (CPSM).



MANAUS/AM - 2021

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS – PPGICH

JEAN REIS DE ALMEIDA

EXAME DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO
TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES
SATERÉ-MAWÉ (CPSM).

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas-
PPGICH, da Universidade do Estado do
Amazonas-UEA, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Humanas.

ORIENTADORA: PROF^a DRA. JOCILENE GOMES DA CRUZ

MANAUS/AM
2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

A447o Almeida, Jean Reis de

Organizações indígenas e as estratégias para a gestão do território: uma análise a partir do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM). / Jean Reis de Almeida. Manaus : [s.n], 2021.

140 f.: color.; 30 cm.

Dissertação - PGSS - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Mestrado) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

Inclui bibliografia

Orientador: Jocilene Gomes da Cruz

1. Terra Indígena. 2. comércio justo. 3. organização social. 4. bem-viver. I. Jocilene Gomes da Cruz (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Organizações indígenas e as estratégias para a gestão do território: uma análise a partir do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM).

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

JEAN REIS DE ALMEIDA

**ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO
TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES
SATERÉ-MAWÉ (CPSM).**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas-
PPGICH, da Universidade do Estado do
Amazonas-UEA, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Humanas.

Dissertação defendida e aprovada no dia 31 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Jocilene Gomes da Cruz. Presidente.
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo.
Membro Interno.
Universidade do Estado do Amazonas

Prof. Dr. Cloves Farias Pereira.
Membro Externo
Universidade Federal do Amazonas

**MANAUS/AM
2021**

*“Eu vivia em plena harmonia com a natureza
mas um triste dia o kariwa invasor
no meu solo sagrado pisou*

*Desbotando o verde das florestas
garimpando o leito desses rios
já são cinco séculos de exploração
mas a resistência ainda pulsa no meu coração...”*

Índio do Brasil - Boi Garantido

Dedicatória

Ao meu avô José Raimundo dos Reis (in memoriam), a cada página escrita deste trabalho foi pensando em você, sinto sua falta todos os dias, sei que aonde estiver estará torcendo por mim, o senhor não imagina o quão está sendo difícil escrever essas palavras sem me emocionar;

Aos meus pais Ana Maria e João Batista, sou grato por tudo, não sou nada sem vocês. Mãe, te amo! Ao meu irmão José Reis e minha querida sobrinha Alice;

Em nome de meu avô paterno José Almeida (in memoriam) dedico a todas as vítimas da Covid-19;

A todos profissionais de Saúde, por tanta dedicação para salvar vidas nesse cenário triste que estamos enfrentando, logo isso irá passar.

AGRADECIMENTOS

O processo de construção desta dissertação implicou atos de afeto, de esforço, solidão, cansaço. Contudo, traz um amadurecimento físico e intelectual, pude aprender muitas coisas humanas que irei levar para minha vida daqui e praticá-la. Por toda experiência e aprendizagem, eu agradeço ao povo Sateré-Mawé, em nome do Tuxaua Presidente do CGTSM, Obadias Batista e ao presidente do CPSM, Sérgio Batista por me possibilitarem a construção de parte essencial desta pesquisa. Waku Sese!

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo apoio na qualidade de Bolsista, sem a mesma não conseguira realizar esta pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Jocilene pela sua participação ativa nas etapas da construção desta dissertação, obrigado por sua gentileza, conselhos, cobranças, incentivos, preocupações, por todo o aprendizado durante este período, serei eternamente grato.

Agradeço aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade de participar e pelas contribuições pessoais acerca desta dissertação.

Agradeço ao colegiado do curso de Administração, do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ/ Campus Parintins. Pela amizade, carinho e aprendizagem durante minha passagem na docência nos últimos quatro anos, em nome dos amigos pessoais William Barreto e Silvane Mascarenhas agradeço a todos os professores. Assim como agradeço aos alunos com quem tive a oportunidade de compartilhar conhecimentos.

A Comissão de Artes, do Instituto Boi Bumbá Garantido, em nome do meu tio Roberto Reis, obrigado tio por me proporcionar essa oportunidade, aos amigos Marialvo Brandão, Fred Góes, João Melo, Edwan Oliveira, meu amigo Emerson Brasil, especialmente por proporcionar essa linda arte da capa de minha dissertação. Aos amigos desenhistas Iran Martins, Anderson Martins, Hiago Repolho, Arthur Góes, Alexandre Haidos, Dermison Salgado, Adson Lago (*in memoriam*), Roni. A todos vocês por me acolherem durante todos esses anos, considero vocês minha segunda família, entrei com 17 anos de idade e tive que me ausentar em 2019 para realizar essa pós-graduação.

Meus amigos desde ensino fundamental que levo até hoje esse companheirismo, Wesley Tavares, Luan Pablo, Dihego Souza, Fredinho Góes, Bruna Souza, Nádia Almeida, José Akikó, Heloísa Souza, Izoneide Leite, Adriano Lopes, Juliano Leal, Sendy Lee, Alcimery Nascimento, Renilson Júnior.

Aos amigos de graduação, a minha prima Larissa Ribeiro, Jucineudo Matos, Ronan Farias, Hevelyn Silva, Bruna de Deus, Carliete Castro, Thays Tenório, Mauro Reis, Ivaney Azedo, Izandra Batista, Myrian Macêdo, Luciany Castro.

Aos amigos, Luciana Cobra, Rayath Melina, Érica Gomes, Dayse Mendes, Rafaela Soares, Irlan Rocar, Rainer Sarmento, Marina Freire, Maiara Ferreira, Françoan Dias, Richard Coelho, Suzane Oliveira, Kelly Macêdo, Mara Duarte, Daniela Glória, Daniela Gato, Larissa Gabrielle.

À Gabis Domanski Zaleski por todo o carinho, por sua companhia mesmo que Curitiba seja longe de Manaus, mas você me faz sentir próximo de ti todos os dias.

Aos meus colegas, amigos que adquiri nesse mestrado, Georgia Daou, Maria Inah, Luiz Carlos Braga, Luan Cristóvão, Luciano Sá, assim como aos demais colegas da turma de 2019. Agradeço a Gigi Pozzetti e sua família por todo o apoio e por serem tão acolhedores durante este período em que tive que morar em Manaus, sempre me receberam com muito carinho e afeto.

Agradeço a vivência e energias da Natureza, que durante toda a construção desta pesquisa busquei entrar em contato com o ambiente para canalizar inspiração, forças e tranquilidade.

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO

No presente estudo refletimos sobre a organização do povo Sateré-Mawé em torno da venda de produtos advindos da biodiversidade da Terra Indígena Andirá-Marau, os quais estão intrinsecamente ligados à cultura do referido povo. Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI (2018), o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), contempla 450 produtores indígenas cadastrados e 306 adequados para a comercialização do guaraná, sendo responsável pela regulamentação e auxílio das atividades de cultivo, manejo e comercialização da produção, além de financiar a administração autônoma da Terra Indígena. O consórcio é considerado pelas lideranças indígenas como o “braço econômico da nação Sateré-Mawé”, estando articulada e organizada no Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé. A pesquisa teve como objetivo analisar a criação do Consórcio, assim como conhecer os produtos da natureza comercializados pelos indígenas e, ainda, a contextualização do waraná, que tem valor cultural para o referido povo. A metodologia de pesquisa se consistiu por via qualitativa, por sua relevância aos estudos das relações sociais e à pluralização das esferas da vida que possibilita analisar diretamente o indivíduo, o grupo ou uma instituição. Entre os achados da pesquisa evidenciamos um tipo de comercialização com finalidade distinta do modo capitalista de produção, pois conforme os relatos das lideranças Sateré-Mawé, os produtos colocados à venda representam resistência cultural e identitária, sendo uma forma estratégica de colocar no mercado produtos imbuídos de valor cultural que mobilizam ações em torno de políticas de proteção do território, preservação da biodiversidade, gerando uma economia da cultural para o bem-viver dos indígenas.

Palavras-chave: Terra Indígena; comércio justo; organização social; bem-viver.

ABSTRACT

In the present study, we reflected on the organization of the Sateré-Mawé people around the sale of products derived from the biodiversity of the Andirá-Marau Indigenous Land, which are intrinsically linked to the culture of that people. According to the National Indian Foundation - FUNAI (2018), the Consortium of Sateré-Mawé Producers (CPSM), includes 450 registered indigenous producers and 306 suitable for the commercialization of guaraná, being responsible for the regulation and assistance of cultivation, management and commercialization of production, in addition to financing the autonomous administration of the Indigenous Territory. The consortium is considered by the indigenous leaders as the “economic arm of the Sateré-Mawé nation”, being articulated and organized in the General Council of the Sateré-Mawé Tribe. The research had as objective to analyze the creation of the Consortium, as well as to know the products of the nature commercialized by the natives and, still, the contextualization of the warana, that has cultural value for the referred people. The research methodology consisted of a qualitative approach, due to its relevance to the studies of social relations and the pluralization of the spheres of life that makes it possible to directly analyze the individual, the group or an institution. Among the research findings, we highlight a type of commercialization with a purpose different from the capitalist mode of production, because according to the reports of the Sateré-Mawé leaders, the products offered for sale represent cultural and identity resistance, being a strategic way of placing imbued products on the market. of cultural value that mobilize actions around policies to protect the territory, preserve biodiversity, generating a cultural economy for the well-being of the indigenous people.

Keywords: Indigenous Land; fair trade; social organization; well-being.

LISTA DE SIGLAS

ACOPIAMA	Associação e Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia
AGROFRUT	Cooperativa Agrofrutíferas dos Produtores de Uruará
AMISM	Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé
API	Academia de Propriedade Intelectual
CF	Constituição Federal
CGTSM	Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPSM	Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DO	Denominação de Origem
ECOCERT	Organismo de Inspeção e Certificação
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FCP	Forest Garden Products
FGT	Florest Garden Program
GATI	Projeto Gestão Territorial e Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEI	Instituto de Cooperação Econômica da Itália
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas
IFAT	Internacional Federation of Alternative Trade
IG	Indicações Geográficas
IMOCERT	Certificacion de Productos Ecológicos
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
LAW	Livre Academia Wará
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Industrial e Exterior
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIESM	Projeto Autônomo Integrado de Etnodesenvolvimento Sateré-Mawé
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIFA	Red Internacional de Forestería Análoga
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TI	Terra Indígena
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNI	União das Nações Indígenas
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1: Mapa da Terra Andirá- Marau com a identificação das comunidades indígenas.	16
Figura 2: Reunião entre os clãs do povo Sateré.....	40
Figura 3: Assembleia Geral do Povo Sateré-Mawé no ano de 1981, após a invasão da empresa petrolífera Elf-Aquitaine.....	41
Figura 4: Segunda bandeira do CGTSM, criada pelo Tuxaua Zuzu em 1999.....	42
Figura 5: Estrutura Organizacional CGTSM.....	44
Figura 6: Paraíso Nusoken.....	48
Figura 7: Logomarca do Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM).	58
Figura 8: Logomarca dos produtos Nusoken.....	59
Figura 9: Guaraná.....	67
Figura 10: Embalagem final do pó de guaraná para a comercialização	68
Figura 11: Rótulo do guaraná em pó	68
Figura 12: Semente do cumaru.....	69
Figura 13: Embalagem final do óleo de cumaru	70
Figura 14: Rótulo do óleo de cumaru	71
Figura 15: Copaíba	72
Figura 16: Embalagem final do óleo de copaíba para a comercialização	73
Figura 17: Rótulo do óleo de copaíba.....	74
Figura 18: Produtos Nusoken	75
Figura 19: Placa de Unidade de Beneficiamento de Parintins.....	79
Figura 20: : Dependências do consórcio	79
Figura 21: Entrada da Aldeia Vinte Quilos	80
Figura 22: Pousada Aldeia Vinte Quilos	80
Figura 23: Presidente do CPSM, Sérgio Garcia Batista	82
Figura 24: Mapa Área Indígena do rio Andirá	83
Figura 25: Presidente do CGTSM, Tuxaua Obadias Garcia Batista	86
Figura 26: Logomarca empresa Altromercato.....	91
Figura 27: Bebida Guaranito	92
Figura 28: Logomarca da empresa Guayapi Tropical	92
Figura 29: Guayapi Tropical.....	93
Figura 30: Certificadora associada ao Instituto Brasil Orgânico.....	97
Figura 31: Imocert	98
Figura 32: Garden Products.....	98
Quadro 1: O processo para institucionalização do Projeto Waraná	60
Quadro 2: Produtos Nusoken.....	64
Tabela 1: Distribuição do preço do produto Waraná.....	94
Tabela 2: Comercialização dos produtos no ano de 2020	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - POVOS INDÍGENAS EM MOVIMENTO: lutas por direitos e as estratégias de gestão dos territórios	20
1.1. Povos indígenas, territórios e os pressupostos da gestão territorial e ambiental.	21
1.1.1. Terra, Território e Ambiente Indígena.	22
1.1.2. Gestão Ambiental	26
1.1.3. Gestão Territorial	29
1.2. Movimento Indígena na Contemporaneidade	33
CAPÍTULO II - WARANÁ: A FORÇA DA VALORIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU	36
2.1 Associativismo Indígena	36
2.2 Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM).	38
2.3 A gênese do Waraná	46
2.4 “Projeto “Sateré”	50
2.5 A criação da Associação “Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé – CPSM”	52
2.6 Produtos da Natureza	63
2.6.1. Guaraná (Paullinia Cupana)	66
2.6.2. Cumarú (Dipteryx odorata)	69
2.6.3. Copaíba (Copaifera Longsdorffii)	71
CAPÍTULO III - PROTAGONISMO INDÍGENA: OS DESAFIOS DA AUTONOMIA SATERÉ-MAWÉ	76
3.1 Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento Sateré-Mawé: mobilizando o presente e projetando o futuro	76
3.2 Comércio Justo: a inserção da política Sateré-Mawé na Economia Solidária.	83
3.3 Parceiros comerciais europeus	90
3.4 Certificações Ambientais	94
3.5 Impactos da pandemia na comercialização dos produtos Nusoken.	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	120
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada pelas lutas em defesa de seus territórios desde a época da colonização portuguesa. No período atual, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), tornou-se um dos principais instrumentos de mobilização em torno dos direitos indígenas, em especial, os fundiários.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) caracteriza Terras Indígenas (TI) como uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada(s) para suas atividades produtivas. As terras indígenas podem ser categorizadas de três formas: a) terras que foram desde seu início ocupadas pelos indígenas; b) terras que foram reservadas especificamente para os índios, e; c) terras de domínio dos indígenas ou das comunidades (VILLAS-BÔAS; BARRETO, 2005). As TIs representam hoje 12,74% do território nacional e cumprem a função constitucional de garantir os meios necessários à sobrevivência física e cultural dos povos originários. Em paralelo aos direitos fundiários dos povos originários, percebe-se uma tendência crescente de conceber as TIs também como propícias à preservação ambiental e conservação da biodiversidade. A política indigenista atual parte do pressuposto de que a regularização das TIs é essencial no processo de reconhecimento dos direitos fundiários e ambientais dos povos originários.

Viver em terras demarcadas com suas linhas limítrofes definidas colocou para as comunidades indígenas vários desafios. Dentre estes desafios existentes, destacam-se: assegurar a salvaguarda de suas culturas; garantir meios de vida para as gerações atuais e vindouras; utilizar os recursos naturais de maneira ecologicamente assertiva; fiscalizar os limites de suas terras com vistas a evitar eventuais invasões; manejar recursos para atender demandas das comunidades e entre outras estratégias. Entretanto, estas situações complexas são enfrentadas pelos indígenas sem o suporte de uma política pública que os auxiliem na concretização de tais propósitos.

Em âmbito local, no estado do Amazonas, um dos resultados da luta do povo indígena Sateré-Mawé, foi à demarcação e homologação da Terra Indígena Andirá-Marau e a criação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), a associação geral do referido povo, que reúne todos os *tuxauas*¹, com o intuito de conservar, preservar e utilizar de forma ecologicamente correta os recursos naturais das terras indígenas. Estas ações devem ser realizadas com o intento de garantir a inviolabilidade do patrimônio indígena, bem como a melhora das condições de vida e a criação de um ambiente propício para a reprodução cultural

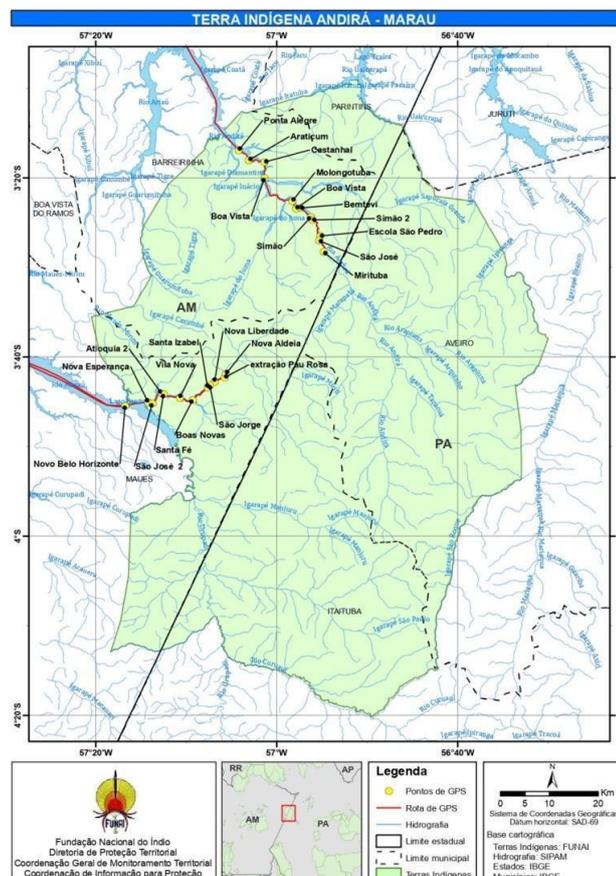
¹ Termo que utilizam para designar as lideranças políticas das comunidades e aldeias.

e física dos indígenas. Tais iniciativas devem ser realizadas com vistas a garantir o respeito à autonomia sociocultural dos povos indígenas (NUSOKEN, 2019).

A TI Andirá-Marau está localizada entre os estados do Amazonas e Pará, abrangendo os municípios de Aveiro e Itaituba (PA), Barreirinha, Maués e Parintins (AM), nas calhas dos rios Urupadi, Marau, Andirá e Uaicurapá. Foi homologada em 1986 com uma área de 788.528 hectares, dos quais 3% estão em sobreposição com a Floresta Nacional do Pau-rosa e 11% em sobreposição com o Parque Nacional da Amazônia. É constituída por 103 aldeias e sítios ao longo das calhas dos principais rios (BRASIL, 2019). Atualmente conta com aproximadamente 13.350 pessoas, falantes da língua Mawé e com domínio do português (IBGE, 2010).

A referida terra é de acordo com a FUNAI (BRASIL, 2019) uma das onze Terras Indígenas brasileiras com maior população, na figura 1, podemos verificar as comunidades que a compõem e os municípios nos quais elas estão localizadas.

Figura 1: Mapa da Terra Andirá- Marau com a identificação das comunidades indígenas.



Fonte: Amazônia Legal, 2019.

Cuidar do território e o jeito de viver indígena cooperam com um forma mais sustentáveis e respeitosa com a natureza e suas dimensões culturais e sagradas. Esse cuidar que eles sempre fizeram e ainda fazem, associados à conservação da biodiversidade, são fundamentais para os seus projetos de futuro. Portanto, é desejável a inclusão da perspectiva dos povos indígenas na construção de uma política de gestão ambiental e territorial da qual são beneficiários e partícipes.

Os Sateré-Mawé são descendentes dos povos denominados, no passado, pelo nome de Andirá e Maraguá, que faz parte da área cultural Tapajós-Madeira entre a divisa dos atuais estados do Amazonas e Pará, delimitando ao norte pelas Ilhas Tupinambaranas (rio Amazonas) e ao sul pelas cabeceiras do rio Tapajós, ocupa também uma pequena área da Terra indígena Koatá-Laranjal em coabitação com o povo Munduruku. O termo indígena Sateré significa “lagarta de fogo” e indica a denominação do clã de grau mais elevado na organização social da tribo. Por sua vez, o verbete Mawé quer dizer papagaio curioso e inteligente e diferentemente do que ocorre com a palavra Sateré não faz referência a nenhuma nomenclatura do clã desta comunidade indígena.

De modo a apreender o problema, destacamos algumas questões vistas como essenciais no processo de construção dos dados, como o que levou os Sateré-Mawé a vender produtos antes usados unicamente para fins alimentícios, curativos e ritualísticos, a exemplo do guaraná? Como se dá a organização do referido povo em torno da produção do guaraná para a comercialização? Quais os impactos dessa comercialização no contexto das comunidades diretamente envolvidas com a comercialização do guaraná? Quais ações o Consórcio dos produtores tem mobilizado em termos de conservação e sustentabilidade ambiental, a partir da comercialização do guaraná? Essas foram as questões norteadoras do presente estudo.

Dentre os objetivos da pesquisa propôs-se analisar as estratégias do povo Sateré-Mawé em torno das alternativas de renda sustentável e da proteção dos territórios por meio da criação de organizações indígenas formais e da comercialização de produtos advindos da cultura indígena. Tendo como objetivos específicos, identificar os fatores que motivaram o povo Sateré-Mawé a se organizar por meio de organizações formais nos moldes da sociedade ocidental; contextualizar o processo de criação e consolidação do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé e a comercialização de produtos cultivados pelos indígenas, a exemplo do guaraná; e verificar os impactos do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé concernente à proteção dos territórios e a produção de renda por meio do comércio justo.

A pesquisa está pautada nas premissas sobre a abordagem qualitativa apontadas por Flick (2009). A prática deste tipo de pesquisa permite a compreensão da dinâmica presente nas relações sociais, bem como a análise direta sobre o sujeito, agrupamento de pessoas ou instituições. Trata-se de uma abordagem propícia para abordar contextos sociais e os objetos de pesquisa presentes nestes cenários que serão observados pelo pesquisador.

A pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma orientação que abriga tendências diversas e pressupostos com raízes filosóficas distintas. Entretanto, a falta de uma fundamentação consistente pode resultar em oposição gratuita e infundada à mensuração e levar a uma rejeição elementar dos fundamentos e métodos de validação dos conhecimentos.

O desenho metodológico que constituirá a abordagem qualitativa para aprendermos o objeto proposto neste trabalho, se dará mediante uma triangulação metodológica (FLICK, 2009), composta por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No caso do trabalho de campo, em decorrência da pandemia do coronavírus, foram feitas algumas adaptações, como a realização de diálogos por meio de plataformas digitais.

A pesquisa de campo reúne um conjunto de ações que vão desde a observação direta nas reuniões e/ou assembleias organizadas pelo CGTSM, bem como durante as visitas para conversas informais na sede da associação, como também entrevistas semiestruturadas com as lideranças indígenas ligadas direta e indiretamente ao CGTSM e ao Nusoken, sem excluir eventuais entrevistas com os moradores das comunidades indígenas que estejam participando de reuniões e/ou assembleias organizadas pelo CGTSM. Em virtude da Pandemia da Covid-19 (LIMA et al., 2020), essas atividades de campo ganharão um outro formato, seguindo os protocolos de biossegurança. Vale destacar que antes da Pandemia algumas entrevistas informais e também algumas estruturadas (PRODANOV; FREITAS, 2013) já haviam sido realizadas com algumas lideranças indígenas ligadas direta e indiretamente com o objeto da pesquisa.

Durante o trabalho de campo foi realizada a observação direta na sede da Associação do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) – Nusoken localizada na cidade de Parintins-AM, pois, é na sede que é feito o beneficiamento e a embalagem do guaraná e dos outros produtos produzidos pelos Sateré-Mawé associados em Parintins, Barreirinha e Maués (AGUIAR, 2018; NASCIMENTO, 2016). Consideramos que o acompanhamento dessas atividades nos propiciará entender as dinâmicas de trabalho, as referências simbólicas, históricas e socioculturais dos Sateré-Mawé.

A soma desses instrumentos nos permitiu trilhar caminhos para apreender o tipo de gestão empreendida pelos membros do Consórcio, a dinâmica envolvendo a comercialização de produtos nativos e os propósitos imbuídos desses produtos, tais como: luta, resistência, identidade cultural, e outros, atribuídos aos produtos como uma forma estratégica de agregar valor e evidenciar, sua cultura, e , ainda, fortalecer a autonomia política para gerenciar o seu território por meio da economia gerada pela marca Nusoken.

A dissertação está organizada em três capítulos. O Capítulo I discorre sobre as questões intrínsecas ao primeiro objetivo específico deste projeto, que visa desvelar os motivos pelos quais o povo Sateré-Mawé empreendeu uma luta em torno de seus direitos. Esta parte da dissertação busca contextualizar a história de resistência dos Sateré, apontando a importância da conservação da Terra Indígena Andirá-Marau para o referido povo.

O Capítulo II mostrará o associativismo indígena com o surgimento da associação do Conselho Geral da Tribo Sateré- Mawé (CGTSM) é caracterizado, listando seus principais desafios e estratégias aos problemas enfrentados pela etnia. de uma forma mais detalhada e aprofundada a criação do Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (CPSM), este consórcio é um processo de organização política e comercial que é considerado o “braço econômico” do referido povo, articulada e organizada por meio do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé. O Consórcio surgiu em 1993 com o propósito de garantir que os direitos e produtos do povo Sateré-Mawé fossem valorizados, tendo em seu tripé as vias econômica, social e ambiental, de modo a evidenciar as motivações para a seu surgimento e o papel que desempenha hoje, dando destaque para as estratégias empreendidas desde a sua criação com a inspiração dos produtos da marca Nusoken, no que tange a promoção de agregar valor da identidade étnica e a proteção dos territórios.

O Capítulo III descreve os resultados da pesquisa. Para o alcance deste intento, considerou-se a percepção dos integrantes da cadeia associativa Sateré-Mawé a respeito dos benefícios que são gerados na prática por essa autonomia indígena ao seu povo, adotado pela política de etnodesenvolvimento. Trazendo uma discussão de conceitos de terra, território , além apontar o protagonismo do povo Sateré, frente a comercialização no âmbito do comércio justo e os impactos ocorridos dos produtos Nusoken diante a pandemia.

CAPÍTULO I - POVOS INDÍGENAS EM MOVIMENTO: lutas por direitos e as estratégias de gestão dos territórios

*“Nós fomos os primeiros a ter a Terra Indígena demarcada no estado do Amazonas”
(Obadias Batista, Presidente do CGTSM, 2021).*

Remanescentes de um grande contingente populacional, as estimativas históricas indicam a existência de cerca de 5 milhões de indígenas quando da chegada dos europeus, no século XVI (LUCIANO, 2006; RAMOS et al., 2019). Dentre os povos indígenas sobreviventes, cada um deles tem um modo próprio de ser e uma visão de mundo específica. Esta diversidade se manifesta nas tradições, nos cantos, nos mitos, na arte, na economia, na história e nas línguas (DELGADO; JESUS, 2018).

Infelizmente, é preciso reconhecer que é num contexto de conflito que se entende a presença indígena no Brasil de hoje, o qual é permeado por desinformação, preconceito, genocídio e intolerância. De um lado, há um movimento indígena e uma parcela da opinião pública favorável à promoção de melhores condições de vida para os povos indígenas. De outro, estão os que os enxergam como entraves ao processo de desenvolvimento brasileiro, principalmente no âmbito do agronegócio (ANDRADE, 2019). Nesse estado de ideias conflitantes, os indígenas enfrentam dificuldades de se adaptar e relacionar com a nossa sociedade e reivindicam novas formas de relacionamento com o Estado e com os segmentos da sociedade com os quais têm contato.

Matos (2016) pondera que não apenas o povo Sateré-Mawé, mas também outros povos convivem em uma relação considerada interétnica com a sociedade em função da luta pela vida. Muitos povos indígenas tiveram que encontrar novas formas de inserção social. Apenas a demarcação das terras não foi o suficiente. Os indígenas constituíram estreitas relações com entidades não governamentais para afirmar a sua cidadania contra a tutela. Essa influência mútua com a sociedade contribui para que as lideranças indígenas adotassem alguns discursos e medidas de conscientização voltadas como a luta ecológica e o desenvolvimento sustentável frente ao homem ocidentalizado. Estas mobilizações explicam as grandes novidades obtidas na Constituição Federal (BRASIL, 1988), reconhecendo os direitos históricos, assim como as posses de terras para esta gente.

1.1. Povos indígenas, territórios e os pressupostos da gestão territorial e ambiental.

Ter uma identidade é ter uma memória própria, por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades e também, pela atual Constituição, o fundamento dos direitos territoriais indígenas e particularmente da garantia de suas terras. Sobre este ponto, há, porém que se entender que cabe restabelecer a importância da memória indígena, transmitida por tradição oral, recolhendo-se, dando voz a legitimidade em justiça, que não caiba provar a ocupação indígena com os documentos escritos (CUNHA, 1992).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2013), baseada nos direitos constitucionais dos povos indígenas, em um dos capítulos específicos da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e considerando o fato do Brasil ter uma diversidade de pessoas e realidades culturais, destaca-se a elaboração de políticas públicas, com o intento de que as diferenças possam ser reconhecidas e respeitadas. Isto é uma forma de promover o acesso a direitos e cidadania para todos, e de formas específicas em determinados segmentos da sociedade brasileira, como é o caso dos povos indígenas.

Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas que marcam diferentes áreas temáticas como a área da saúde, educação, regularização fundiárias, dentre outras. A garantia do direito do acesso aos serviços de saúde se elevou recentemente com a problemática da pandemia de Covid-19 (LIMA et al., 2020). O aumento das necessidades de bens e serviços externos provoca alterações significativas nos modos de vida dos povos indígenas, refletindo em novas formas de organização do espaço e das atividades produtivas e cotidianas. Isto também reflete em novas maneiras de como usufruir da gestão do ambiente. Essas mudanças demandam novas estratégias para pensar o futuro e a sustentabilidade dos territórios indígenas.

Esses múltiplos e longos processos procedem na criação de territórios dos distintos grupos sociais e mostram como a constituição e as resistências culturais de um grupo social são dois lados de um mesmo processo, visto que o território de um grupo social determinado contendo as condutas territoriais que o sustentam, pode mudar ao longo do tempo pois está sujeito às forças históricas que exercem pressão sobre ele (LITTE, 2004).

De acordo com Silva e Bandeira (2009), o problema não é apenas com relação ao reconhecimento dos direitos territoriais, os quais a população indígena tem total direito a administrar os seus próprios direitos, pois, o Estado se apropria do espaço territorial, criando

um sistema jurídico que protege somente a propriedade privada, passando assim por cima das sociedades tradicionais e dos seus direitos costumeiros (ANDRADE, 2019). Os povos indígenas têm direitos reconhecidos na Constituição Federal (BRASIL, 1988), o que falta é praticar esse direito, o que desencadearia um processo de desenvolvimento com base nos costumes.

Luciano (2006) destaca que a emergência do movimento indígena na luta articulada pelos seus direitos e interesses pode ser considerada como uma atitude de reação aos interesses do Estado, com vistas a assegurar o processo emancipatório da população indígena. A partir daí se inicia um longo processo de superação do desaparecimento dos povos indígenas, de reafirmação das identidades étnicas e da reconstrução dos projetos socioculturais dos povos sobreviventes (ANDRADE, 2019). Apesar deste processo estar em percurso com um grau elevado de incertezas quanto ao futuro, existe a expectativa do protagonismo neste processo ser cada vez mais consolidado em favor dos povos indígenas.

O processo histórico vivido pelos povos indígenas nos últimos anos e as diferentes estratégias de resistência e luta adotadas por esse tempo, permite contribuir também para uma conservação das florestas que marcam um discurso por meio de uso sustentável dos recursos naturais existentes em seus territórios, fiscalizar os limites de suas terras evitando invasões, e manejar recursos para atender demandas para uma vida com qualidade

1.1.1. Terra, Território e Ambiente Indígena.

Já destacamos em páginas precedentes que os Sateré-Mawé habitam em um território que abrange o estado do Amazonas e parte do estado do Pará. No Amazonas, eles estão situados nos municípios de Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos e Maués. Já no estado do Pará, localizam-se nos municípios de Aveiro e Itaituba. Ainda segundo IBGE (2010), a população dessa etnia soma 13.350 mil habitantes distribuídos em seu território. Nascimento (2013) salienta que apesar das grandes extensões territoriais, atualmente os Sateré-Mawé ocupam apenas uma pequena parte do território, somente um terço da Área Indígena Andirá-Marau.

Considera-se oportuno destacar que Terra Indígena não corresponde ao que se pode conceber como território. Gallois (2004) distingue TI e território indígena, remetendo o primeiro a um processo político-jurídico, regido pelo Estado e o segundo a construção e

vivência, culturalmente variável, de um grupo social com sua base territorial. Conforme a autora:

como expuseram vários estudos antropológicos, a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, de relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.” [...] Levam a considerar as articulações entre as diversas possibilidades de relações de apropriação do espaço com a organização sociopolítica de um grupo, a qual fornece coordenadas e referências para elaboração dos limites físicos, sociais e culturais que regulam a distribuição dos recursos ambientais. Neste sentido, pode-se dizer que o contato coloca um grupo indígena diante de lógicas espaciais diferentes da sua e que se passam a ser expressas também em termos territoriais (GALLOIS, 2004, p. 39).

Apesar do termo “Terra Indígena” estar presente no Art.231 da Constituição Federal e na Lei 6.001 (BRASIL, 1973), todos os documentos oficiais da FUNAI, Ministério da Justiça, gabinete da Presidência da República (Decretos, Pareceres, etc.) fazem referência à “área indígena” e não a terra. A Constituição Federal no parágrafo primeiro do art. 231 afirma que:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus atos, costumes e tradições (BRASIL, 1988, p. 146).

Faria (2003) afirma que o conceito de território, sendo que tal definição foi uma estratégia para que os indígenas passassem a acreditar que mesmo com a denominação diferente, o que estaria sendo demarcado seria o território. A terra para o Estado é uma compreensão simplista que limita o conceito indígena de terra, uma vez que para o indígena o Estado não considera o significado sociocultural e sua importância na vinculação da cultura e vida, onde a terra é basicamente apenas uma fatia de território que adquiriu como valor de troca, uma mercadoria.

Com o contato ou invasões em seus territórios, os povos indígenas sofreram influências socioculturais da sociedade ocidental, as quais se estenderam ao longo dos séculos. Pode-se depreender que o processo de colonização na Amazônia possui três elementos marcantes. O primeiro deles foi a invasão, na qual os invasores conseguiram sua prevalência para coibir a presença indesejada dos nativos indígenas ao invadirem as suas terras. Esta coerção se deu de forma mais acentuada na utilização de técnicas mais avançadas para abater o inimigo, como, por exemplo, uso de canhões e pólvora. A apropriação reforçou

não somente a tomada territorial, como também o gradual desuso dos costumes indígenas, abarcando o linguajar, a cultura e o usufruto por parte dos índios das riquezas naturais. A violência representou a forma através da qual os invasores impuseram sua supremacia sobre os índios, a qual inclui roubo de madeira, garimpos ilegais e demais formas de violência moral e ambiental (ANDRADE, 2017; 2019).

Antes do contato com a sociedade ocidental, os povos indígenas habitavam em território já definido e limitado por acidentes geográficos, mas com a ocidentalização, verificou-se que desavenças, diferenças de opiniões e a falta de acordos com o governo, colaboraram para que os povos indígenas se constituíssem em organizações indígenas formais em buscar do reconhecimento e defesa de seus territórios. A autonomia e a soberania referentes ao território incidem num sistema de autogoverno, em que o poder de decisão, de planejar o futuro está nas mãos dos próprios indígenas, consoante com os princípios do etnodesenvolvimento (OLIVEIRA, 2014). Nesse contexto a autogestão abarca tanto a dimensão social como a territorial, e a comunidade indígena se organiza com vistas ao alcance de sua emancipação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015; SILVA et al., 2019).

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI (BRASIL, 2019) caracteriza o conceito de Terra Indígena (TI) como uma parte do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) prevalecer-se para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Para este tipo de abordagem é elevado a um tipo particular de posse, nos quais tange recursos de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

O direito dos povos indígenas em relação à ocupação dos territórios permite procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas, regulamentado pelo Decreto nº 1775 (BRASIL, 1996), mas existem diferenças entre esses poderes que geram conflitos em identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas, em que o Estado e própria parte da população não permite à demarcação do território indígena, travando lutas em que os envolvidos busquem o reconhecimento a conquista dessa autodeterminação territorial desde a colonização.

Para alguns estudiosos a noção de Gestão Territorial das Terras Indígenas é a que melhor assenta a dimensão política do controle territorial das Terras Indígenas com a dimensão social, patrimonial, cultural e ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade.

Esse conceito engloba atividades tanto de ordenamento territorial, quanto de gestão ambiental como parte essencial de sua implementação. Little (2006) considera que o termo gestão, implica em ações humanas, mas são ações mais voltadas para gerenciar algo que já está estabelecido. Conforme o autor, embora essas palavras sejam mais usadas no plano empresarial ou governamental, a gestão busca analisar além da matéria e o espaço, uma relação com ambiente externo onde se aplicam a situações da administração de ecossistemas ou do uso de recursos naturais, ou seja, permite ênfase maior na manutenção ou conservação dos ecossistemas.

Ao externar as suas novas demandas, os povos indígenas caminham em direção à territorialização, isto é, na efetivação das múltiplas formas de construção e apropriação do espaço social. A territorialização pode ser concreta ou simbólica, mas implica sempre numa interação com elementos de poder político e disciplinar, interesses econômicos, necessidades ecológicas e desejo de subjetividade (BETHONICO, 2012; HAESBAERT, 2006).

Bethonico & Machado (2011, p. 80) observam que os autores destacam “[...] a importância de se pensar o espaço com suas marcas resultantes de um poder constituído e dos conflitos decorrentes das ações dos atores que nele atuam”. Para se compreender esse espaço é necessário “[...] considerar as relações entre os grupos sociais e culturais que ali habitam as relações com o meio ambiente e a disputa pelos recursos naturais, sendo o conceito de território um aliado para essa compreensão [...]”, uma vez que trata-se do espaço da prática, usado e vivido pelos atores, isto é, o palco onde os fenômenos ocorrem.

Ao discutirem sobre as estratégias visando a proteção dos seus territórios, as lideranças Sateré-Mawé apontam como prioridade a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental de suas terras. No momento buscam apoio para implementar o referido Plano, pois consideram que por meio dele poderão estruturar projetos que deem continuidade às experiências em torno da geração de renda, da proteção do território e do fortalecimento social e cultural do povo, aplicando na prática o conceito de etnodesenvolvimento (OLIVEIRA, 2014). Além da implementação do referido plano, outra demanda dos Sateré-Mawé diz respeito à ampliação da Terra Indígena Andirá-Marau. Enfatiza-se que este processo de demarcação ocorreu sem contemplar as áreas de preservação ambiental e demais locais relevantes para a sobrevivência física e cultural desta população. Esta é uma reivindicação feita pelos Sateré-Mawé desde o final dos anos 1980, período que coincide com a promulgação da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988).

Segundo Fraboni (2016), o marco da resistência do povo Sateré-Mawé em busca da defesa de seus direitos e preservação do território, se inicia devido a uma invasão no ano de 1981 na terra indígena por uma empresa petrolífera francesa chamada Elf Aquitaine, que buscava explorar petróleo e desta necessidade os Sateré-Mawé obrigaram-se a reunir e se organizarem, diante de muita luta pela resistência pelo seu território os indígenas conseguem expulsar a empresa Elf Aquitaine no ano de 1986 e conseguindo a homologação da demarcação da Terra Indígena.

No ano seguinte o tuxaua geral do Rio Andirá, Zuzu Miquiles aliando os tuxauas e outras lideranças da comunidade da Terra Indígena recém-homologada propõe criar uma instituição, com estatuto escrito que possa gerenciar os interesses e articulação do povo Sateré, então nasce o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM, fundado no dia 15 de setembro de 1987, é a expressão política da União das Nações (*Yvãnia*) Mawé e é o Instrumento Social e Comunitário de Gestão do Território Sateré-Mawé, o qual é constituído pela Terra Indígena Andirá-Marau, levando o grupo a ser um dos primeiros a criar uma organização indígena formalizada no estado do Amazonas (FRABONI, 2016).

1.1.2. Gestão Ambiental

Carvalho, Sobrinho e Zibetti (2017) abordam sobre a existência de uma sociedade de risco, em que a geração de riquezas ocasiona uma produção de perigos que afetam todo um princípio ecológico gerando uma crise ambiental. Enfatiza que este tipo de crise ultrapassa os aspectos físicos, biológicos ou químicos, uma vez que se trata de uma crise da civilização contemporânea e de valores. Isto torna dubitável os modelos de desenvolvimento econômico e industrial que historicamente não assumiram um compromisso de harmonizar bem-estar a toda coletividade.

Para Ricoverti (2012), os bens comuns naturais são bens de subsistência e, como tais, são uma prioridade para todos. Esses recursos são prioritários, pois recoloca no centro das escolhas a natureza como organismo vivo capaz de auto-organização. Esses bens comuns naturais são essenciais à vida. Fundamenta-se no autogoverno das comunidades uma nova filosofia de democracia participativa, na qual os integrantes da comunidade exercem seu poder decisório (LOUSÃO, 2009).

Entende-se ser preciso uma estratégia capaz de conter a utilização irregular e desenfreada dos recursos naturais. Com vistas a suplantar essa problemática, faz-se necessária

a adoção de uma gestão embasada na cooperação e na solidariedade mútua com o intento de assegurar a sobrevivência das comunidades indígenas. Os bens comuns são recursos coletivos, compartilhados, administrados e auto gerenciados pela comunidade local. Isto pode auxiliar na gestão social e territorial da própria comunidade indígena (COSTA, 2019).

A gestão ambiental deve aproximar-se o uso de práticas que garantem a conservação e preservação da biodiversidade, a reciclagem de matérias primas e a redução do impacto ambiental das atividades humanas sobre seus recursos naturais. Gradativamente, a crença no desenvolvimento linear e continuado foi sendo colocada em xeque, assim como diversos modelos econômicos de desenvolvimento apontados no uso intensivo dos recursos naturais, ponderados até então como inesgotáveis.

Além de considerar o ambiente como espaço, existe a perspectiva do meio ambiente como representação social, que é estimado como local determinado ou percebido no qual os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam em processo de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

Leff (2009) conceitua o termo sustentabilidade como uma configuração de uma nova racionalidade social e produtiva, a qual se desata dos códigos da racionalidade econômica e mesmo do pensamento e das perspectivas ecologistas para estabelecer nos potenciais ecológicos e da diversidade cultural, desconstruindo do pensamento metafísico e científico fundante da modernidade e uma reconstrução do mundo voltado a uma nova racionalidade ambiental. Conforme o autor, é preciso consolidar uma nova racionalidade pautada na ecologia e na cultura, aberta à diversidade e a diferença afirmar a coexistência de diversas racionalidades, o reconhecimento de novos direitos ambientais e territórios bioculturais tem sido fundamental para legitimar essa racionalidade.

Para arraigá-la na terra que habitamos não basta uma ética da conservação. Para instaurá-la em nossas formas de pensamento sobre o mundo, nas formas de organização ecológica do planeta, nas formas de sentir a vida, é necessário desconstruir a racionalidade que vem conduzindo um processo de racionalização do mundo que desconhece os potenciais ecológicos e os valores culturais que sustentam nosso planeta. (LEFF, 2009, p.12).

A gestão ambiental é atrelada a um conjunto de legislações, programas e práticas que tem como finalidade a melhoria sucessiva em relação à saúde, a segurança das pessoas e a proteção do ambiente (ARRUDA et al., 2019). Ela abrange os aspectos de atividades técnicas e organizacionais realizadas pelas organizações com propósitos direcionados a reduzir os

impactos ambientais e minimizar seus impactos sobre o ambiente incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto. Já o desempenho ambiental é decorrente dos processos de gestão ambiental inseridos nas políticas adotadas pela organização.

De acordo com Philipp Jr e Bruna (2004), o campo da gestão ambiental é tido com uma área extensa, ocorre que por essa extensão necessita ser compreendida como um conjunto de fatores que constituem o todo, de tal maneira que os problemas ambientais são habituados pelos enfoques que compõem as questões ambientais, como se as partes fossem autônomas uma das outras. O acesso à qualidade de vida, escopo último da gestão ambiental, tem conexões com a saúde pública e o planejamento territorial. Isto gera inquietações por parte da opinião pública que vê a questão indígena como uma barreira ao desenvolvimento. Isto reforça a necessidade da busca por soluções para a problemática dos impactos negativos sobre a saúde pública e o ambiente das comunidades indígenas, os quais são associados ao estilo de vida predatório das sociedades atuais.

Philipp Jr e Bruna (2004) enfatizam que o termo gestão ambiental é compreendido como um ato de gerir, ou seja, o ato de dirigir, de administrar, ou conduzir os ecossistemas naturais e sociais que se insere o homem, tanto individual quanto socialmente, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, de acordo com padrões de qualidade procurando recuperar ou manter o equilíbrio entre natureza e homem.

O conceito de gestão ambiental preconiza a busca da harmonia entre o homem e seu ambiente natural ou construído. A existência desse equilíbrio é fundamentada em busca de um balanceamento ideal de qualidade de vida para a sociedade como um todo. Nesse contexto, a qualidade de vida é um dos direitos fundamentais do homem e, por conseguinte, é dever do Estado promovê-la através de ações políticas que pressupõem uma estrutura de leis específicas, tendo como contrapartida seu cumprimento por parte de todos aqueles que formam o Estado. Isto pode ser feito através de políticas públicas ambientais direcionadas à sustentabilidade, uma vez que esse tipo de iniciativa cria condições para existência de equilíbrio entre as ações de governo – nas três esferas – e as aspirações da sociedade, em benefício ao bem comum (PHILIPP JR.; BRUNA, 2014).

Por meio dessa racionalização mais ampla, percebeu-se a necessidade da obrigatoriedade da sociedade e das autoridades competentes, de minimizar o grande grau de prejuízos que a natureza vinha e vem sofrendo com os impactos naturais causados pelas mãos dos homens. Considera-se que os agrupamentos humanos residentes nos grandes centros urbanos conhecidos como cidades ou metrópoles sejam cada vez mais cômicos de consumir

de forma responsável e ecologicamente correta os recursos naturais com vistas a garantir o usufruto destes recursos por parte das gerações futuras (GOULART; PIETRAFESA, 2019).

Baseado na leitura de Curto (2015), os diferentes períodos históricos demonstram que o desenvolvimento da humanidade foi influenciada pela utilização de recursos oriundos da natureza em que habitavam e que isto influenciou o surgimento das mudanças sociais, econômicas e ambientais de ruptura no planeta. O problema não é o uso da natureza, mas a exploração exacerbada intrínseca ao modelo de desenvolvimento capitalista. O termo sustentabilidade está associado à crescente disseminação de uma cultura em que os países precisam descobrir novas maneiras de incentivar o desenvolvimento de suas economias, sem destruir o meio ambiente em que estão presentes, ou prejudicar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, ou sacrificar a perspectiva de vida das futuras gerações.

1.1.3. Gestão Territorial

De acordo com Arruti (1996), o território passa a ser concebido ao mesmo tempo como ambiente e como produto das práticas sociais, nas mais diferentes escalas de relações de poder, o território estaria no campo da produção de significados e instrumentos culturais, mais que no campo dos objetos naturais. Concebido como produto de uma ecogênese (reconstituição de ecossistemas parcialmente ou totalmente degradados), sua análise deve levar em conta as disposições e arranjos não aleatórios de objetos e homens sobre uma determinada superfície, que exprimem conhecimentos e práticas de apropriação desta superfície e que traduzem o espaço em formas culturais.

Os processos de devastação, como a degradação socioambiental (perda de fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) têm sido resultado das práticas inadequadas do uso do solo, que dependem de padrões tecnológicos e de um modelo depredador de crescimento e que permitem maximizar lucros econômicos no curto prazo, revertendo seus custos sobre sistemas naturais e sociais. As transformações ambientais futuras dependerão da inércia ou da transformação de um conjunto de processos sociais que determinarão as formas de apropriação social na gestão de seus recursos ambientais. É oportuno salientar que a problemática da gestão de recursos naturais deve ter como parte interessada a sociedade civil organizada. Outro item mandatário neste processo é a

participação efetiva do Poder Público, com ênfase para as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente (MUSARRA, 2019).

Para Leff (2009), a crise ambiental inscrita no processo de globalização gerou uma nova geopolítica que busca novas estratégias de valorização e administração dos recursos naturais. Diante desta novidade no campo da teoria econômica e das políticas ambientais, é preciso reconhecer o surgimento de novos atores e movimentos políticos guiados por esta nova racionalidade e por uma nova ética. Esses são fatores que orientam suas ações para as formas de apropriação simbólica e produtiva da natureza, trazendo novas perspectivas na construção de um futuro sustentável.

De acordo com o autor, existem outras consequências dessa nova geopolítica, as quais são representadas nas transformações culturais geradas por este processo de acumulação do capital, fato que gerou a exploração exacerbada de recursos naturais, comprometendo a capacidade produtiva dos ecossistemas e a riqueza potencial de suas populações, ocasionando uma distribuição cada vez mais desigual da riqueza produzida por países e organizações de grandes potências industriais. Ainda segundo as análises do autor

[...] construir uma racionalidade ambiental e um estilo de vida alternativo de desenvolvimento, implica a ativação dos valores do ambiente na ética individual, nos direitos humanos e na norma jurídica dos atores econômicos e sociais; a socialização do acesso e apropriação da natureza; a democratização dos processos produtivos e do poder político; as reformas do Estado que lhe permitam mediar a resolução de conflitos de interesses em torno da propriedade e aproveitamento dos recursos que favoreçam a gestão participativa e descentralizada dos recursos naturais” estes processos implicam a necessidade de abrir a reflexão e a pesquisa sociológica para o campo dos problemas ambientais. (LEFF, 2002, p.111).

O processo de uma racionalidade ambiental atravessa por vieses de processo político e social, que incide pelo confronto e acordo de interesses opostos, “pela reorientação de tendências (dinâmicas populacionais, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e empecilhos institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de novos métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos” (LEFF, 2002, p.112).

A gestão territorial se norteia no controle político e no manejo ambiental do espaço geográfico, o qual por sua vez é o território de um grupo social ou entidade política. Por mencionar o termo território de um grupo social determinado em vez de um ecossistema, o conceito de gestão territorial opera dentro da esfera política. Assim, as ações de gerenciamento ou a administração desse território contidas na noção de gestão serão realizadas por esse grupo social. Mas essas ações, além de implementar seus interesses

sociais, econômicos e políticos, contém uma preocupação com a forma mais adequada do manejo dos fluxos biofísicos do território. A noção da gestão territorial das Terras Indígenas é o melhor que assenta a dimensão política do controle territorial das Terras Indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade (LITTE, 2006).

Mas esse é um processo que não é tão simples. Praticamente, todos os grupos indígenas perderam grandes porções de seus territórios, fragmentados em parcelas que são reivindicadas e demarcadas. Esse é um processo que suscita novas reivindicações que são embasadas no direito constitucional que enfatiza os “direitos originários” dos índios sobre suas terras, independentemente da demarcação. O espaço pode ser considerado o ponto de partida para repensar as relações estabelecidas neste contexto, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial do grupo que reivindica uma dada porção de espaço (GALLOIS, 2004).

São inúmeros os desafios que os Sateré-Mawé enfrentam relacionados aos novos padrões de uso e ocupação da terra, ao aumento demográfico, ao acesso a políticas públicas, e a relação com a sociedade envolvente. De acordo com Goulart (2016) a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Andirá-Marau tem como objetivo traçar estratégias, diretrizes e acordos de gestão para o enfrentamento dos desafios e potencialidades relacionadas à gestão do território e ao bem viver das comunidades Sateré-Mawé. A gestão territorial alcançada pelos Sateré-Mawé há anos tem como eixos o fortalecimento da sua organização política e cultural e o desenvolvimento de projetos em torno da geração de renda pela comercialização do guaraná. Isso inclui trabalhar o enriquecimento dos cultivos, a recuperação de espécies que foram longamente ameaçadas, a exemplo do pau-rosa. Iniciativas futuras que visem apoiar essa forma de organização e gestão do território são muito importantes e os projetos de resgate do pau-rosa que se desenvolveram a partir do apoio do Projeto GATI deverão buscar continuidade.

O próximo desafio dos Sateré-Mawé será construir o seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental e trabalhar para buscar apoios para sua implementação, que certamente incluirá projetos que deem continuidade às experiências em torno da geração de renda, da proteção do território e do fortalecimento social e cultural do povo. A preocupação em torno da produção de lixo e seu tratamento deverá ser trabalhada junto às comunidades, pois tende a se agravar conforme a população for crescendo e o acesso aos bens industrializados aumentar (GOULART, 2016, p. 42).

O pensamento ambiental elaborou um conjunto de princípios morais e conceituais que sustentam uma teoria alternativa do desenvolvimento. Embora estes não constituam um paradigma acabado, fundado num conhecimento positivo e formal, se conformou uma percepção holística e integradora do mundo que incorpora os valores da natureza e da democracia participativa em novos esquemas de organização social. “Esta teoria está legitimando processos materiais e ações sociais para gerar padrões alternativos de produção, bem como novos estilos de consumo de vida. A implementação dos princípios do ambientalismo exige a elaboração de instrumentos eficazes para a gestão ambiental, em busca dessa nova racionalidade ambiental e dos meios que assegurem a eficácia das estratégias políticas, das transformações produtivas e das ações sociais para alcançar seus objetivos” (LEFF 2002).

A sociedade capitalista gerou uma racionalização formal e instrumental que serviu de modelo para todos os âmbitos da organização burocrática, dos métodos científicos, dos padrões tecnológicos e para os diversos órgãos do corpo social, bem como os aparelhos jurídicos e ideológicos do Estado. Leff (2002) destaca a problemática ambiental questiona benefícios e as possibilidades de manter uma racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos, que induziram um processo global de degradação ambiental socioambiental, socavando as bases de sustentabilidade no processo econômico e minando os princípios de equidade social e dignidade humana. A racionalidade ambiental não é a expressão de uma lógica (do mercado, da natureza) ou de uma lei (do valor, do equilíbrio ecológico); é a resultante de um conjunto de normas, interesses, valores, significações e ações que não se dão fora das leis da natureza e da sociedade, mas que não se limitam simplesmente.

O saber ambiental emerge, assim, como uma consciência crítica e avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programas de gestão ambiental. Embora o saber ambiental surja transformando os conteúdos e orientações teóricas de um conjunto de disciplinas, orienta-se, por sua vez, com um fim prático para a resolução de problemas concretos e para implementação de políticas alternativas de desenvolvimento. (LEFF, 2002, p.125).

O saber ambiental percorre em campo e envolve valores étnicos, das práticas e dos saberes tradicionais. Emerge de um espaço de exclusão causado no desenvolvimento das ciências canalizadas em seus objetos de conhecimento. É no território que se desenrolam as tramas políticas, econômicas, culturais, entre outros. Através disso é que acontece o rearranjo

dos territórios. O território se torna adequado para buscar ações com base em conhecimentos diversificados e para compreensão das relações de poder que articulam ou competem em um espaço delimitado, principalmente aliado ao recorte para terras indígenas que se constituem em territórios onde perpassam relações de poder. Estas interfaces são de natureza cultural, política, organizacional e institucional, visando à conservação da biodiversidade e dos aspectos culturais ali presentes (DIAS, 2014).

Diegues (1999) menciona que a diversidade biológica não é apenas um conceito pertencente ao mundo natural, mas também uma construção cultural e social, as espécies são objetos de conhecimento, fonte de inspiração para mitos e rituais da sociedade tradicional, e mercadorias nas sociedades modernas. Um aspecto relevante para a definição de culturas tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcado pelo respeito aos ciclos naturais e pela exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies da fauna e flora. Essa forma de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas mostra a existência de um complexo conhecimento adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

1.2. Movimento Indígena na Contemporaneidade

Nas leituras abstraídas de Delgado e Jesus (2018), destaca-se que ao longo do processo de colonização, escravidão e expansão da fronteira sobre os territórios indígenas, diferentes movimentos foram realizados de diversas formas, através de resistências, alianças e conflitos. No entanto, tais realizações não foram amplamente registradas ou divulgadas na história. Esse silenciamento e esquecimento são resultados de jogos de poder envolvendo os interesses dos não índios que, ao longo da construção da nação, elaboram estratégias para consolidar uma história oficial enaltecendo bandeirantes e colonizadores.

Partindo de iniciativas particulares de diferentes povos e igualmente sinalizam que os povos indígenas detinham, ainda que parcialmente, conhecimentos sobre a estrutura e maquinaria administrativa do império. Diante disso, eles empreenderam ações individualizadas, elaborando petições e até viagens à capital do Império para assegurar direitos e proteção sobre seus territórios. Entretanto, esse tipo de estratégia e ação raramente surtiram os efeitos esperados, pois, embora houvesse uma legislação colonial bastante volátil,

ela não reconhecia ou protegia de fato a diversidade étnica e os direitos dos povos indígenas daquele período. (DELGADO; JESUS, 2018).

Mesmo com o fim do Império para um novo sistema de governo representado pela República, isso não significou a priori melhorias nas condições de existências dos povos indígenas até meados das décadas de 1960 e 1970, pois o contexto era desfavorável para os indígenas. Segundo Delgado e Jesus (2018) apesar da criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, ocorreu a manutenção dos intuitos do sistema colonial, no qual os povos indígenas permaneciam suscetíveis a um processo idealizado de civilização, através da utilização da mão de obra indígena, principalmente em áreas rurais. Justamente por esse projeto e visão de governo que se compreende o porquê de o SPI estar inserido no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Foi diante deste cenário de denúncias repercutido, inclusive no cenário internacional, de crimes cometidos por agentes estatais contra os povos indígenas que o governo extinguiu o SPI e criou a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Tal realidade secular motivou esses povos a não aceitarem os discursos de integração, emancipação, saída ou desistência da luta pela terra. Como destaca Luciano (2006), os povos indígenas sempre resistiram a todo o processo de denominação, massacre e a colonização europeia por meio de diferentes estratégias. Estas estratégias abarcam desde a criação de federações e confederações de diversos povos para combater os invasores até suicídios coletivos.

A estratégia atual está centrada no fortalecimento e na consolidação do movimento indígena organizado, em esferas local, regional e internacional. Com a necessidade de alcançar uma interlocução de forma direta com o Poder Público, essas organizações reivindicam participar na construção de uma política indigenista com a valorização de suas bases culturais. Destaca-se o sentido do termo movimento indígena, pois, cada povo e cada território indígena institui e desenvolve o seu movimento. Luciano (2006) explica da seguinte forma:

Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos coletivos. Movimento indígena não é o mesmo que uma organização indígena, embora esta última seja parte importante dele. Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluindo no movimento indígena, basta que ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena, neste sentido, o movimento indígena brasileiro, e não o seu representante ou o seu dirigente. Existem pessoas, lideranças, comunidades, povos e organizações indígenas que desenvolvem ações conjuntas e articuladas em torno de uma agenda de trabalho e de luta ou

menos comum em defesa de interesses coletivos também comuns. (LUCIANO, 2006, p.56).

Com essa construção em relação à fronteira política indígena, busca-se articular as diversas atuações e estratégias dos povos indígenas, dispondo a uma luta articulada nacional ou regional que envolve os direitos e os interesses comuns perante outros segmentos e interesses nacionais e regionais.

Durante a década de 1980, os povos indígenas, representados na União das Nações Indígenas – UNI, perante as autoridades constituídas e junto com os Membros do Conselho Nacional, debatem sobre o Congresso Nacional Constituinte sobre a aprovação para elaborar uma nova Constituição para o Brasil, e esta reunião foi determinante para a discussão sobre o posicionamento dos indígenas em relação a Constituinte (DEPARIS, 2007; LOPES, 2011).

Segundo Heck, Silva e Feitosa (2012, p. 101), as lideranças indígenas decidiram participar da elaboração da nova constituição, tendo como objetivos: “a) o direito da terra e a incorporação dos indígenas à sociedade; b) pelo direito de influir na forma de organização do Estado brasileiro a respeito dos Povos Indígenas e; c) garanta da liberdade e da participação de todos os brasileiros nas decisões estatais, inclusive quanto à correta e justa utilização e distribuição das riquezas”. Além disso, os Povos Indígenas estabeleceram participar da assembleia nacional constituinte por meio de representantes eleitos e indicados pelas próprias comunidades indígenas, dessa forma não submetendo estes representantes ao sufrágio universal e secreto, e nem a forma de representação partidária. A população indígena brasileira é composta de vários grupos étnicos convivendo em estágios culturais diferenciados entre si.

CAPÍTULO II - WARANÁ: A FORÇA DA VALORIZAÇÃO DA TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU

“O CPSM pra mim, é o esteio principal, ele que valoriza a associação dos produtores, ele que compra nossos produtos e vendem pra gente trabalhar em nosso território, valorizar cada vez mais nosso território”.

(Leonson Ferreira, produtor da aldeia Nova União, 2021).

2.1 Associativismo Indígena

Antes de refletirmos sobre o fenômeno do associativismo indígena empreendido especificamente pelo povo Sateré-Mawé, contextuaremos o processo de surgimento deste no Brasil, suas bases e fundamentos. De acordo com Matos (2012), no Brasil, o movimento indígena organizado a partir dos anos 1970, configurou-se historicamente de forma espiral. Em sua fase inicial, assumiu caráter organizacional pan-indígena, unindo (palavra de ordem política da época) grupos étnicos distintos se mobilizando para obter o reconhecimento legal do direito à diferença no Estado nacional acessando por viés de políticas públicas.

Essa problemática levanta a necessidade de terem organizações articuladoras para serem reconhecidas pelo Estado brasileiro, as associações indígenas estão vinculadas a dois conceitos básicos: identidade social e territorialização. Souza (2003, p.39) relata que a articulação desses conceitos aponta para a ideia de “ação coletiva”, em que são acionados critérios étnicos na tentativa de dar um novo contorno às relações sociais e políticas estabelecidas dentro de um Estado concebido, a princípio, dentro dos moldes iluministas e liberais, mas que vai se moldando às contingências atuais.

Estamos diante de uma nova realidade, que vai além de uma percepção legalista da pluralidade da sociedade brasileira. A Constituição Brasileira, formalmente, garante a diversidade étnica e cultural; a mobilização de categorias específicas, como a indígena, nos coloca diante de uma realidade que vai além dos incisos, parágrafos e artigos daquela lei. Assim, nos deparamos, no cotidiano, com demandas que possuem lógicas diferentes, ao mesmo tempo em que vivenciamos a estruturação de campos de disputa pelo discurso e pela efetivação de direitos diferenciados. Conforme analisa Luciano (2006, p.67),

a associação indígena é uma modalidade formal e institucionalizada de organização que os povos indígenas têm adotado nos últimos 30 anos – uma forma de organizar, mobilizar e articular a luta dos povos indígenas do Brasil. Atualmente, existem no Brasil mais de 700 organizações indígenas formais de diferentes níveis

(comunitárias, locais e regionais) e naturezas (de povos, de categorias profissionais, geográficas, de gênero, sindicais etc.)

Essas associações foram criadas para atender a determinadas demandas e necessidades das comunidades. As primeiras associações indígenas foram quase todas elas fundadas com o objetivo específico de articular a luta das comunidades e dos povos indígenas pela defesa dos seus direitos, principalmente o direito à terra, à educação, à saúde e às alternativas econômicas.

Podemos afirmar que o autor traz elucidações acerca das manifestações em torno do protagonismo indígena por meio de organizações como entidades jurídicas, que tem como tarefa essencial a da luta política pela defesa dos direitos coletivos, assim também como a defesa dos direitos territoriais e outras políticas públicas em face da sociedade nacional e global, e para viabilizar recursos financeiros, técnicos e materiais desejados de serem apreendidos da sociedade moderna.

Outro fator que colaborou para a multiplicação das organizações indígenas foi o processo de redemocratização do país, iniciado no fim da década de 1970 e começo da década de 1980, com os direitos indígenas adquiridos na Constituição Federal do ano de 1988. Dentro do “novo” artigo da CF/88, é estabelecido uma nova ordem entre a sociedade, o Estado e os povos indígenas. Silva *et al* (2019, p.148) comenta nos artigos 231, o indígena passa de uma característica social transitória, anteriormente, tutelado pelo Estado para uma nova condição, ou seja, sendo observado em sua organização social, respeitando suas crenças, costumes, língua e tradições e o segundo, artigo 232, é assegurado o direito à Terra, incluindo o conceito constitucional de Terras Indígenas, reconhecendo os indígenas como povos originários, decorrendo do fato histórico de que indígenas já residiam nessas terras antes mesmo dos invasores europeus.

De tal modo, criou-se uma maior propensão às comunidades indígenas mobilizarem-se como pessoa jurídica em forma de associações, de cooperativas ou estabelecerem redes com outros grupos que têm os mesmos objetivos sociais, políticos, com o desígnio de ganharem mais reconhecimento e garantias de direito.

Por esse prisma, o surgimento das organizações indígenas no Brasil é o resultado de uma modificação da composição política dos povos indígenas em face do Estado Nacional invasor. A resistência que fora por muito tempo travada com o uso de armas, começou a se dar na arena política. Os indígenas costumam afirmar: “da luta pelas armas à luta pelo papel e caneta” (LUCIANO, 2006, p.67).

Assim como as lideranças das organizações formais precisam do apoio e da sinergia de todos os membros da aldeia, lideranças tradicionais precisam das organizações formais para que sejam respondidas várias necessidades da aldeia. É necessário,

portanto, uma clara e forte relação entre modalidades de trabalho e luta dos povos indígenas. No processo histórico de afirmação etnopolítica de agentes indígenas em esferas públicas da sociedade e do Estado brasileiros, ou melhor, estão tentando fazer mais do que isso ao articular organizações específicas para fortalecer o protagonismo no campo político indígena e das relações interétnicas (LUCIANO, 2006, p.196).

Para tanto, Matos (2012) afirma que nas sociedades indígenas, os espaços identificados como públicos não são concebidos como esfera exclusiva para tratar de assuntos coletivos relativos à aldeia. É necessário compreender que, no âmbito dos povos indígenas, os assuntos políticos e as decisões que afetam a coletividade mais ampla, também são tratados no espaço doméstico e não reservados somente ao espaço público.

Em acontecimentos mais recentes, o movimento indígena voltou a perceber a necessidade de impulsionar as lideranças políticas de atuação e representação nacional, mas desta vez com a intenção de reforçar as organizações de representação locais e regionais com a finalidade de garantir o direito à gestão de seus recursos.

2.2 Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM).

Durante o processo de demarcação da Terra Indígena Andirá-Marau, ocorreram várias interrupções por conta da existência de diversos conflitos na região. Um deles diz respeito à construção de uma estrada que iria viabilizar o percurso terrestre entre o município de Maués no Amazonas até Itaituba no Pará. O problema é que a rota da estrada passaria justamente em meio a Terra Indígena Andirá-Marau. Outra questão complexa para os indígenas da referida região foi a exploração petrolífera da empresa francesa Elf-Aquitaine, a partir do ano de 1981 (ALMEIDA, 2007; OLIVEIRA, 2016; UGGÉ, 1993).

[...] essas invasões podemos citar o projeto de construção da estrada Maués/Itaituba, que tinha por objetivo ligar Maués ao sul do país e que cortaria a Terra Indígena ao meio, impossibilitando, assim, a demarcação de acordo com o traçado exigido pelos índios. Após a constatação de uma série de irregularidades, esse projeto foi embargado. Outras invasões importantes foram as realizadas pela empresa francesa Elf-Aquitaine, durante os anos de 1981 e 1982. Interessada na exploração desse mineral, realizou estudos sísmológicos que causaram grandes prejuízos à flora da área. Além disso, provocaram a morte de alguns Sateré-Mawé com a detonação de cargas de dinamite enterradas naquela terra (TEIXEIRA, 2005, p.21-22).

A invasão feita pela Elf-Aquitaine em busca de petróleo causou sérios prejuízos para os Sateré-Mawé, não somente no período entre 1981-1982 como também após a saída da

companhia francesa da região. Isso ocorreu devido a Elf-Aquitaine ter deixado na região 82 clareiras e mais de 344 km de áreas desmatadas ou picadas com a explosão de cargas de dinamite. A utilização deste explosivo em regiões próximas às nascentes de rios na Terra Indígena Andirá-Marau trouxe como efeito o fim do pescado para os indígenas (LORENZ, 1992; OLIVEIRA, 2016; PIB SOCIOAMBIENTAL, 2020). Depois de uma longa batalha que perdurou alguns anos, os Sateré-Mawé conseguiram duas conquistas no ano de 1986, que foram expulsar a empresa Elf Aquitaine e a homologação da demarcação de seu território.

Depois do conflito de demarcação de suas terras, os Sateré decidem criar uma organização; em 15 de setembro de 1987 surge o Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé (CGTSM), para o desenvolvimento de projetos e proteção de seu território, os produtores de guaraná estão representados neste conselho (luta da biodiversidade contra produtividade). Tendo como criador do conselho o tuxaua geral Zuzu Miquiles, que reunindo os tuxauas e as outras lideranças das comunidades da Terra Indígena recém homologada, coordenaram a organização do povo Sateré a preservar a integridade física, cultural e a união do povo Sateré, com o intuito de conscientizar plenamente o povo Sateré dos seus direitos e deveres criando e mantendo as condições da auto suficiência alimentar para quem vive na TI Andirá-Marau. (NUSOKEN, 2020).

De acordo com Fraboni (2016) para o tuxaua geral Zuzu Miquiles, o CGTSM tinha sua funcionalidade como um colegiado que personificava o Porantim. Na prática cultural tradicional, assim como é lembrada na tradição oral, o Porantim era o supremo juiz. Nos pleitos, os adversários, na frente do Porantim, tinham que desmanchar as causas do conflito, se apoiando no que estava escrito no corpo dele, para se chegar à harmonia de seu povo.

Paiva (2018) destaca que no Porantim, é escrito em forma de hieróglifos, composto por dois lados simbólicos onde um lado do objeto expõe sobre o mito de origem, a história do guaraná, aparecimento dos clãs e passagens do sentido do bem, a união e o trabalho; e do outro lado descreve a desunião e mitos das guerras, a história das guerras, como o relato da guerra da Cabanagem, estas leituras eram narradas apenas pelos antigos sábios das aldeias, os líderes anciãos. Mas no decorrer dos anos, nas transições para as atuais lideranças indígenas, os Sateré-Mawé perderam o domínio de compreensão do que está escrito, existe um temor em mostrar o objeto por motivos de revelar uma história negativa da etnia de desespero e dor.

O Porantim passou de Tuxaua para Tuxaua geral representando uma relação de poder por intermédio de um cerimonial realizado com os Sateré, conforme a seguinte ilustração da figura 02.

Figura 2: Reunião entre os clãs do povo Sateré

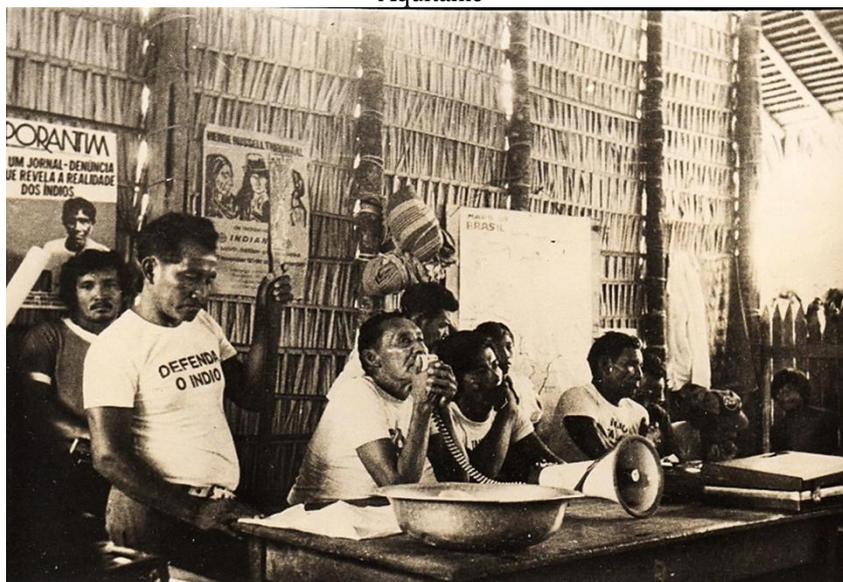


Fonte: Ilustração Kemerson Freitas

O Povo Sateré-Mawé estrutura-se em clãs mitologicamente conhecidos por realizar a união referente aos *ywania* – nações mawé – esta etnia possuía uma hierarquia entre eles, no qual o clã Sateré (lagarta de fogo) sobrepuja-se aos demais, devido ser o clã detentor dos direitos políticos de seu povo. Além do principal clã, *sateré*, existem outros clãs como os: *waranã* (guaraná), *ywaçai* (açai), *akuri* (cotia), *awkuy* (guariba), *as'ho* (tatu), *iag uaretê* (onça), *piriwato* (rato grande), *akyi* (morcego), *hwi* (gavião), *nhampo* (pássaro do mato), *uruba* (urubu), *nhap* (caba), *napu'wany'ã* (agricultor), *koreriwá* (caçador), *watunriá* (pescador), *hwariá* (guerreiro), *awi'á* (abelhas); *mói* (cobra), este último clã geralmente são compostos pelos os *paini* (xamãs) da etnia (PIB SOCIOAMBIENTAL, 2020).

A figura 03 retrata uma das primeiras reuniões entre as lideranças indígenas representadas pelo CGTSM, ocorrido na região do Andirá.

Figura 3: Assembleia Geral do Povo Sateré-Mawé no ano de 1981, após a invasão da empresa petrolífera Elf-Aquitaine



Fonte: PIB SOCIOAMBIENTAL, 2020.

A história do Porantim se revela em várias interpretações da tradição cultural e explica o surgimento da organização de maior poder do Povo Sateré-Mawé a CGTSM baseado em uma passagem bíblica, Batista (2020) cita que o Tuxaua Zuzu busca a constituição do conselho por meio da referência bíblica Isaiás 9:6 onde a profecia diz: “Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, e o governo está sobre os seus ombros. E ele será chamado Maravilhoso Conselheiro, Deus Poderoso, Pai Eterno, Príncipe da Paz”.

Com essa simbologia para explicação da origem do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), que é metamorfoseado da mítica criação do seu povo, representado na narrativa da mitologia do waraná (guaraná), valorizada, fundamentada nos conhecimentos das tradições de sua cultura, nos rituais e de seus costumes resulta na identificação do guaraná como o intermediador para o mercado, com a finalidade de exercer um papel imprescindível para o processo de autodeterminação desta etnia.

No ano de 1999, o Tuxaua Zuzu recria uma bandeira (Figura 04) que representa os valores de uma independência política atribuída pela importância que o waraná atingirá, um progresso político e sociocultural do Povo Sateré-Mawé, escrito nos registros do Porantim.

Figura 4: Segunda bandeira do CGTSM, criada pelo Tuxaua Zuzu em 1999.



Fonte: Nusoken, 2020.

Em busca de ter seus direitos reconhecidos e procurar estratégias para construir uma gestão autônoma do território. A organização política Sateré-Mawé toma forma de associação civil de direito privado, sem filiação partidária ou vínculo religioso, com fins não econômicos. Tem como objetivos e finalidades de acordo com seu estatuto:

- I – conscientizar plenamente o Povo Sateré-Mawé de seus direitos e de seus interesses, tais quais eles são no contexto regional, nacional e mundial do tempo presente;
- II – coordenar a auto-organização do Povo Sateré-Sateré;
- III – preservar a integridade física, a identidade cultural e a união do Povo Sateré-Mawé;
- IV – recriar e manter as condições de completa auto-suficiência alimentar para quem vive na Terra Indígena Andirá-Marau;
- V – conquistar para cada uma das famílias Sateré-Mawé a possibilidade de ter, na medida em que ela quiser uma renda monetária através da comercialização de suas específicas produções agrosilvícolas;
- VI – cuidar das riquezas naturais e das terras que lhe foram confiadas pelos ancestrais;
- VII – cuidar do patrimônio cultural e imaterial que lhe foi confiado pelos ancestrais;
- VIII – gerenciar coletivamente as parcerias do Povo Sateré-Mawé com entidades públicas e privadas;
- IX – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- X – experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- XI – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XII – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XIII – representar o Povo Sateré-Mawé ou, de forma subsidiária aos membros, qualquer segmento da sociedade Sateré-Mawé, judicial e extrajudicialmente. (ESTATUTO CGTSM, 2013, p.01)

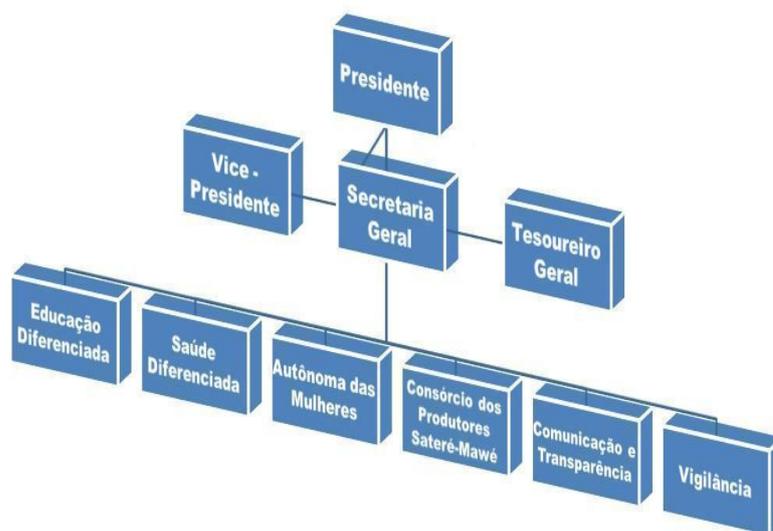
Com seus desígnios descritos através de seu estatuto, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé buscam gerenciar de forma autônoma a gestão do território por meio de objetivos elencados abaixo:

- I – o reconhecimento e o respeito, no mundo todo, da cultura, da identidade, dos interesses, dos anseios, dos direitos do Povo dos Filhos do Guaraná;
- II – a defesa e a recuperação das atividades econômicas de caráter ou interesse comum do Povo Sateré-Mawé, principalmente a produção agrícola e silvestre, e o manejo da caça e da pesca;
- III – a defesa e a recuperação de todo tipo de tecnologia artesanal e escola tradicional do Povo Sateré-Mawé, pelo que é da produção de bens, serviços e objetos estéticos;
- IV- a defesa e a recuperação do seu patrimônio de conhecimentos científicos no relacionamento com o meio ambiente, e na organização social, do espaço e do pensamento;
- V- a defesa e a recuperação dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico e da biodiversidade de seu território;
- VI – o estímulo e a valorização das atividades econômicas das aldeias, das famílias e das pessoas, com o propósito de promover um desenvolvimento sustentável integrado da área indígena Andirá-Marau: ou seja, um tipo de desenvolvimento quantitativamente escolhido pelo próprio indígena, mas não autárquico, que seja economicamente equitativo e socialmente justo, respeitoso do meio ambiente assim como respeitoso da cultura tradicional e fundamentado nela[...] (ESTATUTO CGTSM, 2013, p.02).

No estatuto podemos verificar que as lideranças têm como objetivo ampliar os estudos sobre seus territórios, assim como estimular à valorização da transmissão familiar e comunitária dos conhecimentos tradicionais de uma geração a outra, como uma forma de não perder suas memórias. A importância de ter uma prática efetiva do direito à educação escolar e um sistema de saúde indígena diferenciado; salvaguardar a integridade territorial das terras demarcadas mantendo uma qualidade de vida para a população indígena.

Fundamentado no estatuto do CGTSM, a figura 05 apresenta como a organização adota práticas de gestão administrativa, necessárias para a obtenção, de forma individual e coletiva, dos benefícios em decorrência da participação nos processos decisórios da associação.

Figura 5: Estrutura Organizacional CGTSM



Fonte: Adaptado pelo autor (2020).

Barreto (2019) destaca que esse sistema de organização foi elaborado como se funcionasse similar à de uma prefeitura, tendo como pilar as coordenações de secretarias. Por conta disso, a figura evidencia que a secretaria geral é constituída por outras seis secretarias, as quais são essenciais para conseguir uma autogestão por meio da política de etnodesenvolvimento (OLIVEIRA, 2014) da Terra Indígena Andirá-Marau.

A primeira secretaria é responsável pela cultura e educação diferenciada, com propósito de trazer para a diretoria do CGTSM, as instâncias, anseios e as propostas dos professores e dos estudantes Sateré-Mawé. Gerando um incentivo para que os pesquisadores indígenas Sateré-Mawé sejam envolvidos em estudos que possibilitem gerar resultados que convertam em patrimônio de conhecimento social efetivo para o povo Sateré-Mawé. Viabilizar o envolvimento dos professores nas atividades dos conhecimentos e modelo de conhecimento tradicional no contexto da Livre Academia do Wará (LAW), influenciando a construção de uma universidade indígena Sateré-Mawé. Esta Livre Academia do Wará, segundo Barreto (2019), consiste em um termo livre que se deve por não ter nada escrito, onde são nas conversas e falas das lideranças indígenas nas reuniões, sem estrutura fundamentada em disciplinas, que vem a questão da livre academia.

A segunda secretaria é responsável pela saúde diferenciada, que funciona como recuperação do conhecimento tradicional abstraído das plantas medicinais, beneficiado pelo apoio de estudos envolvidos pelos os pesquisadores indígenas membros da primeira secretaria. Baseado em seu estatuto, esta secretaria organiza uma autonomia do profissional

do agente de saúde formado, assim como de toda forma de pajelança e cura ligada a conhecimentos empíricos ou espirituais tradicionais, orientando para uma construção de uma saúde diferenciada que no qual se abasteça de recursos autônomos do povo Sateré-Mawé na produção direta de medicamentos e remédios e prevenindo de doenças.

A secretaria autônoma das mulheres aprecia a terceira secretaria do CGTSM, visando à integração de ações em prol das mulheres organizadas possam encontrar uma colaboração do povo Sateré-Mawé. De acordo com Matos (2016), as mulheres Sateré-Mawé criaram uma associação refletida após emigrações para a cidade de Manaus por algumas dessas indígenas, das dificuldades e das realidades muito diferentes vivenciadas nas aldeias, nos interiores, os problemas de como sobreviver, educar seus filhos e se relacionar com o mundo dos brancos. Muitas dessas indígenas conseguiram trabalho como empregadas domésticas, uma forma de integrar as rendas dessas mulheres é uma forma de manter a sua identidade e sua cultura, encontraram uma alternativa de venda de artesanatos femininos. Nessa ampliação de articulação por meio do artesanato, as mulheres alcançaram por este projeto a autonomia do seu povo e conquistaram o reconhecimento e respeito dos direitos indígenas perante a sociedade. A Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé - AMISM se concentra também em projetos de coletas dos lixos sólidos encontrados na área indígena, como forma de movimento que promove a sensibilização a respeito da higiene ambiental.

A quarta secretaria é o cerne desta pesquisa, representada pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé – CPSM, considerada um “braço econômico”, pois ela foi criada com a finalidade de gerir a economia, produção e exportação de produtos com a intenção de manter a autogestão da Terra Indígena Andirá-Marau. Esta organização funciona como consórcio de tutela da qualidade dos produtos nativos da Terra Indígena.

A penúltima secretaria é a de comunicação e transparência que tem a função de divulgar e valorizar a prática do projeto integrado de etnodesenvolvimento no contexto da sociedade não indígena, além de responder a todos os questionamentos realizados pelos produtores, lideranças tradicionais e parceiros do projeto. Esta secretaria também colabora com a funcionalidade contábil das entidades autônomas auxiliares em todos os seus aspectos, além de funcionar como atividades do Conselho Fiscal. Barreto (2019) afirma que essa secretaria registra todas as entradas e saídas do território, como os recursos financeiros governamentais, bem como as compras de consumo, a produção de alimentos tradicionais e produção da comercialização dos produtos da biodiversidade.

A sexta secretaria corresponde à vigilância, funciona como fiscalizador ambiental de toda terra indígena, monitorando a fauna e flora a fim de combater desmatamentos e incêndios, além de manter longe do território os invasores que buscam a exploração clandestina de minério. Este cargo se assemelha às mesmas funções que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, com intuito de manter a qualidade ambiental.

O Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé no ano de 1995 foi responsável por um projeto em parceria com a Associação e Consultoria e Pesquisa Indianista da Amazônia – ACOPIAMA, que inserem 20 quilos de guaraná em pó, como uma amostra para uma feira de comércio justo internacional, ocorrido na Itália, com o intuito de expor o valor cultural que esta fruta tem para seu povo. Isso marca o início do chamado projeto integrado de etnodesenvolvimento, autonomia política do CGTSM, fundamentada pela autonomia sustentável dos produtores Sateré Mawé. Ainda neste capítulo, iremos aprofundar as discussões sobre o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, que é responsável pela organização e comercialização dos produtos da natureza, trazendo as narrativas das lideranças, para as quais, cabe ao referido consórcio, a missão de "auto financiar projetos sociais e ecológicos para melhorar a qualidade de vida na Terra Indígena Andirá-Marau”.

2.3 A gênese do Waraná

Yamã (2007) afirma que os Mawé ou Sateré-Mawé são um povo indígena heterogêneo originado do tronco Tupi, pertencente à etnia Tupi-Guarani. A designação Sateré-Mawé corresponde ao clã de tuxauas dos antepassados, considerados de alta ascendência de seu povo.

A identidade cultural dos Mawé é formada pelo Porantim, espécie de remo sagrado, que acreditam ser responsável pelos poderes sagrados a eles conferidos, e pelo *Sehaypóri*, coleção de história do povo gravada no Porantim (NASCIMENTO, 2013). Dentre estas narrativas encontra-se o ritual da Tucandeira, um ritual de passagem da fase do menino para a vida adulta, durante o qual é utilizada uma luva trançada de palha cheia de formigas tucandeiras, acreditando serem as formigas, por meio de sua picada, responsáveis pela cura de vários males, incluindo os de ordem espiritual (CARVALHO, 2019).

A autorrepresentação do povo Sateré-Mawé, denominados como “filhos do guaraná”, está atrelada às narrativas de mitos e lendas desse povo, registradas em crônicas de viajantes, livros, textos acadêmicos, etnográficos entre outros, mas, sobretudo, nos registros dos *tuisás*, e *tuxauas*.

Neste tópico iremos descrever um pouco da história do Nusoken e a importância da relação entre o cultivo e produção waraná entrelaçada com a identidade cultural de (re)existência do seu povo.

O mito *Nusoken*, se refere a uma floresta encantada (figura 06). A palavra Nusoken vem do termo *Nu* = lugar e *Soken* = pedras, lugar de pedras, onde tudo se iniciou. Segundo a mitologia Sateré, Nusoken é o paraíso de entidades mágicas que atuam como forças cosmológicas na evolução da obra de criação do mundo, podendo ser associada à história da formação e evolução geológica da própria floresta amazônica que surge com a elevação dos Andes e dá origem a um mundo mítico, onde *Onhiumuaçabê* tinha poderes mágicos e vivia em harmonia com dois irmãos num paraíso de seres fantásticos.

Figura 6: Paraíso Nusoken



Fonte: Ilustração Kemerson Freitas

Carneiro (2012) comenta que na região do rio Mawé-Açu, os indígenas narram a história da origem de três irmãos: *Ocuamatô*, *Icuaman* e *Onhiamuaçabê*. E *Onhiamuaçabê* era dona do *Noçokem*, um lugar encantado no qual ela havia plantado uma castanheira. *Onhiamuaçabê* era bastante conhecedora das plantas com que preparava os remédios medicinais que precisavam. Um dia, *Onhiamuaçabê* engravidou e seus irmãos ficaram furiosos porque não queriam que ela engravidasse, seu filho nasceu e com o passar dos anos ele tem desejo de comer o fruto da castanheira que era proibida. Por um descuido, o filho de *Onhiamuaçabê* come as castanhas do lugar proibido e seus tios *Ocuamatô* e *Icuaman* não o perdoam e ordenam matar o filho de *Onhiamuaçabê*. *Onhiamuaçabê* descobre que seu filho havia morrido e fica irritada com seus irmãos, então, ela recolhe o corpo de seu filho e a

arranca os olhos e planta na terra, e no lugar onde havia plantado os olhos, o verdadeiro guaraná nasce e *Onhiamuaçabê* anuncia:

Tu meu filho, serás a maior força da natureza; tu farás o bem a todos os homens; tu serás grande, curarás as doenças do mundo, teu çak-pó sangrará todas as festas ritos. O amor fará de ti um símbolo, todos os amigos e inimigos falarão teu nome, porque és filho de Tupã (CARNEIRO, 2012 p.68-69).

Em seguida, *Onhiamuaçabê* junta o restante dos pedaços do corpo do filho e com seu conhecimento com as plantas, retira folhas mágicas e com sua saliva. *Onhiamuaçabê* produz um suco e derrama no cadáver de seu filho e o enterra em uma sepultura. E esse solo se tornou fértil e sagrado (referindo ao município de Maués, o maior produtor de guaraná do mundo). Passam-se dias após a morte de seu filho, ouve-se um barulho dentro da sepultura e *Onhiamuaçabê* abre o mesmo e dali sai uma criança que se tornou o primeiro índio Sateré-Mawé, que deu origem ao povo, esse menino ressuscitado era o filho de *Onhiamuaçabê*.

Figuroa (2016, p.60) diz a respeito dessa passagem mitológica do povo Sateré-Mawé:

Tu irás ser *morekuat* (autoridade), tu irás ensinar muita gente a tratar de trabalho. Muita gente vai se juntar para tomar o guaraná. Senão as mulheres mais idosas as que irão ralar o guaraná. Em redor de ti irá se tratar de muitas coisas boas, palestras de trabalho e assim muita gente irá gostar de ti. Porque tu foste gerado antes que a terra estivesse contaminada. Então, tu vais ficar sendo autoridade: *morekuat*. Tu vais fortalecer muita gente: os *murekuat*, os tuxauas, portanto tu que serás o *Morekuat*. Muitas coisas se conseguirão através de ti. Vai parecer que tu tivesses vivo e de tua boca sairão conselhos para muita gente, para os filhos, e com lágrimas nos olhos, os pais vão te usar para aconselhar os seus filhos, teus netos. Cedo de manhã às pessoas vão te usar, vão beber o guaraná, e aquele que souber de alguma coisa melhor, vai explicar e conversar coisas boas.

Buscamos leituras relacionadas a essa parte simbólica e cosmológica da história do surgimento do primeiro Sateré-Mawé, porém não encontramos registros do que aconteceu depois da origem do fruto. Mas em uma das entrevistas coletadas com a liderança Obadias Batista, nos foi narrada de forma mais aprofundada a mitologia do guaraná

Naquela passagem quando a mãe plantou o olho direito e que depois cresceu, então os tios queriam saber como se usava isso?! Sabiam que era coisa boa, mas só que eles não sabiam... quem sabia era a irmã *Onhiamuaçabê*, que nessa história ela desaparece, então a história segue com os tios dele esse guaraná. Lá... Foi à origem a primeira reunião que até hoje nós temos, reunião, reunião, reunião, sabe por quê?! Porque a gente não sabe o caminho, é isso que a gente reúne para tentar achar o caminho, a luz, entendeu?! Por isso a origem disso aí, a origem da reunião foi essa quando os tios dele reuniu todos os pássaros, animais, todos para discutir como se usava isso, o guaraná.

Aí um deles chamado *Powit*, que é gafanhoto disse: Eu sei! e como é?! É assim, pegou a semente e saiu engolindo né?! Só que ela é forte, sabe que ela fica forte...

ele ficou doido, ele engoliu muito aí ficou doido, saiu batendo...bagunçou toda a reunião...então esses são as origens daqueles que se dizem lideranças quando chegam no poder, eles perdem o caráter, eles perdem a moral, perdem por ser corrupto, outros vão enganar, muitas lideranças são assim, né?! Porque é a origem dele é o gafanhoto.

Aí vem o outro que é *Wisu*, que é um pássaro também, também tomou e sabendo que como se usava, tomou e ficou doido também. Então esses são quando chega um prefeito, um governador, qualquer autoridade, qualquer um na sociedade se for peça ruim, esse é autoridade *Wisu*, então desde o início já existia essa pessoa, entendeu?! Então não seja isso, todo tempo tem que dizer que não quero ser isso, *Hyi'i Hun'i*, (*papagaio roxo*) contou como se deve fazer. Pega, lava, cozinhar depois tem que secar, depois colocar no fumeiro, depois volta descascar, pilar, fazer o pão, depois tem que ir para o fumeiro de novo, depois de ficar bem sequinho, pretinho aí que vem você vai ralar... quando você ralar, você não pode ralar de qualquer jeito, tem que ralar com bem cuidado, de fora pra dentro, tá entendendo?! Porque é... tem que ter bons pensamentos, não pode tomar brigando, falando besteira, porque aquilo lá tem que tá concentrado com bons pensamentos, que tu quer na vida e o que tu vai pedir, tá pedindo tipo uma oração, entendeu?! Aí você toma com respeito, pelo lado direito e depois por esse lado aqui, contou todo o segredo, então seja *Hyi'i Hun'i*, não seja *Powit* e nem *Wisu*, entendeu?! Então esses são bases de educação para os pais que trazem para os filhos, então você perde essa linha de pensamento, nessa educação tradicional você não tem como essa educação aqui. Então é que eu queria que eles estudassem, entendeu?! Por isso que criei a livre academia do wará, porque é isso uma ciência, então essa é a luta que estamos fazendo (OBADIAS BATISTA, 2021).

Pela narrativa verificamos que o guaraná representa a passagem de um regime de relações sociais no qual a vingança, a separatividade e mesmo a guerra constituíam tradição produtiva do ponto de vista societal, para outro regime fundamentado na valorização do encontro, da reunião, do compartilhamento e da governança argumentativa, está, então, assentada simbolicamente no guaraná, na sua produção e consumo interno, denso de intencionalidades, e na sua comercialização como um produto que exprime e reforça a etnicidade de um povo (FIGUEROA 2016, p.57).

2.4 “Projeto “Sateré”

Matos (2016 p.44) relata que a idealização do projeto Guaraná é, sobretudo, um processo e uma prática coletiva, não existindo nenhum documento oficial que descreva a respeito de métodos, finalidades e/ou etapas.

No começo dos anos de 1980, um projeto idealizado pelo Centro de Trabalho Indigenista, CTI, criou o “Projeto Sateré”. Este projeto tinha como objetivo constituir uma “Cooperativa do Guaraná”, na qual buscasse gerar uma autossustentação econômica para os Sateré-Mawé por meio do produto guaraná (MATOS, 2016).

Lorenz (1992) descreve que este projeto conseguiu organizar a venda coletiva do guaraná para a capital amazonense, Manaus. Com a renda dessas vendas, o dinheiro foi investido na criação de espaços comerciais categorizados como cantinas, por meio das quais almejavam acabar com os tipos de comércios impostos pelos “patrões”, conhecidos na região como regatões².

Esse tipo de negociação comercial feita com os patrões, significava o enfraquecimento econômico político dos Sateré, pois os regatões promoviam uma relação de exploração, situação que só poderia ser rompida caso pudessem eles próprios comercializar sua produção.

Esses comerciantes promoviam um verdadeiro saque dos chamados gêneros Sateré-Mawé (guaraná, farinha, teçumes, mel, peles de animais, breu, pau-rosa). Em muitos casos, nessas transações sempre desiguais, em troca de produção Sateré-Mawé os comerciantes deixavam artigos de pouco ou nenhum valor (LORENZ, p. 75, 1992).

Diante dessa situação, os Sateré-Mawé decidiram romper com essa comercialização empreendida pelos comerciantes/regatões. Em parceria com a CTI, em 1981, iniciaram o processo de rompimento com essa estrutura de dependência dos senhoris, nascendo a partir de então, o projeto que almejava a criação de uma “Cooperativa do Guaraná”. Lorenz (1992, p. 80) afirma que o marco inicial do projeto teria em seu piloto cantinas comunitárias, que

estava sendo implantado o que ficou conhecido como cantina, embrião de uma futura cooperativa do guaraná. A prioridade do nosso trabalho na área, em 1981, era detonar um processo de comercialização autônoma da produção agrícola e artesanal dos Sateré-Mawé, livrando-os da dependência dos patrões, e garantir o seu território. Estas mercadorias utilizadas para a cantina, são produzidas em forma de gêneros como artesanatos, farinha, pães de guaraná, cará, batata doce, breu etc.

No ano de 1982, este projeto levou as primeiras produções para a comercialização de vendas de 68 kg de guaraná para Manaus, a um preço justo. O tabu da comercialização autônoma fora quebrado e os Sateré-Mawé se motivaram para limpar os guaranazais que se encontravam improdutivos, ampliando assim as possibilidades de novas safras.

O projeto partiu de uma situação histórica e conjuntural, envolvendo relações de dominação e submissão aos brancos, em que, de um lado está o Sateré-Mawé e de outro Estado, igrejas, regatões e multinacionais. Propunha-se uma alternativa econômica que nada mais era do que uma forma de organizar a comercialização dos produtos tradicionais indígenas de forma autônoma, a exemplo dos artesanatos e do guaraná. O projeto não

² A figura do regatão na Amazônia é o pequeno comerciante que entra nos rios e igarapés com suas pequenas embarcações carregada de miudezas, oferecendo produtos aos moradores da região, fazem mais trocas de produtos industrializados por espécies valiosas da floresta.

introduziu nenhum novo produto ou outra alternativa econômica, apenas apoiou a produção (limpeza de guaranazais), armazenamento (transporte interno dos produtos e investimentos iniciais a fundos perdidos nas cantinas) e venda (combustível, transporte e pesquisa de mercado em conjunto com os índios), visando a autonomia, o rompimento com a figura dos intermediários locais e a desmistificação da dependência da sociedade envolvente.

Em termos de auto sustentação, o principal impasse foi colocado pelo próprio mercado: muito embora os Sateré-Mawé pudessem apresentar uma produção regular e limitada, enfrentavam constantes quedas de preço de venda do guaraná e constantes aumentos de preços nas mercadorias necessárias para o abastecimento das cantinas e no combustível necessário para a realização das viagens.

Problemas como dificuldades burocráticas de exportação, embalagem, padrão de consumo do público, controle de qualidade etc, foram apontados pelos que seriam os importadores, sem que nenhuma proposta fosse levada adiante. Cumprir todas essas etapas exigirá também uma outra ordem de investimentos e um outro nível de trabalho e organização de produção e comercialização por parte dos Sateré-Mawé implicando em um novo projeto “intermediário”, por assim dizer, sem garantias futuras como contrapartida. (LORENZ 1992, p. 140).

Esta solução com todos esses acréscimos de investimento apresentava evidentemente certo artificialismo em termos de lei de mercado, pois implicava em pagar pelo guaraná Sateré-Mawé único no mundo em sua singularidade e inventor da cultura do guaraná a sobreviver enquanto etnia diferenciada.

2.5 A criação da Associação “Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé – CPSM”

Após muitas lutas, o povo Sateré conseguiu com base na lei suas terras, educação e o direito de reconhecimento da organização social, a exigência da demarcação do seu território devido às constantes ameaças e represálias por parte de empresários e até mesmo do governo – que ousavam em retirar as terras nas quais viviam. O Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé foi criado em 1987 com o intuito de reivindicar o direito de demarcação de território com base nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Esse conselho é uma associação indígena política do povo Sateré-Mawé, foi criada por vários líderes *tuxauas* com o objetivo de gerenciar e coordenar uma organização autônoma por meio de uma estrutura similar a de um governo ocidental, essa organização social cria por meio do estatuto do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) subdivisões de atividades em seu artigo 22 (2013, p.9,) assim apontado:

I – Secretaria de educação que tem com (sic) objetivo criar meios que facilitem o ensino nas terras indígenas.

II - Secretaria de Saúde trabalha em prol de uma política visando às (sic) necessidades básica dos líderes, produtores, educadores e todo o povo da etnia.

III – Secretaria das Mulheres Autônomas interage com as mulheres da tribo em busca de aprimorar os conhecimentos em biodiversidade e ecologia.

IV – A Associação consórcio dos produtores Sateré-Mawé foi criada com o objetivo de manter a tradição da etnia indígena, preservando seus recursos naturais e também auto financiar projetos sociais e ecológicos para melhorar a qualidade de vida nas terras indígenas. O principal produto trabalhado pelos indígenas é o guaraná.

V – Secretaria de Comunicação e Transparência tem o papel de explicar como funciona todo o processo nas terras indígenas até o momento que os produtos são armazenados ou vendidos.

Está posto em seu estatuto que esse consórcio tem como finalidade estabelecer um tripé entre as vias econômicas, sociais e ambientais. Com a criação do Projeto Waraná, as lideranças indígenas do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) têm o anseio de estabelecer um produto que agregue valor da cultura do povo Sateré, que busca instituir, a partir da comercialização dos produtos, melhorias sociais nas comunidades, preservação da biodiversidade, fortalecimento político comunitário, entre outros, por meio da geração de uma economia específica, em que os Sateré-Mawé se tornem autogestores dos seus próprios territórios.

No estatuto há uma indicação de criação de secretarias, cada uma com uma finalidade e objetivo. No caso da secretária do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, elas estão estruturadas administrativamente em cargos de tesoureiro geral, coordenador de comércio justo solidário, representante do comitê dos consumidores e associados e diretor geral. A secretaria trabalha com uma política de comércio justo, em que o produtor e comprador têm contato direto, sem a presença de atravessadores ou intermediários.

De acordo com as lideranças indígenas, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) auxilia, orienta e regulamenta a atividade de cultivo e manejo, além de beneficiar e comercializar a sua produção com patrimônio constituído de recursos próprios, voltada a conjugar os interesses das famílias de produtores com os interesses da comunidade indígena no usufruto, valorização e salvaguarda dos recursos naturais da Terra Indígena Andirá-Marau enquanto patrimônio coletivo do Povo Sateré-Mawé.

A partir do que preconiza o estatuto do CGTSM, foi criada em 1999 a Associação Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), sendo a entidade social responsável pela comercialização dos produtos nativos da TI Andirá-Marau.

De acordo com as lideranças indígenas, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé representa a junção de povos e comunidades indígenas com vistas ao fortalecimento, em um

processo que engloba duas frentes de trabalho. A primeira delas visa o fortalecimento da cultura, enquanto a segunda, pautada no etnodesenvolvimento, busca a autogestão para a produção e venda do guaraná mediante os princípios do desenvolvimento sustentável. Com o propósito de alcançar a autonomia no âmbito social, econômico e político, a Associação Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé é a organização responsável por auxiliar e orientar as atividades de cultivo, manejo, beneficiamento e comercialização dos produtos produzidos na TI Andirá-Marau (NASCIMENTO, 2016).

Em que consiste este projeto integrado de desenvolvimento. Basicamente funciona assim: é basicamente a venda do guaraná, uma parte desse dinheiro, um terço, vai para o produtor, mas a maioria dessa renda uma parte vai para financiar o projeto de auto-organização dos Sateré-Mawé com o CGTSM e para financiar uma série de outros pequenos projetos coletivos que vão integrando, e fazendo com que os Sateré-Mawé possam se apresentar em nível regional, em nível internacional não como um obstáculo para o desenvolvimento, senão como o motor do desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento diferente. A renda do guaraná vai financiar estes projetos e a auto-organização indígena. Aos poucos vai se construindo um tecido rico de sociedade civil indígena, de forma que melhore a qualidade de vida e a relação com o meio ambiente, melhore a autoestima e se fortalecer a identidade cultural Sateré-Mawé (FABIONI apud ALVAREZ, 2009, p. 159).

Está posto no estatuto que esse consórcio tem como finalidade estabelecer um tripé entre as vias econômicas, social e ambiental, consoante as vertentes presentes no conceito de desenvolvimento sustentável (CALDAS; SILVA; BARROSO, 2020). Com a criação do Projeto Waraná, as lideranças indígenas do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) tem o anseio de estabelecer um produto que agregue valor da cultura do povo Sateré-Mawé, que busca instituir, a partir da comercialização dos produtos, melhorias sociais nas comunidades, preservação da biodiversidade, fortalecimento político comunitário, entre outros, por meio da geração de uma economia específica, em que os Sateré-Mawé se tornem autogestores dos seus próprios territórios. Enfatiza-se que a razão de ser do Projeto Waraná não se resume somente na venda dos produtos, uma vez que um de seus principais sustentáculos são a manutenção dos costumes e tradições dos Sateré-Mawé (BATISTA; BATISTA; GARCIA, 2015).

Diferentemente do primeiro projeto que almejava a independência do povo Sateré-Mawé das práticas dos regatões e patrões, por meio da criação das cantinas comunitárias, apenas se tinha um único produto para comercialização, que era o guaraná. Já o projeto idealizado por Obadias Batista, chamado de “projeto guaraná”, geraria um leque a mais de vendas de produtos nativos da TI Andirá-Marau. Para a construção deste projeto que perdura

até hoje, se passa pelo envolvimento de Obadias Batista, que até então exercia o cargo de tesoureiro do CGTSM e também era secretário da COIAB no ano de 1992.

Com dificuldades em manter o CGTSM, Obadias Batista buscou em Manaus o apoio do CIMI e da UFAM, visto que na época o reitor da universidade assessorava a COIAB, mas Obadias não conseguiria apoio em seu projeto. Foi então que conheceu um Doutor Sócio-economista, Maurizio Fraboni, que veio ao Brasil com a intenção também de criar o projeto guaraná, visto que por meio de pesquisas em sites, conteúdos relacionados à planta sobre guaraná, a cultura dos Saterés, com o valor agregado, poderia vender o produto no mercado europeu e com este recurso poderia manter a associação se auto financiando através de um projeto de etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé.

Sempre tive na cabeça este projeto. Procurei muitos parceiros, mas ninguém queria entender o caminho certo. Fui ao CIMI, mas eles diziam: não é por aí, tu queres que os índios virem empresários! Os índios têm que lutar para reivindicar seus direitos! Mas como é que o índio consegue reivindicar, lutar, se não tem como sustentar a barriga? Só se o CIMI reivindicar e lutar no nome dele. Na COIAB, onde que eu ocupava o cargo de secretário geral, pedi para a Assessoria. Eles disseram que era talvez uma boa ideia, mas que eu tinha que ver se isso era mesmo o que todas as comunidades queriam. Se não, antes eu tinha que explicar a ideia para todo o mundo e convencer cada um da importância do projeto. Eles disseram que o projeto tinha que nascer de forma participativa. Mas sem começar a gerar renda com o projeto guaraná, onde teria encontrado os recursos para fazer de verdade tudo isso? Se não começávamos na prática o projeto guaraná que é algo novo, como conseguia explicar como teria funcionado? Tivesse perguntado a cada tuxaua, nenhum teria me falado que era isso o que precisava [...]. Até que um dia esse cara, o Maurizio, veio me procurar na COIAB. Estava procurando alguém para montar um projeto do guaraná que se sustentasse sozinho. Pensava do mesmo jeito do que eu. Pediu para mim fazer um orçamento do que precisava para mandar uma amostra de guaraná para o comércio justo da Itália. Pa... pa ... pa, eu rascunhei o orçamento para a CTM e ele mandou pra lá. Começamos com 20 quilos [...]. Hoje, por causa da venda do guaraná e futuramente de outros produtos no mercado internacional, somos a única do Brasil que se auto-sustenta. (MATOS; BATISTA, 2014, p. 45).

Ao longo dos anos, o povo Sateré-Mawé busca romper com as relações assimétricas entre vendedor e cliente por meio do comércio justo, ou seja, mediante um sistema de venda sem ter a interferência de atravessadores em sua comercialização. Sobre o comércio justo, será mais detalhado no próximo capítulo. Em termos gerais, o comércio justo é oriundo do termo inglês *Fair Trade*, e visa contribuir com a recuperação da biodiversidade, valorização da produção de alimentos orgânicos, criando selos de autenticação de certificação de origem que comprovem que o alimento é orgânico, biológico e natural. Propõem, também, a promoção de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores à margem do mercado, uma alternativa em relação ao sistema convencional de comércio.

Cara, primeiro usando essa mitologia, essa cultura nossa do valor agregado à gente pode vender a um preço muito alto lá fora com os recursos a gente mantém a associação, se autofinancia e a gente acaba criando um projeto etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé. Ele disse é verdade. Esse é o projeto, tem nome esse projeto, isso chama-se comércio justo. Eu nem sabia o que era isso. O comércio justo começou no ano de 1960 a partir dos problemas sociais, econômicos, alimentares e começou a ter problema na Europa por uso de pesticidas, agrotóxicos e inseticidas. Então a Europa estava destruída com isso. Então era doença aparecendo de todo o jeito. E os dez estudantes universitários que fizeram pesquisas descobriram que justamente essa era a causa da destruição da Europa. Então começaram a pensar de recuperar a biodiversidade, de recuperar os alimentos orgânicos e depois criar o selo para ter certificação de origem para que aquele alimento que é consumido de fato seja orgânico, biológico, natural” (OBADIAS BATISTA, 2020).

O comércio justo busca promover padrões produtivos e comerciais responsáveis e sustentáveis, criando oportunidades de desenvolvimento para pequenos produtores, agricultores e artesãos. Assim, o comércio justo promove a comercialização aos pequenos produtores, de forma organizada, um acesso ao mercado em condições equitativas e justas.

No primeiro estatuto do CGTSM já estava prevista a criação de uma secretaria responsável por gerar uma economia auto sustentável para a conservação da TI Andirá-Marau. No mesmo ano, aconteceu a primeira participação do CGTSM em um evento de rede de comércio europeu, possibilitando as lideranças indígenas vinculadas ao CGTSM a levar uma amostra internacional para Europa de 20 quilos de guaraná em pó, para uma feira de comércio justo.

Sobre a comercialização dessa primeira remessa, Silva (2014, p. 133) faz a seguinte observação:

Em 2000, o recém-eleito presidente do CGTSM, Obadias Garcia, convenceu um produtor Sateré-Mawé da comunidade Vida Feliz, região do rio Andirá a ceder, a título de consignação, 30 quilos de grãos de guaraná da sua produção, com o propósito de revendê-lo no mercado europeu. Esse procedimento deu origem de forma objetiva saindo do plano de ideias, o que ficou conhecido como ‘projeto guaraná’. Essa ação, no caso do produtor ceder parte da sua produção, gerou um tipo de atitude contrária ao padrão envolvendo a comercialização do guaraná, a confiabilidade, em decorrência de que a venda de guaraná gera recurso imediato para a manutenção da família, além do que, a atividade produtiva envolve toda a família e, ao ceder parte da sua produção, o produtor estava cedendo parte da produção de uma coletividade.

Na citação, a autora se refere aos 30 quilos de grãos de guaraná doados por um produtor em forma *in natura*, que ao passar pelo processo de torrefação, os grãos são transformados em pó, sendo reduzidos a 20 quilos.

No final de 1995 para 1996 aconteceu a primeira venda de exportação para a Itália, com aproximadamente 600 kg de guaraná em pó. Apesar das vendas serem sucessivas, por lei

do comércio justo não concordaram com a forma de comercialização realizada pelos Sateré-Mawé, pelo motivo de a organização estar atrelada a uma associação com viés político, na qual quem receberia os valores da venda dos produtos era o CGTSM. Ocorreu então o processo de criação de uma organização dentro do CGTSM com viés empresarial mediante a qual os próprios produtores pudessem ser beneficiados por seus plantios; assim, nasce fisicamente o Consórcio dos Produtores Sateré Mawé, no ano de 2008.

O projeto começou pelo o Conselho, fiz o projeto em nome do CGTSM aí cheguei com o Mecias, como não era o coordenador do CGTSM, ele era o presidente do CGTSM, mas fiz o projeto em nome do CGTSM, cheguei lá com ele e: Mecias tá aqui o projeto, como você é o presidente, leva o projeto pra frente eu sou o secretário da COIAB Manaus [...] Foi o tempo que termina o mandato dele, aí tomei a frente de novo mesmo não era o presidente, na COIAB comecei a trabalhar. O Mecias saiu do CGTSM em 1996, esse que ele saiu da presidência, aí eu como já estava gerenciando isso daqui paralelamente em 1996 fui eleito presidente por conta do projeto que aceitaram aí desde lá não saí mais do CGTSM, lá presidente, então daí que começamos... É isso mesmo em 96 aí foi funcionando, foi funcionando até 2006, aí o comércio justo não aceitou mais que o CGTSM continuasse administrar, por conta que o CGTSM é um órgão político, não dos produtores, não era justo o CGTSM determinar o quê fazer com o dinheiro dos produtores, sendo que não é um produtor, eram políticos, teriam que ter uma organização especificamente dos produtores, porque eles que plantam, eles que cuidam, eles que beneficiam, colocam na comida, então eles que deveriam participar das decisões políticas do projeto. Nós criamos o consórcio dos produtores nesse ano, mas esse período aqui foi discutido isso daí, já tavam cobrando e nós já estávamos se organizando mudando estatuto escrevendo... nesse período aqui exigiram isso... Aí negociei com eles que não poderiam se criar mais uma organização, então nós colocamos a ideia de fazer uma estrutura no estatuto tipo uma prefeitura, tipo secretarias para sair do conselho e para não criar mais uma outra organização, aí foi o quarto secretário. Aí foi que nós aprovamos no estatuto o CPSM. (OBADIAS BATISTA, 2020.)

A afirmação acima relatada pelo entrevistado na pesquisa, demonstra que no CGTSM há uma estrutura organizacional constituída por secretarias, que essa associação macro instituída por conduzir as questões políticas do povo Sateré serviu para que o CPSM adotasse uma estrutura administrativa semelhante ao CGTSM, constituídas por secretarias.

No estatuto há uma indicação de criação de secretarias, cada uma com uma finalidade e objetivo. No caso da secretaria do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, elas estão estruturadas administrativamente em funções em cargos de tesoureiro geral, coordenador de comércio justo solidário, representante do comitê dos consumidores e associados, além do diretor geral. A secretaria trabalha com uma política de comércio justo, em que o produtor e comprador têm contato direto, sem a presença de atravessadores ou intermediários. A associação Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé segue regras rigorosas dos institutos certificadores, produzindo produtos naturais de qualidade reconhecida (NASCIMENTO, 2016).

A figura 07 ilustra a logomarca da associação do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, cujos símbolos nela presentes: o morcego e o sapo significam respectivamente no contexto Sateré, os rios Andirá e Marau.

Figura 7: Logomarca do Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM).



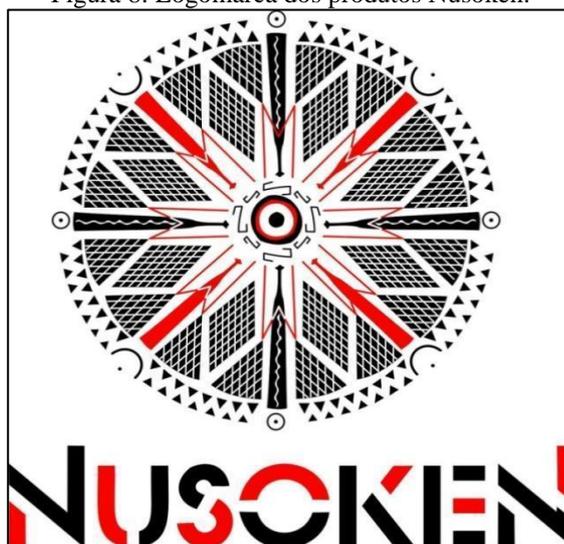
Fonte: Nusoken (2020).

Além da logomarca de seus produtos, o Consórcio de Produtores Sateré-Mawé busca outro diferencial que é a Denominação de Origem (DO) dos produtos. Esta denominação é solicitada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), o qual analisa o pedido do solicitante e emite a certificação. A obtenção deste registro de origem, aplicado aos produtos dos Sateré-Mawé, não só faz menção ao local em que o item é produzido como também indica a cultura, a história e a qualidade dos produtos feitos a partir da domesticação do guaraná (ATROCH, 2009; NASCIMENTO, 2016).

A escolha da marca Nusoken para atribuir nos produtos extraídos pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé vem da representação mitológica do seu povo que Nusoken é uma floresta encantada e paraíso mágico no mundo Sateré-Mawé, uma terra fértil diferente de qualquer lugar deste mundo. Na mitologia dos Sateré-Mawé, o Nusoken representa a localidade sagrada onde foram iniciadas as atividades de plantio e cultivo do fruto do guaraná. A palavra Nusoken, vem do termo *Nu* que significa lugar e *Soken* que denota a pedras, ou seja, um lugar de pedras, onde os antepassados habitavam com todos os seres vivos da floresta, além de gerar o nascimento do primeiro indígena do povo Sateré por meio do fruto do guaraná.

A representação na figura 08 ilustra a logomarca dos produtos comercializados pelo Consórcio de Produtores Sateré-Mawé, cuja arte destaca o nome Nusoken nas cores vermelha e preta, que são as cores do fruto do guaraná.

Figura 8: Logomarca dos produtos Nusoken.



Fonte: Nusoken, 2020.

No grafismo da arte da logomarca dos produtos Nusoken, há uma representação central, o olho do waraná; o termo wará significa em Sateré-Mawé o princípio do conhecimento, ao redor do wará estão as figuras dos porantins, que representam uma forma de pergaminho e/ou manual, considerado pelo referido povo a sua “Bíblia Sagrada”. Ao lado dos porantins estão mensagens, localizadas dentro do pergaminho; já as bordas destacadas de grafismo acoplado com símbolos, equivalem às barreiras de proteção a Terra Indígena Andirá-Marau, conforme as lideranças indígenas descrevem em seus relatos.

Os Sateré se auto designam como os filhos do guaraná. A domesticação do plantio e manuseio desse fruto está atrelada a história do povo, que de acordo com a sua mitologia, somente no paraíso Nusoken existe o verdadeiro guaraná (AGUIAR, 2018). Hoje o principal produto de comercialização do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) é o guaraná, por meio do qual buscam meios de auto-organização para preservar a integridade física, identidade cultural e união dos povos Sateré, com o intuito de criar e manter as condições de completa autossuficiência alimentar e econômica para quem vive na Terra Indígena Andirá-Marau (BATISTA; BATISTA. GARCIA, 2015; NASCIMENTO, 2016).

No quadro 01 estão enumeradas, resumidamente, as principais etapas do Projeto Waraná iniciada na década de 1980, perdurando até os dias atuais. As informações estão disponíveis no site portal Filhos do Waraná; aqui destacamos alguns recortes.

Quadro 1: O processo para institucionalização do Projeto Waraná

Ano	Etapas
Anos 1980	Começam a construção das cantinas do primeiro projeto guaraná ("Projeto Sateré-Mawé"), em parceria com o CTI de São Paulo. Essa experiência de comercialização regional, foi positiva, mas não conseguiu realizar as condições mínimas de sustentabilidade. Nas considerações finais do livro que Sônia Lorenz escreveu, em 1992, a autora relata a necessidade de criar um espaço de comércio internacional onde seja reconhecido um "valor de preservação" embutido no produto, que auxiliasse os Sateré-Mawé, os inventores da cultura do guaraná, a sobreviver como etnia diferenciada.
1996	Vinte quilos de pó de guaraná enviados para o comércio justo internacional através da parceria com a ACOPIAMA em Manaus. Isso marca o nascimento do Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento (hoje PAIESM): autonomia política do CGTSM fundamentada na autonomia econômica sustentada pelos produtores.
1998	A primeira missão da CTM-Altromercato e a necessidade de organizar os produtores: O representante para a América Latina da CTM-Altromercato, Luíz Eusebi, encontra em Umirituba o tuxaua Zuzu Miquiles. Leva consigo amostras das primeiras embalagens de guaraná em pó dos Sateré-Mawé à venda nas Bodegas do Mundo da Itália.
1999	A Guayapi Tropical, depois de várias tentativas fracassadas nos anos precedentes, consegue finalmente encontrar as lideranças do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). A partir desse ano, o CGTSM começa a comercializar também para essa empresa francesa, superando as condições iniciais de "monopólio propedêutico" da CTM e realizando assim um objetivo programático do comércio justo.
2002	Para celebrar o XV aniversário do CGTSM, sai no Diário Oficial o primeiro convênio de cooperação técnico-científica celebrado com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Isso irá fortalecer a meliponicultura e, com isso a escolha pela agroecologia como eixo do modo de produção das comunidades.
2004	Em Siena, Itália, Obadias Garcia, presidente do CGTSM, junto com Maurizio Fraboni (ACOPIAMA), na Conferência internacional " <i>Biotecnology and International Law</i> ", apresenta pela primeira vez a reivindicação que o Santuário ecológico e cultural do Guaraná do Povo Sateré-Mawé seja reconhecido como Patrimônio cultural imaterial da Humanidade.
2005	A construção participativa do protocolo de produção no evento ocorrido na Olaria dos padres de Parintins nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro onde foram reunidos 71 produtores para apresentar e discutir o esboço apresentado pela equipe da Universidade Federal do Amazonas - UFAM junto com os jovens pesquisadores indígenas no âmbito da pesquisa patrocinada pela FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa da Amazônia patrocinada pelo CGTSM.
2005	Discussão e aprovação do novo Estatuto do CGTSM, quando é proclamada a necessidade de constituir uma organização autônoma das famílias de produtores.

2006	<p>Outubro: Através do Convívio dos Filhos do Waraná e guardiões do Jardim do Imperador, o anseio e o projeto do CGTSM de chegar a uma denominação de origem do guaraná nativo dos Sateré-Mawé são apresentados num laboratório da Terra do encontro mundial das comunidades do alimento Terra Madre, em Turim (<i>Development: The importance of origin</i>), e o Ministro da Agricultura italiano, Gianni Alemanno, se prontifica a apoiar, caso seja o caminho apropriado, um reconhecimento direto de Denominação de Origem extracomunitária pela Comunidade Europeia.</p>
2008	<p>Movida por interesses externos, uma assembleia minoritária do CGTSM foi convocada para modificar o Estatuto cancelando a representação dos produtores e atribuindo todos os poderes ao Presidente. A maioria da Diretoria (10 membros de 14) se recusa a participar, assim como a grande maioria (61 de 80) das aldeias Sateré-Mawé.</p> <p>Determina-se assim uma cisão do CGTSM, mas a maioria decide de não comprar briga e, retirando-se do campo de luta, concentra-se na execução positiva do mandato estatutário e se dedica à constituição do Consórcio. Desta feita, o CGTSM vira uma figura jurídica paralisada à espera de uma nova e regular assembleia eletiva que o faça ressurgir, fato que acontecerá só em junho 2011.</p>
2009	<p>Em dezembro na Ilha Miquiles, nasce o CPSM – Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé. Os produtores se constituem de fato e de direito como um sujeito coletivo autonomamente responsável para cumprir com seu papel de motor econômico do Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento da Nação Sateré-Mawé.</p>
2010	<p>Fevereiro: Segunda assembleia do Consórcio em que é atribuído mandato de executar tudo o que for necessário para chegar ao reconhecimento de uma indicação geográfica do guaraná.</p> <p>Março: O CPSM adquire o SISCOSEX (senha no sistema de exterior) e torna-se a primeira organização indígena brasileira a exportar diretamente e por sua própria responsabilidade os produtos oriundos de seu território nos mercados internacionais.</p> <p>Agosto: A Secretaria do Estado para os Povos Indígenas do Amazonas emite uma declaração de apoio ao Consórcio, assinada pelo Secretário Bonifácio José Baniwa, para que o direito à denominação de Origem do guaraná da Terra Indígena Andirá-Marau fosse rapidamente reconhecido e efetivado.</p> <p>Dezembro: O Consórcio e a Guayapi, depois de dez anos de trabalho conjunto e de reflexão sobre as práticas inovadoras experimentadas, assinam um contrato de parceria cujas condições vão além do padrão de tutela dos interesses dos produtores exigido pelo comércio justo. Aqui inicia a proposta de uma parceria solidária orientada pelo princípio da plena e total reciprocidade, e do pleno e operacional reconhecimento das diferenças socioculturais, rumo a transformar a cadeia produtiva numa rede produtiva entre parceiros autônomos fundamentada numa distribuição equilibrada dos poderes reais.</p>
2012	<p>Fevereiro: O CPSM deposita na marca Nusoken, para começar a atingir o mercado nacional brasileiro.</p> <p>Março: Nasce a Central de Turismo Comunitário da Amazônia que determina as pré-condições para fazer funcionar o Centro de Excelência de Vintequilos como agrosilviturismo, vitrine do Projeto Waraná, com efeito de reunir produtores e consumidores no local de produção, para consumir juntos de forma convivial.</p> <p>Mai: Logomarca do Consórcio depositada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e Inauguração da unidade de beneficiamento em Parintins. Com isso, os Sateré-Mawé internalizam todo serviço de beneficiamento (fora, por enquanto, a fabricação de extrato, que continua com Agrorisa): entre os quais a transformação em pó do Waraná.</p>

	<p>Novembro: Sidney Michiles, da diretoria do Consórcio, recebe em Brasília o prêmio dado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) ao vídeo "CONAB apoia os filhos do Guaraná", na categoria Programa de aquisição de alimentos na modalidade formação de estoque pela agricultura familiar, além da efetivação dessa colaboração financeira entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e produtores Sateré-Mawé organizados inaugurada com a safra 2011-2012.</p>
2013	<p>Janeiro: a reforma do Estatuto do CGTSM reconhece o Consórcio dos Produtores como "entidade autônoma auxiliar", e essa entidade como "membro associado" do CGTSM. Completa-se assim a institucionalização dos direitos e deveres e do poder político das famílias produtoras na sociedade Sateré-Mawé.</p> <p>Abril: Numa reunião conjunta em Parintins, a coordenação de CGTSM e CPSM elabora uma carta para o IDAM de Maués, protestando contra mais uma tentativa de introduzir ilegalmente dentro da Terra Indígena clones de guaraná que prejudicariam a identidade cultural e religiosa, os interesses econômicos e o patrimônio ecológico comum do Povo Sateré-Mawé.</p> <p>Maior: a II Assembleia extraordinária do CPSM, reformando o Estatuto da entidade. A Academia de Propriedade Intelectual (API) e o INPI oferecem em uma conferência pública organizada por Maysa Blay, no Auditório do INPI ao CPSM, a oportunidade de apresentar as razões específicas fundamentais que, do ponto de vista do Consórcio, justificam, com base em uma interpretação da legislação brasileira, a pretensão de uma Denominação de Origem (qualidade objetiva), e não de uma simples Identificação de Precedência (renome), para o Waraná. Com isso, o guaraná produzido nas terras indígenas torna-se parte do banco genético natural do mundo.</p>
2015	<p>Setembro: O CGTSM organiza um evento na Exposição Universal em 2015 em Milão, junto a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex-Brasil) e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Exterior – MDIC, e chama seus parceiros internacionais num Simpósio para discutir o modelo de desenvolvimento futuro para a Amazônia. Com isso aparecem como protagonistas na maior vitrine nacional do "Brasil que dá certo".</p> <p>Novembro: O CPSM participa pela primeira vez da Festa do Guaraná de Maués, levando seus produtos e sua marca. Assim, a Prefeitura de Maués aprova que os produtores Sateré-Mawé estão organizados e de posse de um produto de qualidade comprovada.</p>
2016	<p>Setembro: Entrega ao MAPA da solicitação de credenciamento do CPSM como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC).</p> <p>Novembro: Pedido de reconhecimento da "Terra Indígena Andirá-Marau" como denominação de origem do verdadeiro Guaraná nativo, o Waraná dos Sateré-Mawé depositado no Instituto Nacional de Proteção Industrial.</p>
2018	<p>Janeiro: Com o pagamento do último boleto ao INPI, o registro da marca Nusoken® entra em vigor.</p> <p>Janeiro: Grande vitória da Nação Sateré-Mawé, liderada nessa circunstância pelos produtores de suas sementes sagradas: a porção da Terra Indígena Andirá-Marau à qual se sobrepõe o território administrado pelo Município de Maués é EXCLUÍDA da área de abrangência da Identificação de Procedência Geográfica do guaraná de Maués. Concedendo o registro a essa condição, o INPI acata o pedido do CPSM no seu ponto mais essencial e decisivo para o futuro: o Patrimônio da União é preservado, uma séria ameaça ao único banco genético <i>in situ</i> do guaraná existente no mundo é afastada.</p>

2019	A Assembleia do Consórcio aprova um novo Estatuto. Duas das reformas relevantes: (1) Do ponto de vista político o novo Estatuto vai definir princípios e regras que devem orientar a construção de parcerias comerciais e de cooperação com os agricultores familiares em volta da T.I. Andirá- Marau para cumprir com a necessidade estratégica de consolidar uma faixa de proteção agroecológica em volta do Santuário ecológico do Waraná. (2) Do ponto de vista organizacional, o novo Estatuto impõe a operacionalização de um escritório virtual, "nas nuvens", que doravante irá permitir de efetivar uma melhor socialização interna de todos os dados atualizados em tempo real em função de uma administração e gestão compartilhada das atividades do CPSM.
2020	A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) divulgou a lista de projetos selecionados para participar do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS). Programa que faz parte do enfrentamento à covid-19. Entre os 1524 projetos escolhidos, 64 são do estado do Amazonas e entre eles se encontra o do CPSM. 20 de outubro de 2020. Publicado na revista da Propriedade Industrial nº 2598 Indicações Geográficas seção IV. Código 395 (concessão): Verificada a presença dos requisitos estabelecidos pela Lei nº9.279/96 e pela IN nº 95/2018, e não havendo pendências quanto ao exame, recomendamos a concessão do pedido de registro e expedição do certificado de reconhecimento do nome geográfico "Terra Indígena Andirá-Marau" para "waraná (guaraná nativo) e pães de waraná (bastão de guaraná)" como Denominação de Origem (DO), nos termos do art. 14, caput e §1º, da IN nº 95/2018.

Fonte: Nusoken (2020).

Como podemos perceber, a trajetória da caminhada dos produtores Sateré-Mawé esboçam o cenário das transformações construídas dentro do próprio movimento indígena, buscando uma legitimidade da autonomia política; interpõe-se em um uso racional da natureza e a observação de práticas que assegurem um modelo de sustentabilidade, incluindo procedimentos éticos de transparência que considera além da produção, relação histórica, cultural e propriedades de qualidades dos produtos relacionados ao local de origem.

2.6 Produtos da Natureza

Os titulares da cultura do Guaraná (Waraná), os Sateré-Mawé transformaram o cultivo da *Paullinia Cupana*, uma trepadeira silvestre da família das Sapindáceas, em arbusto cultivado, introduzindo seu plantio e beneficiamento. O guaraná é uma planta nativa da região do médio e baixo Amazonas, estando presente no território Sateré-Mawé. Embora a cultura do guaraná tenha sido inicialmente domesticada pelo referido povo, hoje em dia a produção de guaraná tem a participação de vários atores, deixando de ser um produto exclusivo deste povo.

De acordo com as narrativas dos Sateré-Mawé, vender o Waraná não é apenas dispor para a comercialização de um produto qualquer, waraná é uma bebida que está intrínseca diariamente no seu dia a dia, este fruto é repleto de simbologia de um povo com valores culturais milenares, inserida na própria ciência Sateré. A venda também visa contribuir para a política de integração de etnodesenvolvimento que tem como premissa à conservação da biodiversidade, essencial para viabilizar as melhorias sociais e o bem-viver na Terra Indígena Andirá-Marau.

Além do guaraná, também são produzidos por meio do Consórcio diversos produtos da floresta, permeados de simbologias culturais e que constituem o rol de saberes ambientais. Dentre eles, destacam-se: Mirantã, que auxilia no tratamento da calvície e reumatismo crônico; Unha de gato, que é um forte anti-inflamatório natural que combate a rinite, sinusites, artrites e inflamações; extrato de Própolis rico em aminoácido, vitamina e antioxidante com ação antibiótica por vias urinárias; Mel de abelha, considerado medicinal, rico em propriedades bactericida, antioxidantes, com propriedades também para sistema respiratório e circulatório; óleo de Andiroba que é utilizado para cicatrizações, contusões e inchaços, serve também como protetor solar e repelente natural além de poder ser aplicada em feridas e picada de insetos; óleo de Copaíba, um antibiótico e anti-inflamatório natural, afecções na garganta, tosse, gripe.

Quadro 2: Produtos Nusoken

PRODUTOS NUSOKEN	
NOME	FUNCIONALIDADE
GUARANÁ (<i>Paullinia Cupana</i>)	É rico em fósforo, potássio, tanino e vitaminas, suas propriedades medicinais contém antitérmico, anti neurológico, antidiarréico, analgésico, antigripal e estimulante. O guaraná age também sobre o sistema nervoso, ajudando a combater a fadiga, a estimular a atividade cerebral e manter os níveis de energia durante atividades físicas intensas.
MEL DE ABELHA (<i>Scaptotrigoma Depilis</i>)	O mel de abelha do Nusoken é considerado medicinal, rico em bactericida, energético, antioxidante, com propriedades medicinais para os sistemas circulatório e respiratório. O mel pode ser utilizado como cicatrizante, além de possuir finalidades curativas, sendo associado em diversas receitas populares para o tratamento de feridas já infectadas por microrganismos
PRÓPOLIS (<i>Scaptotrigoma Depilis</i>)	Utilizada para fins terapêuticos, é rico em aminoácidos, vitaminas. Vários trabalhos científicos têm demonstrado que a própolis apresenta atividades bactericidas, bacteriostáticas, antifúngicas, analgésicas, cicatrizantes, anti-inflamatórias, antioxidantes,
UNHA DE GATO (<i>Uncaria tomentosa</i>)	Utilizado de forma doméstica por populações tradicionais, para

	tratamento de disenteria, reumatismo, diabetes, câncer no trato urinário e digestivo, cirrose, gastrite, inflamação, tumores, febres e abscessos.
MUIRARUÍRA (<i>Cissus Sicyoides</i> – <i>Salacia impressifolia</i>)	O chá das partes aéreas de <i>C.sicyoides</i> é usado na medicina popular como hipoglicemiantes, anti-hipertensivo e antitérmico. Até mesmo utilizado em enfermidades hepáticas, no tratamento das doenças do coração. Proporciona ação anticonvulsivante, sendo por este motivo utilizado em casos de epilepsia e derrame cerebral.
COPAÍBA (<i>Copaifera Longsdorffii</i>)	é uma matéria-prima importante por ser um excelente fixador, assim como nas indústrias de cosméticos, por ter suas propriedades como bactericida e anti-inflamatório, na manufatura de sabonetes, cremes e espumas de banho, xampus, cremes condicionadores, loções hidratantes e outros.
ANDIROBA (<i>Carapa guianensis</i> Aubl.)	Na região fazem o uso externo do óleo de andiroba como repelente, contra parasitas (piolhos) e coceiras em geral, como cicatrizante de ferimentos e para retirar carne crescida dos olhos. Já o uso interno é, sobretudo, recomendado para combater gripe, febre, asma, dor na garganta e até mesmo para baixar o nível de glicose no sangue (diabetes).
MIRANTÃ (<i>Ptychopetalum olacoides</i>)	Usa internamente na forma de chás para tratamento da impotência sexual, para problemas neuromusculares, gripe, reumatismo, astenia cardíaca e gastrointestinal.
ÓLEO DE CUMARÚ (<i>Dipteryx odorata</i>)	São utilizadas medicinalmente no preparo de óleos por ter suas propriedades sedativas, broncodilatadores e anti-inflamatórias no tratamento de dores de ouvido, além de empregar xaropes ou mel e também para aromatizar tabacos, rapé, bebidas ou chocolates.
TINTA DE JENIPAPO (<i>Genipa americana</i>)	Tanto a casca quanto o pericarpo do fruto contém substância corante que em combinação com a proteína epidérmica, desenvolve aos poucos uma coloração negra notavelmente fixa. Os indígenas usam essa substância corante para tatuagem e para pintar seus corpos, nos rituais e como proteção contra picadas de insetos.
IPÊ ROXO (<i>Tabebuia impetiginosa</i>)	Auxilia no combate a alguns tipos de tumores cancerígenos, além de ser utilizado frequentemente como analgésico, anti-inflamatório, antifúngico e antibiótico e como auxiliar no tratamento de doenças estomacais e de doenças de pele.
URUCUM (<i>Bixa orellana</i>)	O urucum em pó é utilizado como condimento para dar cor aos alimentos.

Fonte: Autorial própria

As informações sobre esse catálogo, em sua versão ampliada, se encontram nos apêndices e será disponibilizada para o Consórcio como uma contrapartida desta pesquisa, realizando uma formatação específica, sendo entregue para a associação para que possam ajudar na divulgação dos produtos no site Nusoken.

A narrativa de Obadias Batista reforça quais são estes produtos disponíveis para a comercialização, mas também aponta oportunidades de mercado em necessidade de entrar novos produtos.

Hoje nós temos, 13 produtos no mercado, a começar pelo guaraná, copaíba, andiroba, mel de abelha, urucum, unha de gato, ipê roxo, jenipapo, crajirú, mel de abelha, depois vem muiraruíra, tem mais o própolis, e também temos o cumaru. Então temos esses treze produtos no mercado. Podendo entrar muito mais, porém, não temos produtores interessados sobre isso, muito embora o mercado.. a gente oferece o valor ao produtor muito mais alto do que o mercado convencional, mas eles ainda não querem produzir outros produtos (OBADIAS BATISTA, 2021).

Diante destes 13 produtos existentes na comercialização até o momento, vinculada ao CPSM, indago Obadias Batista a respeito de quais os produtos que mais são vendidos. Dentre os três produtos, estão o Waraná, Cumarú e Copaíba.

2.6.1. Guaraná (Paullinia Cupana)

O guaranazeiro é uma planta nativa da Amazônia, pertencente à família das sapindáceas e encontrada em estado nativo nas regiões compreendidas entre os rios Amazonas, Maués, Paraná dos Ramos e Negro. Seu nome científico é *Paullinia cupana*, cujo nome provém do termo indígena “waraná” (figura 31).

A planta é um arbusto semiereto, trepadeira, lenhosa, que no seu habitat natural se apoia às árvores da floresta, atingindo uma altura de 9 a 10 metros. Frutifica em cachos, que à primeira vista se parecem com ramos de café maduro. O fruto é uma cápsula deiscente de 1 a 3 válvulas, com uma semente cada; quando maduro, torna-se vermelho ou amarelo, rompendo a casca, fazendo aparecer uma substância branca que envolve parte da semente, que é arredondada, preta e brilhante, constituindo-se no produto utilizável da planta, após sofrer beneficiamento primário, que consiste na torrefação e limpeza (SEBRAE, s/d p.03).

Figura 9: Guaraná



Fonte: Agência de notícias – Embrapa, 2012.

O guaraná se encontra principalmente na região de Maués, no leste do estado do Amazonas, próxima da divisa com o Pará. Ali, as sementes da planta vêm sendo consumidas há séculos pelas populações indígenas, que utilizam principalmente como produto medicinal e alimentício.

A *Paullinia cupana* é uma das espécies de maior potencial econômico na Amazônia. Seu cultivo data desde a época pré-colombiana por diversos povos indígenas, entre os quais os Mawé e Andirá, no Baixo Amazonas, cultivando a variedade *sorbilis*, e os Baré, no Alto Rio Negro, cultivando a variedade *cupana*. Seu crescimento é lento, começando a produzir a partir do seu 3º ou 4º ano de implantação, para apenas em seu 5º ano alcançar o nível de produção econômica. Sua comercialização é feita por ramas (sementes torradas), além de se obter o xarope (concentrado) para o consumo direto como bebida energética, o guaraná em bastão para ralar e obter o pó e misturar com água e beber, ou o próprio pó já acondicionado em frascos, cápsulas gelatinosas ou sachês. (SUFRAMA, 2003, p.04).

Figura 10: Embalagem final do pó de guaraná para a comercialização



Fonte: Nusoken, 2020.

Figura 11: Rótulo do guaraná em pó



Fonte: Nusoken, 2020.

De acordo com Nusoken (2020), as propriedades do guaraná (waraná) contêm até 5% de cafeína, seu teor de cafeína é maior que do próprio café (1ª 2%), erva mate (1%) ou cacau (0,7%). É rico em fósforo, potássio, tanino e vitaminas, suas propriedades medicinais contêm antitérmico, antineurológico, antidiarréico, analgésico, antigripal e estimulante. O guaraná age também sobre o sistema nervoso, ajudando a combater a fadiga, a estimular a atividade cerebral e manter os níveis de energia durante atividades físicas intensas.

2.6.2. Cumaru (*Dipteryx odorata*)

O cumaru (*Dipteryx odorata*) é uma árvore elegante e frondosa pertencente à família das leguminosas, nativas da região Amazônica. Seu nome científico é proveniente do fato de as folhas se apresentarem pareadas, parecendo duas asas. Originando o nome *Dipteryx*, o epíteto *odorata* é devido ao aroma forte e agradável das cumarinas presentes nos frutos e sementes (GARCIA, 2013 apoud EMBRAPA).

Embrapa (2009) enfatiza que a árvore do cumaru possui madeira nobre, por ser muito densa e de propriedade físico-mecânicas altas e médias, a madeira de Cumaru pode ser usada também na construção civil, como vigas, caibros, ripas, tacos e tábuas para assoalhos. A madeira é tida como uma das melhores madeiras para dormente, não apenas pela durabilidade, mas também por não rachar quando exposta ao sol.

Figura 12: Semente do cumaru



Fonte: Óleos essenciais, 2020.

Já suas sementes contêm um óleo essencial aromático amplamente usado na indústria de perfumaria e de cosméticos. Esse óleo tem grande demanda no mercado internacional, e as sementes dessa espécie são constituídas de 30% a 40% (peso seco) de um óleo amarelo-claro,

perfumado, que se oxida rapidamente em contato com o ar. Esse óleo é similar aos óleos de outras leguminosas, como o do amendoim. As sementes fermentadas produzem um óleo essencial e industrial – a cumarina (anidrido cumarínico), que é uma essência aromática usada como narcótico e estimulante. Esse óleo é também usado como fixador na indústria de perfumes (EMBRAPA, 2009).

Figura 13: Embalagem final do óleo de cumaru



Fonte: Nusoken, 2020.

Para Nusoken (2020), o óleo do cumaru é cardiotônico, fortificante do coração e atua com propriedade antiespasmódica, que melhora quadro de cólica uterina, combate os sintomas da asma, regulariza a o fluxo da menstruação, contribui para a desintoxicação do organismo.

Figura 14: Rótulo do óleo de cumaru



Fonte: Nusoken, 2020.

Altamente aromática, a semente do cumaru é tida como a baunilha da Amazônia e vem sendo amplamente estimada para uso na culinária e composição de fragrâncias da alta perfumaria. No uso popular, as sementes são utilizadas medicinalmente no preparo de óleos por terem propriedades sedativas, broncodilatadores e anti-inflamatórias no tratamento de dores de ouvido, além de empregar xaropes ou mel e também para aromatizar tabacos, rapé, bebidas ou chocolates. A produção do óleo de cumaru, em sua maioria, ainda é realizada de modo artesanal e local. A coleta de frutos para extração da semente costuma ser uma atividade tradicional em famílias de agricultores locais (ABSOLUTO DE CUMARU, 2020).

2.6.3. Copaíba (*Copaifera Longsdorffii*)

As copaibeiras são árvores que fazem parte da família das Leguminosae-Caesalpinoideae, possuem um crescimento lento, chegando a alcançar de 25 a 40 metros de altura, podendo durar até 400 anos. O tronco é áspero, de coloração escura, estimando-se de 0,4 a 4 metros de diâmetro. Os frutos contêm uma semente ovóide intrincada por um arilo abundante e colorido. As flores são pequenas, apétalas e arranjadas em panículos axilares (VEIGA JUNIOR, 2002. p. 274).

Figura 15: Copaíba



Fonte: Frutos atrativos do cerrado, 2020.

A origem do nome parece ter vindo do tupi “cupa-yba”, que significa “árvore de depósito”, referindo-se ao óleo que possui no seu interior (VEIGA JUNIOR; PINTO, 2002). Vasconcelos & Godinho (2002, p. 1057) descreve que a copaíba é muito utilizada na medicina popular, especialmente na região no norte do Brasil; além de ser bastante consumido por diversos tipos de produtos, tais como pomadas e xaropes, é também muito consumido *in natura*, por uso oral ou aplicação tópica, além da importância da atividade comercial, através da exportação do óleo de copaíba para a indústria dos cosméticos.

Figura 16: Embalagem final do óleo de copaíba para a comercialização



Fonte: Nusoken, 2020.

A copaíba é adaptada a uma grande variedade de ambientes. Incidem em florestas de terra firme, terras alagadas, margens de lagos e igarapés da Bacia Amazônica e nas matas do cerrado do Brasil central; é encontrada tanto em solos arenosos como argilosos e geralmente seus espécimes adultos ocupam o dossel da floresta ou emergem ocasionalmente (ALENCAR ET AL., 1979; SHANLEY ET AL., 1998; SAMPAIO, 2000). De acordo com Veiga Junior; Pinto (2002, p. 274), a designação correta para o óleo da copaíba é a de óleo-resina, por ser um exudato constituído por ácidos resinosos e compostos voláteis.

Conforme Veiga Junior e Pinto (2002, p. 276), as indicações etnofarmacológicas mais usuais são: a) para as vias urinárias, como antiblenorrágico, antiinflamatório, antigonorréico, anti-séptico, estimulante e no tratamento de cistite, incontínênica urinária e sífilis; b) para as vias respiratórias, antiasmático, e expectorante, no tratamento de bronquite, inflamação de garganta, hemoptise, pneumonia e sinusite; c) para infecções da derme e mucosas, como dermatites, eczemas, psoríases e ferimentos; d) para úlceras e feridas no útero; e) outras finalidades, como afrodisíaco, antitetânico, antirreumático, anti-herpético, anticancerígeno, antitumoral (tumores de próstata), no tratamento da leishmaniose e da leucorreia, contra paralisia, dores de cabeça e picadas de cobra.

Na região Norte do país, o caboclo faz amplo uso do óleo de copaíba. Ele utiliza como produto medicinal e também como combustível na iluminação pública. A figura a seguir

ilustra a forma de rotulagem disponível pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé, comercializado através da marca Nusoken.

Figura 17: Rótulo do óleo de copaíba



Sob o ponto de vista de Veiga Junior e Pinto (2002), a copaíba tem grande comercialização por meio da indústria de perfumes; o óleo de copaíba é uma matéria-prima importante por ser um excelente fixador, assim como nas indústrias de cosméticos, por ter suas propriedades como bactericida e anti-inflamatório, na manufatura de sabonetes, cremes e espumas de banho, xampus, cremes condicionadores, loções hidratantes e outros.

Os mesmos autores acima apontam que também em mercados na indústria de vernizes, o óleo de copaíba é utilizado na formulação como secativo; na pintura com porcelana, o óleo de copaíba atua como solvente para tintas em pó, mas como seca rapidamente, é recomendado ser utilizado em conjunto com outros óleos para que a pintura demore mais para secar. Já na pintura em tela, o óleo é válido como “amolecedor” de vernizes de pinturas antigas.

Os produtos nativos do território do povo Sateré-Mawé, são oriundos da rotina do consumo de alimentação dos próprios indígenas, isso demonstra na narrativa mencionada anteriormente por Obadias Batista no que se destaca em novas oportunidades de exportação de outros produtos nativos da marca Nusoken. Entretanto, os produtores realizam produções e plantações conforme as necessidades das suas famílias, ou seja, busca-se primeiramente obter

a alimentação para dentro de suas casas e os produtos nativos que sobram, então, são comercializados.

Na figura 09 destacamos algumas imagens dos produtos nativos da Terra Indígena Andirá-Marau, no qual a marca Nusoken tem a representatividade e simbolismo dos Sateré. De modo a evidenciar as riquezas dos produtos vendidos no âmbito, comercializados no Nusoken.

Figura 18: Produtos Nusoken



Fonte: Nusoken, 2020.

CAPÍTULO III - PROTAGONISMO INDÍGENA: OS DESAFIOS DA AUTONOMIA SATERÉ-MAWÉ

“O que o projeto tá construindo é uma política, se você colocar no teu sangue, no teu pensamento, na tua disciplina, isso vai ser pra sempre essa política pra teus filhos, netos e bisnetos, enquanto o território tiver aí, eles vão gerenciar o teu território nesse sentido, nós temos biodiversidade...”

(Obadias Batista, Presidente do CGTSM, 2020)

3.1 Projeto Integrado de Etnodesenvolvimento Sateré-Mawé: mobilizando o presente e projetando o futuro

As mobilizações em prol da defesa da biodiversidade não incidem por questão de sentimento de perda futura da riqueza natural que ela representa, mas sim está atribuído à cobiça de posse desse espaço para si, permitindo, dessa forma, o aumento de capital. Nascimento (2012) destaca que tanto a exploração como a conservação estão associadas à necessidade de produção. O diferencial dessa produção está na forma como os atores sociais participantes decidem aproveitar aquilo que a biodiversidade tem a proporcionar. De um lado, o capital industrial incrementa suas práticas por meio do “desenvolvimento sustentável”, enquanto a população tradicional que ocupa esses territórios usufruem dos recursos naturais sem pretensão de almejar desenvolvimento, mas sim, como uma forma de subsistência de um grupo familiar ou comunidade, sendo essa a base na qual se assenta a noção de etnodesenvolvimento.

De acordo com Stavenhagen (1985) o etnodesenvolvimento significa que uma “etnia, autóctone, tribal ou outra”, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, sendo livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses. O etnodesenvolvimento pode ser idealizado como desenvolvimento da etnicidade de um grupo social – devido às múltiplas reivindicações das minorias nacionais ou grupos étnicos em busca por direitos iguais – que tem como finalidade responder os interesses econômicos e políticos, os quais dificilmente são atendidos, tomando-se políticas de pressão por parte de grupos minoritários em suas tentativas de diminuir as injustiças econômicas.

Nascimento (2012) enfatiza que o etnodesenvolvimento procura dar sustento a existências de comunidades tradicionais e povos que estão vinculados diretamente com a biodiversidade, possibilitando que a própria comunidade produza e gerencie seus recursos, não apontando o capital, mas sim permitir a sustentabilidade do grupo social que ali vive por

séculos. Sendo assim, esse processo de desenvolvimento provoca mecanismos que combatem a exclusão, a marginalidade e a pobreza dos povos que vivem em seus territórios.

A respeito dessa fala, Little colabora com as questões anteriormente citadas, a respeito do etnodesenvolvimento:

Há muitas maneiras de conceituar o etnodesenvolvimento local, sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores políticos e culturais [...]. O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, juntamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para grupos étnicos exercerem influências nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica (LITTLE, 2002, p.40).

O referido autor relaciona a existência de duas forças cruciais para a prática no processo de etnodesenvolvimento local; a primeira dessa força constante é a mobilização política para obter sua autonomia cultural, sendo essa autonomia cultural como uma bússola fundamental para constituir condições imprescindíveis para a implementação do etnodesenvolvimento. A segunda força atribuí que esses grupos étnicos trazem para si a responsabilidade de operacionalizar os sistemas de integração à sua própria estrutura econômica.

Stavenhagen (1985, p. 42) considera que o etnodesenvolvimento das populações indígenas na América Latina traz uma significação de uma completa revisão das políticas governamentais “indigenistas”, que têm sido tomadas pela maioria dos governos. Um novo tipo de movimentos ou organizações sociais indígenas militares vêm reivindicando a reafirmação dos valores culturais indígenas e uma reavaliação da posição dos índios na estrutura social.

Verdum (2006) avalia que a partir dos anos de 1980, um contexto de construção das bases sociais, políticas e culturais para a constituição de entidades de representação e articulação nacional; estas visões passaram a interagir de forma mais intensa em torno de demandas de interesse comum, como por exemplo, na demanda por autonomia na gestão de seus territórios, na proteção do patrimônio cultural e ambiental coletivo e entre outros.

Nos anos 1980, particularmente a partir da segunda metade, ao mesmo tempo em que os povos indígenas passavam a se organizar em associações de caráter etno-político, construindo redes de articulação dessas organizações visando defender e reivindicar direitos e demandas específicas frente aos Estados nacionais, contando para isso com a colaboração e o apoio em particular da Igreja Católica e algumas ONGs solidárias, as agências de cooperação técnica e financeira multilateral e

bilateral, bem como as organizações não-governamentais internacionais estão criando as condições para o surgimento de Programas e Projetos destinados a acolher estas demandas e incluí-las nos processos de modernização das estruturas legais, políticas e institucionais de promoção do “desenvolvimento econômico” dos países da região (VERDUM, 2006, p. 91).

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe o reconhecimento formal aos movimentos, organizações representadas pelas lideranças indígenas. Verdum (2002, p. 89) considera este marco como o “impulso determinante para o processo de auto-organização dessas sociedades, o aparecimento e multiplicação de organizações indígenas e suas articulações em redes e movimentos de abrangência em âmbito regional, nacional e internacional”.

O aumento das entidades indígenas e o crescimento de seu papel político no processo de democratização no estado brasileiro teve como pilar quatro fatores, que são: a percepção dos indígenas a respeito da necessidade de auto-organização direcionada para a defesa de seus territórios, recursos naturais e autonomia política; o segundo é o processo de “redemocratização” do povo brasileiro no ano de 1980 e que refletiu como consequência no processo constitucional de 1986-88 seu ponto alto; o terceiro fator foi a crise do modelo tutelar gerido pelo Estado nacional, e por último, o contexto transnacional, que tem como discurso desenvolvimentista com preocupações ecológicas globais, como a mudança climática, biodiversidade, sustentabilidade, além de combate à pobreza. Com o reconhecimento das organizações multilaterais de que os povos indígenas podem e devem ser sujeitos políticos e atores gestores do desenvolvimento local (VERDUM, 2002, p.90).

Nogueira (2013, p.12) explica que o etnodesenvolvimento surge para estimular a autonomia das populações locais quando se posicionam a respeito de comportamentos individuais e coletivos de uma comunidade, com o intuito de resgatar e manter viva a aprendizagem, a transmissão dos saberes e do fazer. Para materializar o etnodesenvolvimento nas comunidades, é necessário ter projetos que desenvolvam ações pedagógicas aplicadas à prática cotidiana da comunidade, que permitam colaborar para um mundo melhor, de pessoas livres na sua alteridade, capaz de fiscalizar o cumprimento dos recursos aplicados por meio de políticas públicas nas comunidades, contribuindo para a sustentabilidade.

Em busca de concretizar essa política de desenvolvimento, os Sateré conseguiram adquirir o centro de beneficiamento do consórcio implantado em Parintins (figuras 10 e 11); foi uma das conquistas do projeto *vinte quilos*. Somente com uma estrutura, um ambiente físico do empreendimento através do centro de beneficiamento do guaraná, que o governo federal, através da CONAB disponibilizou um crédito de financiamento junto ao consórcio no valor de 300 mil reais. O projeto é desenvolvido a partir de 4 princípios: a cultura do guaraná,

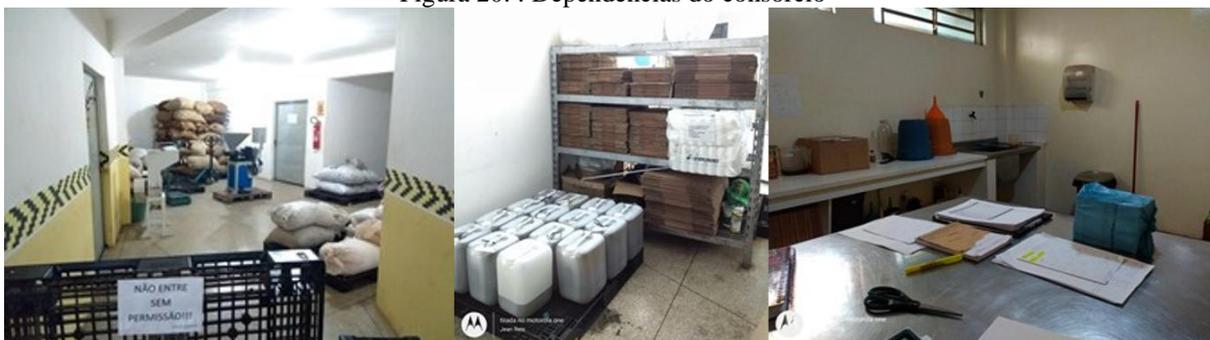
as ações de meio ambiente, o turismo comunitário e o fortalecimento institucional, colocando o próprio indígena como protagonista para gerenciar todo esse processo.

Figura 19: Placa de Unidade de Beneficiamento de Parintins



Fonte: Acervo do autor

Figura 20: : Dependências do consórcio



Fonte: Acervo do autor

Vale assinalar que o projeto *vinte quilos* serviu como uma espécie de “modelo” para que os produtores Sateré-Mawé conhecessem uma nova experiência de produzir para o mercado, mas sem perder de vista o bem-estar de cada família associada. Essa experiência também possibilitou a criação de novos projetos, a exemplo da aldeia vinte quilos (figuras 12 e 13). Em uma das entrevistas com a liderança Obadias Batista, ele relata com mais detalhe sobre a referida aldeia.

A questão da aldeia vinte quilos, ela foi criada justamente para ser uma vitrine né?! pra comunidades indígenas, pra as famílias indígenas, pra que cada uma possa ver, olhar como é que ele tem que trabalhar na sua aldeia, no seu sítio, né?! É, plantas diversificadas, então é... alimentos, plantas, isso ele vai melhorar a qualidade de vida dele. Então é uma... centro de excelência pra que as pessoas se espelham como que tem que viver na sua aldeia. Por que geralmente as pessoas tem seu forno, sua lareira e pronto, ao redor não tem nada, e isso acontece muito né?! Então não queremos que seja assim, queremos que seja feita a alimentação, de frutas, de criação, pra que ele não possa passar alimento, esse é o primeiro ponto, no segundo ponto é trazer nossos parceiros comerciais, pra explicar pra eles da importância do projeto integrado de etnodesenvolvimento né?! Pra eles mostrar o que estamos fazendo com os recursos

oriundos das vendas das mercadorias, dos produtos que eles comercializam, que eles consomem, que eles compram né?! Então os nossos parceiros comerciais e nosso clientes internacionais, que vem olhar, certificar o que fazemos com os recursos que eles mandam na medidas que eles compram os produtos pra que eles possam, comprarem mais, divulgarem mais, como que nós estamos criando projeto de etnodesenvolvimento, isso é função disso aí (2020).

Figura 21: Entrada da Aldeia Vinte Quilos



Fonte: Nusoken, 2021.

Figura 22: Pousada Aldeia Vinte Quilos



Fonte: Nusoken, 2021.

O projeto *vinte quilos*, pelo que está posto na fala das lideranças indígenas, é uma espécie de mola impulsadora para o fortalecimento do projeto guaraná, que atualmente se chama de projeto integrado de etnodesenvolvimento, idealizado por Obadias Batista. Em

entrevista com a liderança Sérgio Garcia (figura 14), ele relata a importância do projeto vinte quilos e a criação da aldeia vinte quilos para o seu povo:

O projeto vinte quilos foi uma homenagem aos primeiros vinte quilos que foi enviado para a Europa, como amostra no ano de 93 e na qual foi aprovado como o melhor guaraná do mundo na época né?! A partir daí que começou o projeto guaraná, assim como o presidente do CGTSM havia explicado, que o projeto vinte quilos, a aldeia vinte quilos, a finalidade dela é criar um modelo de desenvolvimento dentro da comunidade, né?! Que no caso seria, a vitrine do projeto integrado de etnodesenvolvimento, o que hoje a gente fala por exemplo, sempre o Obadias que é meu pai, falava do projeto da guaraná, projeto integrado: Ô tu tem que plantar, tu tem que criar, tu tem que fazer isso na tua roça e tudo mais, mas que muita das vezes as pessoas falavam, que só faz falar mas você não mostra como fazer como que é, então dentro dessa realidade que praticamente o projeto vinte quilos nasceu. Então, porque o projeto guaraná a política dela é a fala, é oralmente, então tirar essa fala e colocar dentro do vinte quilos como mostrar que é desse jeito que tem funcionar, é desse jeito que uma comunidade, uma aldeia indígena ela tem que funcionar pra ela ter suas frutas, ela ter sua criação, ter a sua roça ela não simplesmente tá plantando somente a maniva, porque o Sateré tradicionalmente o costume dele era somente a maniva, alguns carás, alguns jerimuns, algumas outras plantas mas é aquelas que não vai durar para sempre, entendeu?! Então geralmente quando a gente vai nas comunidades, a gente fala que tem que plantar andiroba, copaíba, essas plantas frutíferas que vai durar bastante tempo, se você não cuidar, deixa pra lá, porque aquilo lá é mato, entendeu?! Ela é floresta, e com isso mais tarde, se você não limpar aquilo lá, vai atrair as caças, os animais, as aves que vão comer as frutas delas e com isso invés de a partir desse momento tirar a maniva, praticamente aquele local que você fez essa roça, não tem valor comercial, praticamente você já desmatou tudo, entendeu?! E tradicionalmente o Sateré faz isso, um ano ele faz a roça dele aqui, no outro ano ali, e assim ele vai carecando a Terra Indígena, ficando pobre aquela área, não plantando outra árvore frutíferas e as caças vão embora, não tem alimento eles vão pra outro lugar. Então você plantando e fazendo um sistema agroflorestal, você vai atrair novamente e daqui a pouco as caças ficam perto de você, o alimento fica perto de você. Então o projeto vinte quilos é pra mostrar o quê que é o projeto integrado, entendeu?! Qual é a auto sustentação de uma comunidade, de uma família de produtores, qual é a forma que eles tem que se organizarem e manter aquilo lá. Então no momento que os nossos parceiros vierem também, tudo eles poderiam encontrar na aldeia indígena, também eles poderiam encontrar no vinte quilos, que a vitrine é lá. Então praticamente nessa direção que o vinte quilos ela foi criada, e hoje ela é conhecida como um ecoturismo, que hoje a gente ainda tá parada nesse primeiro problema que deu de 2019 pra cá, 2020 por causa dessa pandemia e agora precisa também ter pessoas capacitadas dentro da questão de ecoturismo e tudo mais, para ter um olhar diferente naquela questão lá. (SÉRGIO GARCIA, janeiro de 2021).

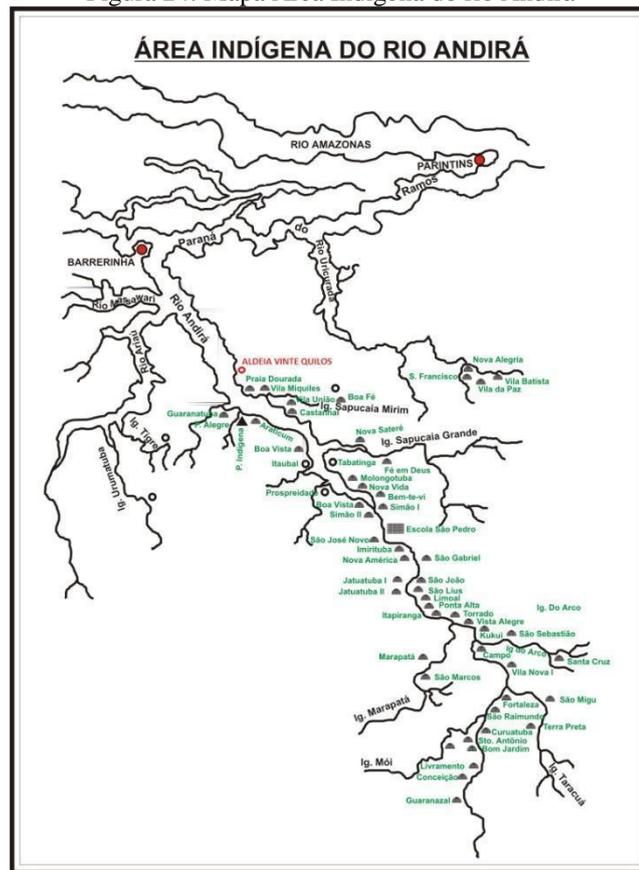
Figura 23: Presidente do CPSM, Sérgio Garcia Batista



Fonte: Acervo do autor

Vinte quilos é uma aldeia turística construída fora da Terra Indígena (figura 15), ao longo do rio Andirá, na fronteira norte da terra demarcada. De acordo com o indígena Ageu Sateré, a aldeia Vinte quilos é um modelo de manutenção de produção habitual, valorizando as tecnologias da bioconstrução e a arquitetura tradicional Sateré-Mawé. A função da aldeia é dúplice: ser e se tornar cada vez mais, de um lado, um centro de excelência e experimentação onde se testam novas tecnologias apropriadas a um etnodesenvolvimento sustentável (painéis solares, pinhão manso para produção de biodiesel e viveiros para a produção de mudas de várias espécies, etc); e do outro lado, ser um espaço de agro-silviturismo responsável, onde os consumidores dos produtos Nusoken possam encontrar diretamente os produtores e conhecer a verdadeira cultura dos filhos do waraná (Nusoken, 2021).

Figura 24: Mapa Área Indígena do rio Andirá



Fonte: Nusoken, 2021

3.2 Comércio Justo: a inserção da política Sateré-Mawé na Economia Solidária.

Apesar do iminente avanço do comércio global nas últimas décadas ser um dos principais contribuintes para o crescimento econômico em muitos países, os gastos não foram compartilhados uniformemente. A proposta de gerir um comércio agenciado por instituições globais e grandes corporações não cumpriu sua promessa de eliminar a pobreza, causando, de antemão, níveis sem precedentes de desigualdade social e econômica no cenário mundial, existindo assim um abuso da força do trabalho do homem e dos recursos naturais utilizados.

Os mercados são dominados por diversas empresas multinacionais, que controlam os termos de troca entre seus fornecedores, coagindo quedas de preços, chegando até mesmo a colocar níveis bem abaixo dos custos totais de produção. Esses fatores de preço por produção enfraquecem os pequenos produtores e trabalhadores resistindo para receber um salário digno, estando vulneráveis à exploração.

Diante da aceleração desses fenômenos globais, o consumismo ganhou grande importância na vida social. Em direção contrária, emergiram aspectos ligados ao consumo responsável e a sustentabilidade, sendo o *Fair trade* (Comércio Justo) um movimento que tem

dimensões múltiplas, visando ser uma alternativa ao comércio convencional, firmado em valores éticos, na percepção da cadeia logística em sua totalidade, bem como nas dimensões sociais, econômicas, ambientais e política que envolvem a comercialização dos produtos.

Buscando trazer um contexto histórico de como surgiu este movimento, Artesol (2010) afirma que teve início na Europa, mais especificamente na Holanda, em meados das décadas de 1960 e 1970, quando entidades não-governamentais importaram mercadorias – como os artesanatos oriundos de países considerados de terceiro mundo – com a intenção de comercializar esses produtos em encontros e pequenos locais de vendas. Tal iniciativa objetivou ampliar o mercado de forma mais justa e coerente para que os pequenos produtores de países subdesenvolvidos pudessem ser comercializados. Com o passar do tempo, o comércio justo foi se estabelecendo como uma parceria comercial transparente em busca de um equilíbrio no comércio.

Em 2001, a International Federation of Alternative Trade (Federação Internacional de Comércio Alternativo – IFAT) define o comércio justo (*Fair Trade*) como uma parceria comercial fundamentada no diálogo, transparência e respeito, que procura uma maior equidade no comércio internacional. Reconhecendo a necessidade da prática sustentável, por meio de melhores condições de trocas e garantia dos direitos justos para produtores e trabalhadores, do hemisfério sul.

A Carta Internacional do Comércio Justo (2018, p.18) descreve esta prática como:

O movimento do comércio justo é constituído por indivíduos, organizações e redes que compartilham uma visão comum de um mundo no qual a justiça, a equidade e o desenvolvimento sustentável estão no centro das estruturas e práticas comerciais para que todos possam, por meio do seu trabalho, manter um meio de vida decente e digno, bem como desenvolver todo o seu potencial.

Esta cartilha avalia o comércio justo como uma forma de reconhecer a explicar como o trabalho desses atores sociais se conecta com os valores compartilhados para assim ajudar os que trabalham como comércio justo a reconhecer tais atividades. O resultado é uma remuneração justa e uma relação comercial estável, além de apoio técnico e financeiro quando for preciso, com benefícios mútuos.

O comércio justo se “baseia” em modos de produção e comércio que colocam pessoas e o planeta antes do lucro financeiro, conectando assim os produtores e consumidores através de uma maior transparência das cadeias de fornecimentos. É importante ressaltar que comprar qualquer produto oriundo do comércio justo é adotar uma filosofia, uma qualidade de vida para quem acredita que um planeta mais sustentável é possível.

Para a Carta Internacional de Comércio Justo (2018), o comércio justo permite mudanças em prol de sustentar melhorias, reunindo uma abordagem multidimensional que atinge as dimensões econômica, social, ambiental e política de desenvolvimento. Entendendo que essas dimensões atuam conjuntamente para alcançar relações econômicas mais justas, respeitando a diversidade cultural de cada povo e o papel de liderança dos produtores em suas comunidades e países.

As transações de comércio justo existem dentro de um “contrato social” no qual o comprador (incluindo consumidores finais) concorda em fazer mais do que o esperado pelo mercado convencional, como pagar preços justos, fornecer pré-financiamento e oferecer apoio ao desenvolvimento, em troca disso, os produtores usam os rendimentos do comércio justo para melhorar suas condições sociais, econômicas e ambientais. desta forma, o comércio justo não é caridade, mas uma parceria para mudança e desenvolvimento através do comércio (CARTA INTERNACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO, 2018 p. 18).

Trazendo essa realidade para o campo desta pesquisa, os atores do comércio justo são os produtores do CPSM; no relato de uma das lideranças (figura 16), podemos verificar as perspectivas da associação em relação a essa experiência.

Hoje no caso lá pra dentro da área indígena, existe essa preocupação né?! Então justamente por isso que dentro do projeto, que existem projetos sociais, questão do reflorestamento, questão da criação de abelhas, questão do projeto da coleta de lixo seletiva. Porque a partir do momento que você cria um desenvolvimento, leva recurso para a área indígena, ao mesmo tempo também você está levando lixo, você tá degradando de alguma forma, você retira a matéria-prima da natureza, você arrecada o recurso de uma certa forma, você tá agredindo o teu meio ambiente, teu espaço natural não tá mais como era antigamente, entendeu?! Então justamente por isso, que a preocupação do projeto waraná e comércio justo onde tá ligado, o comércio justo foi criado nos anos 60, né?! Na Holanda a partir do momento do desenvolvimento capitalista, da mecanização da agricultura, da industrialização dos alimentos, aí começaram a se preocupar que aquilo lá, tava levando o nosso planeta, para um lugar que não tinha mais volta, e um grupo se preocupou, “alguma coisa a gente precisa fazer”, nós temos que, uma coisa que sempre meu pai fala assim, “você nunca vai resolver o problema tando dentro do problema”, entendeu?! Você tem que saber a raiz do problema, porque que tá acontecendo isso, da onde que veio, qual é a origem desse problema pra tá hoje essa questão da violência que tá hoje, que existe no mundo, aonde que começou. Então tu vai ter que estudar a origem dela e tu não tem que tá nesse sistema pra tentar resolver aquele problema, tu tem que criar outro aqui , então justamente isso que eles fizeram, o capitalismo aqui então criaram o comércio justo. Se nós somos orgânicos, biológicos, a gente não veio de laboratório, a gente não veio de agrotóxico, pesticida, porque a gente vai comer alimento totalmente contaminado, né?! Isso não vai dar certo pra nós, futuramente a gente vai ter doenças e tudo mais, nós viemos de uma forma orgânica porque a gente não faz aquilo?! Então um grupo criou o comércio justo com as regras que hoje tem que ter plantado orgânico, não tem que desmatar, você tem que trabalhar de forma agroecológico tudo mais, isso a gente vai pagar mais caro ao produtor porque ele não tá simplesmente produzindo alimento mas tá conservando a vida porque aquilo que ele tá plantando, ou então lá onde ele tá plantando , ele não tá desmatando, entendeu?! Então de uma certa forma, o alimento que você se alimenta não é

agrotóxico e a floresta que ele planta, ele respira também, então é uma política totalmente ao contrário do capitalismo (OBADIAS BATISTA, janeiro de 2021).

Figura 25: Presidente do CGTSM, Tuxaua Obadias Garcia Batista



Fonte: Acervo do autor

Em uma das entrevistas, tivemos a oportunidade de conversar com uma produtora associada ao CPSM da comunidade Nova União da região do Andirá. Em sua narrativa, ela descreve a importância do consórcio para seu povo, a importância da mulher que está ganhando o poder de fala dentro de uma política que ainda tem forte resistência do patriarcado.

Sou associada desde 2014 quando os *tuisás* me elegeram, mas quando entrei no consórcio que estou aqui desde 2008. O que me motivou foi mais pelas mulheres, dentro da área indígena as mulheres não sabem bem falar o português, então tinha que ter uma mulher, na época a Zenilda que era a representante das mulheres só que ela faleceu e não tinha nenhuma mulher para substituir ela, porque na área indígena as mulheres não sabem falar muito o português, elas sabem falar mais o sateré do que o português né?! no caso para se comunicar com os brancos, no caso como sei falar o sateré e falar muito bem o português, então elas me escolheram para ser o representante delas dentro da área indígena, foi assim que os *tuisás* me elegeram para ser o representante das mulheres.[...] na minha família na área produzem o guaraná, crajirú e urucum e também o Erisson também produz muiraruíra, que ele fornece para o consórcio que eles vendem. No meu ver a transparência do consórcio, é porque todo ano a gente faz, vem, não veio por causa da pandemia, não veio desde o ano passado fazer a vistoria, então a gente tá todo tempo lá com eles conversando como que a gente trabalha né?! a gente trabalha com a roça consorciada e também a gente tem que... o guaraná tem que ser no jirau, trabalhar no forno de barro, a gente tem que botar o guaraná na gareira e não na bacia de ferro né?! nem de plástico então eles tem todo uma norma, então se eles saírem da norma a gente vai e conversa de novo com eles, pra eles voltarem pra fazer a mesma coisa. então a gente é transparente com eles, eles sabem o tanto que a gente para a Guayapi né?! que é a empresa lá da França, eles sabem a totalidade que a gente vende prá lá, eles sabem

todos os valores, e também eles sabem o que a gente faz por que a Guayapi já pede tudo dividido, o que é pra fazer também a gente trabalha na base, que a gente faz trabalho com os produtores sobre cursos como de bombeiro, entendeu? pra não atingir a floresta, pra não desmatar, proteger os igarapés, roçar perto dos igarapés pode secar e aí prejudica a floresta, queimadas também, a gente faz muito esses trabalhos com eles, e a gente tem a transparência com esses trabalhos. Hoje a gestão do consórcio ficou meio difícil pra gente, a gente saiu daqui no mês de março (2020) né?! ficamos presos dentro da área indígena, como essa doença atingiu muito o nosso trabalho, agora que a gente voltamos de novo a reorganizar o trabalho, então a gente ficou dentro a área indígena, prá nós que ficamos na área indígena foi bom porque a gente pode ficar mais dentro com o produtor, conversar, fazer reunião ficamos trabalhando, preso lá dentro, aqui fora (Parintins) ficou muito difícil para os que ficaram aqui, aqui quem faz tudo a prestação de conta, quem manda email pra Guayapi, todas as comunicações é o Obadias que ele é o presidente do CGTSM [...] Dentro da área indígena são mais os homens (associados), porque as mulheres são muito tímidas, mas esse ano agora a tabela (lideranças) né?! como foram morrendo os pais e as mães, então já entrou as filhas... que aqui no Andirá tem mais homens (liderança), no Marau á tem mais mulheres, então às vezes na família tem mais mulheres, às vezes não tem filho homem, as mulheres acabam assumindo o lugar do pai, então esse ano entrou várias mulheres só que não sei a totalidade das produtoras que entraram esse ano, mas desde o ano passado já estão entrando, antigamente não, só os homens que mandavam né?! que eles eram os líderes, e pra eles as mulheradas não podiam... tinham que ser eles na liderança as mulheradas não podiam se meter nessas coisas, tinham uma regra lá sobre as mulheres, agora já mudou, porque os *tuisás* mais antigos já se foram e agora já vieram outros que facilitou pra gente. O consórcio para mim é bom não só pra mim mas para os outros produtores, trás rendas para eles, como eles lá não são empregados, não recebem Bolsa família, não são aposentados, muitos produtores que não tem outra renda, o que são aposentados não se interessam pelo projeto, então essas pessoa que não tem muito acesso a bolsa e aposentadoria trabalham com a gente, então é muito importante para ter uma renda para eles sustentarem e criarem os filhos deles na nossa cultura , né?! através desse projeto também as crianças aprendem a nossa cultura e não sair lá da área, pra não perder a nossa cultura, porque quando eles crescem, que eles saem de lá, eles perdem mais a língua que eles perdem né?! é muito difícil eles voltarem pro nosso território novamente, eles querem ser professores, querem ser empregados do sistema (ISRAELITA BEZERRA, fevereiro de 2021).

Esta fala da produtora indígena é muito importante e forte no que diz respeito à participação da mulher no envolvimento do projeto integrado, pois além de ter a produção de frutos nativos do território indígena como renda, as mulheres Sateré-Mawé geram outras alternativas de sustento, fazendo o reaproveitamento de cascas e sementes coletadas de suas produções agrícolas criando artesanatos.

Para as lideranças indígenas, o projeto integrado de etnodesenvolvimento do povo Sateré é um modelo econômico alternativo que apresenta vantagens de mercado através de uma produção solidária. A proposta de produção se firma na prioridade dos direitos sociais sobre os lucros, também vantagens da colaboração sobre a competição, além da distribuição ao invés da concentração de riquezas. Le Monde (2008) menciona que o termo Economia Solidária é um conjunto de práticas que funciona como uma resistência à ganância dos padrões e alternativa de organização autônoma dos trabalhadores. A economia solidária não se limita apenas a enxergar uma possibilidade de um mundo novo no futuro, mas possibilita

oferecer além de ocupações, a oportunidade pedagógica de ser empreendedor sem explorar; assumir responsabilidades, assim como de dirigir sem oprimir.

Ainda segundo o autor, a economia solidária também procura proporcionar outro conceito de qualidade de vida e de consumo, buscando a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referências.

A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da Natureza à custa da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul. A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimentos produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países. O consumo organizado e consciente tem a capacidade de exercer pressão em favor da maior qualidade dos produtos, de regulações mais efetivas desta qualidade, e também é capaz de exercer o papel de consolidar e reativar os modos de produção tradicionais baseados em relações de reciprocidade e de equilíbrio ecológico, desencadear novas atividades produtivas de alta eficiência social, ampliando a organização da produção e reprodução através de redes de complementaridade responsável e comércio justo (LE MONDE, 2008, p.111).

É pertinente destacar que a partir das leituras de Le Monde (2008), percebeu-se que a economia solidária – nas suas diversas formas – é um projeto de desenvolvimento proposto a agenciar coletividades sociais, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, se importando em almejar a vigência em resposta às necessidades de todos, se apropriando da racionalidade quanto ao uso dos recursos sustentáveis. Os valores centrais da economia solidária giram em torno do trabalho, do saber e da criatividade, e não no sentido do valor de capital-dinheiro.

Boaventura de Souza Santos (2005), em seu livro “Produzir para Viver”, provoca discussões a par de um olhar de onde está emergindo uma outra globalização, atrelada por redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais e nacionais se mobilizam para lutar contra a exclusão social, precarização do trabalho, desemprego, declínio das políticas públicas, violações dos direitos públicos, as pandemias, ódios interétnicos assim como a distribuição ambiental e da biodiversidade.

O autor ainda sublinha o potencial emancipatório em uma perspectiva de compreender de maneira mais abrangente a forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas, um sistema alternativo de mediação de valor do trabalho (não monetário), mas no sentido de buscar o princípio da reciprocidade. Na questão do objeto da

pesquisa, o projeto integrado de etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé ou Projeto Waraná, tem o anseio de estabelecer um produto que agregue valor da cultura do povo Sateré-Mawé, que busca instituir, a partir da comercialização dos produtos, melhorias sociais nas comunidades, preservação da biodiversidade, fortalecimento político comunitário, entre outros, por meio da geração de uma economia específica, em que os Sateré-Mawé se tornem gestores dos seus próprios territórios.

Para isso, os múltiplos tipos de iniciativas que incluímos no nosso mapa criam espaços econômicos em que predominam os princípios de igualdade, solidariedade ou respeito à natureza. De acordo com o primeiro princípio, os frutos do trabalho são distribuídos de maneira equitativa pelos produtores e o processo de produção implica a participação de todos na tomada de decisões, como nas cooperativas de trabalhadores. Graças ao princípio da solidariedade, o que uma pessoa recebe depende das suas necessidades e a contribuição depende das suas capacidades. Assim funcionam, por exemplo, os sistemas progressivos de tributação e transferências cuja criação ou defesa, no contexto da globalização neoliberal, constitui uma proposta alternativa ao consenso econômico hegemônico. É neste princípio que igualmente se inspira o movimento de fair trade (comércio justo), em que o preço que os consumidores do Norte pagam por um produto efetivamente contribui para a remuneração justa dos seus produtores do Sul. Em nome da proteção ao meio ambiente, a escala e o processo de produção ajustam-se a imperativos ecológicos, mesmo quando estes contrariam o crescimento econômico (SANTOS, 2005, p. 29).

Santos faz um mapeamento que detecta uma linha diretiva problemática, que produz resultado danoso do ponto de vista prático devido a limitação da área de ação e ampliação de modelos de produção, consumo e partilha de bens/serviços de esferas sociais, além das atividades econômicas marginalizadas. Com isso, o autor analisa o desenvolvimento alternativo nos valores da igualdade e da cidadania, sendo sua base equitativa de caráter coletiva que se efetiva de baixo para cima, incentivando um processo de construção de poder que pode gerar potência popular e alcançar a esfera política, tornando um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização (SANTOS, 2005, p.128).

O desenvolvimento alternativo é formulado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes, contra a ideia de que a economia é uma esfera independentemente da vida social, cujo funcionamento requer o sacrifício de bens e valores não econômicos- sociais, políticos, culturais e naturais. O desenvolvimento econômico é concebido como uma alternativa para promover melhores condições de vida para a população em geral, e para os setores marginalizados em particular (SANTOS, 2005, p.46).

3.3 Parceiros comerciais europeus

Ainda na década de 1990, deu-se o início da relação comercial entre produtores Sateré-Mawé com uma das agências de comércio justo. Dentro do processo, conforme destacamos em páginas precedentes, houve a necessidade de criar uma entidade para gerar recursos econômicos que não fosse do CGTSM, mas sim um órgão específico para ficar responsável pelas finanças do projeto.

Por meio do Instituto de Cooperação Econômica da Itália (ICEI), o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé obteve um financiamento internacional, em seus quatro primeiros anos, destinado à capacitação em gestão de empreendimentos sociais. Além disso, o consórcio foi contemplado com financiamentos nacionais, tais como o da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que teve grande importância, pois custeou algumas despesas do Consórcio, e do Banco da Amazônia S/A, que financia projetos de produtores indígena por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (BARRETO, 2019, p.105).

Através de duas principais parceiras intermediadoras comerciais, pertencentes à rede de comércio justo, estimula não apenas o beneficiamento e a comercialização dos produtos nativos da floresta domesticados pelos indígenas, mas, sobretudo, cria uma organização promotora de desenvolvimento alternativo sustentável para a região amazônica, com o objetivo de promover uma forma de produzir o incentivo à agricultura familiar, assim como a valorização da cultura local e a conservação do meio ambiente.

Assim é fortalecido o projeto de integração de etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé, por meio das duas principais parceiras comerciais que são a CTM Altromercato, que é uma empresa italiana (figuras 17 e 18) e a empresa Guayapi Tropical, de origem francesa.

No ano de 1996, após a relação comercial com a rede de comércio justo na Europa, por intermédio de um missionário italiano chamado Augusto Gianola, ligado ao Centro de Treinamento Rural de Urucará, na Cooperativa AGROFRUT, entidade que se tornou responsável pelas primeiras exportações do Projeto Waraná (FERREIRA, 2017, p. 128).

Ainda nesta época, quem era o responsável direto da parte da comercialização era o CGTSM, e nesse período existiu uma fusão entre as importadoras italianas Alternativo e a CTM Altromercato, com a finalidade de estimular um maior volume de produção para se

consolidar no mercado global. Visando não apenas comercializar produtos indígenas, mas ir além disso, visando gerar uma entidade que pudesse promover um desenvolvimento alternativo na Amazônia.

A CTM Altromercato é uma parceira economicamente muito forte, considerada como uma das principais importadoras europeias de produtos de origem agroflorestal. A referida empresa social é composta por 105 associados e 225 lojas, que se relaciona com 155 organizações de produtores de mais de 45 países, tanto no Sul como no Norte do mundo. Segundo Altromercato (2021), os protagonistas artesãos e agricultores, são bem remunerados e valorizados pelas atividades que se envolvem numa cadeia de suprimentos transparente e rastreável, que protege os produtores, o meio ambiente e garante a qualidade dos produtos.

Figura 26: Logomarca empresa Altromercato



Fonte: Altromercato,2021

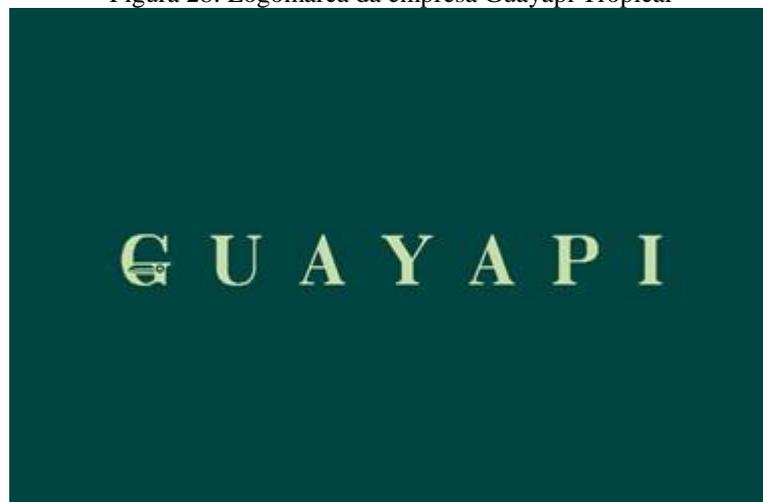
Figura 27: Bebida Guaranito



Fonte: Altromercato,2021

Outra empresa parceira do CPSM é a Guayapi Tropical, (figuras 19 e 20) que foi fundada no ano de 1990 pela Claudie Ravel, se dedicam com produtos oriundos de plantas tradicionais de suas terras de origem; suas matérias-primas se concentram em alimentos da Amazônia e Sri Lanka, em locais economicamente desfavorecidos com alta biodiversidade (GUAYAPI, 2021). Estas matérias-primas são obtidas observando populações locais, respeitando princípios fundamentais dentro do comércio justo, valendo destacar estas comercializações atribuindo os valores de orgânico, diversidade e justo.

Figura 28: Logomarca da empresa Guayapi Tropical



Fonte: Guayapi Tropical, 2021.

Figura 29: Guayapi Tropical



Fonte: Guayapi Tropical, 2021.

Segundo Guayapi (2021), ao apresentar o Waraná no mercado europeu em 1990, Claudie Ravel fez a parceria com o CGTSM e em 1993 constituiu com eles um setor de compartilhamento diretamente dos benefícios do uso do waraná dentro do comércio justo. O projeto waraná, que hoje se chama projeto integrado de etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé, que dedica-se aos direitos políticos da etnia a partir de sua autonomia política, fortalecida pelas vendas de seus produtos florestais, valorizando e implantando programas socioambientais em seu território.

Guayapi (2021) também afirma que a empresa, conforme exposto no quadro a seguir, paga ao CPSM o valor de 50€ por kg de waraná, sendo 25 vezes maior que o preço convencional de mercado no Brasil. Beneficiando aproximadamente 2.000 indígenas e ribeirinhos interligadas diretamente com o Projeto Waraná.

Tabela 1: Distribuição do preço do produto Waraná

RÉPARTITION DU PRIX CHEZ LE PRODUCTEUR POUR 1KG DE WARANA		
Prix d'achat à la productrice et au producteur de Warana	10 €	20%
Organisation du Consorcium, soutien à l'auto-organisation de la communauté et du territoire et de ses proejets de développement	8 €	16%
Promotion de l'image du projet et formation générale des cadres dirigeants	5 €	10%
Développement de la meliponiculture	6,50 €	13%
Certiication des produits, système de contrôle interne	5 €	10%
Service juridique	3,50 €	7%
Service comptable	3 €	6%
Transport local et régional entre villages	4 €	8%
Soutien aux projets de développement intégré du Conseil Général des Trbus Sateré Mawé (CGTSM)	2,50 €	5%
Soutien au projet d'éthnodéveloppement avec l'ONG ACOPIAMA	2,50 €	5%
PRIX DE VENTE	50,00 €	100%

Fonte: Guayapi Tropical, 2021

3.4 Certificações Ambientais

O CPSM destaca uma forte ligação de pontos relacionados a um interesse econômico específico, ou seja, a procura por certificações ambientais orgânicas, junto a organismos internacionais para fortalecer uma extensa rede entre consumidores e produtores nativos. É registrado dentro do estatuto do consórcio a importância da comercialização dos produtos Nusoken serem de forma orgânica, e desse mecanismo ser trabalhado sua produção de forma tradicional no território indígena, com a necessidade de exibir o selo de certificação concedido pelo Organismo de Inspeção e Certificação - ECOCERT, que teve seu surgimento a partir dos movimentos da agricultura orgânica na França no ano de 1991, dos quais os preceitos estão atrelados ao comércio justo. O consórcio está inserido na normalização da ECOCERT Brasil, que chegou no ano de 2001, e que teve sua criação pela necessidade de produtores de soja orgânica, a fim de buscar certificação de sua produção para vender para a Europa (FERREIRA, 2017, p. 142).

Está posto no estatuto do CPSM, mais precisamente no art. 5º, a valorização às Indicações Geográficas (IG) com o Waraná, assim como os outros produtos agros florestais que possam vir a ser comercializadas pelos os produtores Sateré-Mawé, obtendo conselhos reguladores específicos.

Obter legalmente o reconhecimento de produto orgânico sobre qualquer produto em potencial produzido pelos produtores; garantir certificação por meio da *Florest Garden Program* (FGT) para que possa ser reconhecido como “produto da biodiversidade”, de jardim

florestal; manter de forma adequada como certificação social, através da organização da produção e do escoamento dos produtos agroflorestais do povo enraizado na cultura tradicional, compatíveis com a participação nas cadeias ou redes produtivas reconhecidas internacionalmente como comércio justo; manter e revitalizar as raízes culturais e religiosas que unem as comunidades do povo Sateré com as plantas nativas de suas terras, tendo o privilégio de participar da rede Terra Madre³ das Comunidades do Alimento e ser especificamente reconhecido enquanto comunidade do alimento, como dupla fortaleza de *Slow Food*, para salvaguardar do Waraná e da Abelha Canudo dos Sateré-Mawé junto com outros meliponídeos.

Em uma das conversas com o presidente do CSPSM, Sérgio Garcia Batista, o entrevistado destaca os desafios em gerir o consórcio dentro da filosofia do projeto Waraná para que os produtores Sateré consigam manter suas produções de maneira tradicional de seu povo, assim como a importância das certificações para conseguir suas vendas para a Europa atendendo os princípios do comércio justos e seus parceiros.

Que a gente tem, precisa seguir agora o protocolo da denominação de origem, nós temos as fortalezas do waraná, que é dado pelo Slow Food, que é uma organização internacional que também está dentro do projeto integrado de como falar da política, porque quando de fala do comércio justo, depende da visão de cada um né?! Mas só que dentro da nossa visão, é que tem que ser justo para o produtor, pro meio ambiente e para o consumidor. Desde lá do debaixo até o consumidor final. E pra isso a gente tem que trabalhar numa forma totalmente transparente e de uma forma confiante para todos os nossos consumidores, então nessa parte aí a gente ver que o desenvolvimento do projeto em si ela é lenta, ela é lenta gradativamente, mas uma coisa que sempre a gente coloca na cabeça da gente, é que a gente não quer que os Sateré, por exemplo, se os Sateré tivesse um olhar capitalista pelo valor, pelo preço que hoje é vendido waraná pra fora, é um valor muito alto que é £50 euro, lá dentro \$40 reais o quilo do waraná que a gente compra, mas ele não tem essa ambição capitalista que os brancos tem né?! Se tivesse acredito que a Terra Indígena já tinha virado um campo já, não tinha mais mato porque eles iam simplesmente olhar para o valor comercial e iam desmatar tudo, então a gente não quer que chega a riqueza não caia como se fosse paraquedas mas sim, eu sempre falo para os produtores assim: se você vende 10 kg de guaraná, já é a capacidade do teu entendimento já é esse, a partir do momento que vai crescendo a tua produção, a tua inteligência de como se organizar bem, a questão de entendimento ela está junto, está indo também entendeu?! Então essa é a forma que a gente coloca pra eles, tem produtores que chegam com 1kg, 2kg então isso significa que ele ver que o projeto é bom, que o produto é bem pago, bem remunerado, mas mesmo assim ele não ver, como ele vai tirar 5 áreas do hectare só pra plantar isso, que também não é assim o projeto funciona, a partir do momento que você tem seu guaranazal, você tem que plantar consorciada mente, que é ter várias árvores, vários tipos de produtos na mesma área onde formam o corredor ecológico, um fortalecendo o outro, é dentro dessa

³ É uma rede constituída por produtores de alimentos, pescadores, criadores e outros segmentos que querem agir para preservar, estimular e promover métodos de produção alimentar sustentáveis, em harmonia com a natureza, a paisagem e os saberes tradicionais. Dedicando especial atenção aos territórios, às variedades vegetais e às espécies animais que têm permitido preservar a fertilidade das terras através dos séculos.

realidade que hoje a gente ver. Agora aqui pra fora, ela é bem vista de uma forma assim que segundo o mundo é os modelos de desenvolvimento que o consórcio faz hoje, muitas pessoas chegam aqui e a gente não ver uma associação, uma cooperativa que tenha a mesma estrutura, que tem a mesma política, como que ela funciona, e precisa ser reconhecido isso, entendeu?! Pelos nossos governantes também, praticamente só nós, a gente vai indo, mas a gente vai indo muito mais lento do que ter outras parcerias muito melhor, basicamente é isso que vejo a dinâmica assim o consórcio. De acordo com entendimento de cada um, de acordo com a educação de cada um, o projeto vai crescendo, porque o projeto tinha 1 produtor hoje nós temos 348 famílias de produtores em 28 anos, mas o sistema é integracionista, o sistema é capitalista do governo, hoje ela é muito mais forte, ela chega muito mais rápido do que o próprio projeto, enquanto a gente ali, está reunido com uma família, falando do projeto, falando da importância do consórcio, CGTSM do território do projeto em si, o capitalismo já tá lá através de celular, através de televisão, muito mais rápido e isso pra muitos eles acham que a minha cultura como Sateré-Mawé é menos valorizada que a dos brancos no caso, então prever dos brancos do que a minha. Mas aprendi uma coisa que, a cultura, ela não tem a medição de valores, cultura seja lá do branco, do índio, do negro, de qualquer lugar do mundo ela tem o mesmo valor basta você valorizar aonde você tá, não vou dizer que a dele é a melhor e o meu é pior, não! Elas têm sempre o mesmo valor. (SÉRGIO GARCIA, janeiro de 2021).

O CPSM apresenta várias parcerias voltadas para as certificações ambientais, seguindo normas de produção orgânicas e de biodiversidade, tais como a CERES⁴, SLOOW FOOD⁵, AGRICULTURA FAMILIAR⁶ e entre outros. Mas as certificadoras mais importantes do consórcio para as vendas de exportação são a certificadora orgânica ECOCERT e a certificadora da biodiversidade IMOCert.

A ECOCERT é uma rede de inspeção e certificação orgânica criada na França, no ano de 1991. É uma empresa especializada em produtos orgânicos com atuação mundial, com o objetivo de desenvolver um modelo agrícola baseado no respeito ao meio ambiente e de oferecer um reconhecimento aos produtores que aderem por essa alternativa. No Brasil ela é representada pelo nome de ECOCERT BRASIL, certificadora associada ao Instituto Brasil Orgânico (figura 21), credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e credenciada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro.

⁴ Certification of Environmental Standards é uma certificadora para agricultura orgânica / ecológica, processamento ecológico de alimentos, têxteis ecológicos, boas práticas agrícolas e boas práticas de gestão na indústria de alimentos e vários padrões de sustentabilidade na agricultura e processamento.

⁵ É um movimento que tem como princípio básico o direito ao prazer da alimentação; utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção. É um equilíbrio da nutrição feita a partir de alimentos tradicionais, em busca de uma alimentação mais saudável.

⁶ Este certificado permite que agricultores familiares comercializem o excedente de seus produtos diretamente com o consumidor final, na comunidade ou em feiras agroecológicas, sem a necessidade de um selo e sem intermédio de atravessadores.

Figura 30: Certificadora associada ao Instituto Brasil Orgânico



Fonte: Nusoken, 2021

A certificação de produtos orgânicos foi estabelecida pela Lei nº 10.831/2003 e regulamentada pelo decreto nº 6.323/2007. De acordo com Sebrae (2016, p.4), a ECOCERT certifica alimentos orgânicos e cosméticos naturais, sendo que

estes alimentos processados devem conter no mínimo de 95% de ingredientes orgânicos para obterem os certificados, assim como os cosméticos devem ter ao menos 95% de ingredientes vegetais e 95% destes ingredientes devem ser orgânicos certificados.

A ECOCERT certifica desde sementes clonadas até monoculturas em áreas desmatadas ou sujeitas a futuros desmatamentos. A necessidade por uma certificação harmonizada com a biodiversidade permite ao consórcio Sateré agregar valor nos seus produtos nativos da floresta. Esta valorização permite que sua exportação para a Europa adquira produtos baseados nos princípios do comércio justo, assim alcançando também com os próprios objetivos do CPSM na defesa do seu território e de seu modo de vida (BARRETO, 2019, p. 122).

A IMOCert (figura 22) é uma entidade pioneira na América Latina, legalmente estabelecido na Bolívia, com presença em mais de 20 países, esta entidade possui larga experiência na inspeção de serviços de inspeção e certificação ecológica e sustentável para agricultura, pecuária, aquicultura, coleta silvestre, manejo florestal e insumos biológicos para agricultura, bem como certificação de responsabilidade social e comércio justo para diferentes áreas como agricultura, artesanato, mineração e entre outros (IMOCERT, 2021).

Figura 31: Imocert



Fonte: Nusoken, 2021

A IMOcert possui credenciamento de acordo com a ISO/IEC 17065, além de credenciamentos nacionais e autorizações específicas que permitem realizar controles e certificações de acordo com as mais importantes e reconhecidas normas para mercados especializados de produtos certificados em todo o mundo (IMOCERT, 2021).

Barreto (2019) afirma que para o CPSM, esta certificadora permite benefícios vantajosos em virtude da sua certificação de produtos orgânicos, principalmente por ser autorizada pela *Red Internacional de Foresteria Análoga (RIFA)*, a certificar com selo de biodiversidade por meio da certificação *Forest Garden Products (FCP)* (figura 23), que adota como um sistema de produção que protege e que aumente a biodiversidade e as funções do ecossistema, sem depender de insumos químicos externos.

Figura 32: Garden Products



Fonte:Nusoken, 2021

Esta certificação FGC tem como característica desenvolver em sistema de silvicultura que estabelece um ecossistema dominado por árvores, que é análogo em estrutura e função ecológica a uma vegetação original. Quando um ecossistema é projetado para ser análogo, a eficiência e dinâmica de processos naturais podem ser replicados. Estabelecendo um princípio básico de amadurecer uma árvore de ecossistema dominada que se imita a um ecossistema natural, estimulando a biodiversidade facilitando a produção de produtos agrícolas seguros e de alta qualidade, evitando toxinas e aproveitando a biótica local.

3.5 Impactos da pandemia na comercialização dos produtos Nusoken.

A pandemia de Covid-19 vem causando consequências epidemiológicas em escala global, e além de trazer grandes impactos sociais, econômicos, políticos, culturais, entre outros. O Brasil se tornou o novo epicentro da pandemia do novo coronavírus, somando o número de casos e de vidas interrompidas, dividem o espaço com uma política econômica brasileira que já estava enfraquecida, contribuem para uma recuperação lenta no país, gerando desigualdades e um ambiente de instabilidade para a população.

Este cenário atingiu o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé de uma forma não só econômica, mas também fez-se perder grandes lideranças indígenas que tiveram influências na formação política do povo Sateré. Mais do que isso, desde o agravamento dos casos na região do Baixo Amazonas, as lideranças indígenas, por meio do presidente do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé, Obadias Batista – em parceria com a FUNAI no município de Parintins –, montaram barreiras na entrada da Terra Indígena Andirá – Marau com a finalidade de bloquear o fluxo de indígenas entre as cidades que fazem fronteira com o território.

Dessa forma, este bloqueio impactou diretamente a produção dos indígenas, seja associado ou não ao consórcio. Como o CPSM é uma associação que tem como principais clientes o mercado europeu, o consórcio esbarra em processos burocráticos para a certificação e autorização para exportar suas mercadorias no contexto de pandemia, o que faz com que estes processos alfandegários acabem afunilando as negociações e consequentemente a luta pela manutenção de suas terras.

As dificuldades para o indígena se locomover, seja tanto para as cidades quanto para suas aldeias, geraram acúmulo de produção de produtos nativos, pois existem dificuldades logísticas de acessos devido ao bloqueio fluvial para algumas aldeias. Mesmo com os

membros da gestão do consórcio criando alternativas por parte de diretores adentrarem nas aldeias em busca de algum tipo de produção armazenada na casa dos produtores, o consórcio conseguiu realizar cinco exportações no ano de 2020, apresentada na tabela a seguir.

Tabela 2: Comercialização dos produtos no ano de 2020

COMERCIALIZAÇÃO: GUAYAPI TROPICAL		PERÍODO: FEVEREIRO/2020
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	
300 KG	Guaraná (Waraná) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 15 caixas de 20 kg. Lote: A1	
140 KG	Guaraná – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 07 caixas de 20 kg. Lote: BA1	
60 KG	Guaraná (grãos) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 05 caixas de 12 kg. Lote: BA1	
10 KG	Bastão de Guaraná – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 02 caixas de 05 kg. Lote: M1	
300 KG	Semente de Cumarú – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 25 caixas de 12 kg. Lote: A1	
100 KG	Copaíba – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 20 caixas de 20 kg. Lote: M1	
40 KG	Andiroba – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 20caixas de 20 kg. Lote: M1	
500 --	Jenipapo – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 500 garrafas de 10 ml. Lote: A1	
05 KG	Folha de Crajirú – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 01 sacola de 05 kg. Lote: A1	
TOTAL: 960,00 KG		
COMERCIALIZAÇÃO: ALTOMERCATO IMPRESA SOCIALE SOC. COOP.		PERÍODO: MARÇO/2020
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	
400 KG	Guaraná (Waraná) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 20 caixas de 20 kg. Lote: M2	
TOTAL: 400,00 KG		
COMERCIALIZAÇÃO: GUAYAPI TROPICAL		PERÍODO: MAIO/2020
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	
1000 KG	Guaraná (Waraná) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 50 caixas de 20 kg. Lote: M2	
500 KG	Guaraná (Bio) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 20 caixas de 25 kg. Lote: BA1	

10 KG	Bastão de Guaraná – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 02 caixas de 05 kg. Lote: Bm1	
300 KG	Semente de Cumarú – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 25 caixas de 12 kg. Lote: Cm1	
96 KG	Tecoma/Lapacho (Pau d’Arco) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 08 caixas de 12 kg. Lote: IPU1	
192 KG	Muirapuama – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 16 caixas de 12 kg. Lote: Ma1	
60 KG	Copaíba – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 20 caixas de 20 kg. Lote: M1	
TOTAL: 2.158,00 KG		
COMERCIALIZAÇÃO: GUAYAPI TROPICAL		PERÍODO: OUTUBRO/2020
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	
300 KG	Guaraná (Waraná) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 15 caixas de 20 kg. Lote: A1	
200 KG	Guaraná (Bio) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 10 caixas de 25 kg. Lote: BA2	
60 KG	Semente de Cumarú – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 05 caixas de 12 kg. Lote: C-U1	
60 KG	Andiroba – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 03 tambores 20 kg. Lote: NA-A2	
96 KG	Tecoma/Lapacho (Pau d’Arco) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 08 caixas de 12 kg. Lote: IP-A2	
140 KG	URUCUM – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 07 caixas de 20 kg. Lote: UR-A2	
TOTAL: 856,00 KG		
COMERCIALIZAÇÃO: GUAYAPI TROPICAL		PERÍODO: DEZEMBRO/2020
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	
504 KG	Guaraná (Waraná) – Certificado Orgânico Sateré-Mawé, IMO Cert BR-BIO-123; 42 caixas de 12 kg. Lote: BA2	
500 UNID	Pauzinhos de inajá (para pintura com tinta de jenipapo); 500 unid. Lote: P1	
TOTAL: 504,78 KG		

Fonte: Adaptada de Nusoken, 2021

De acordo com as informações cedidas pelo o consórcio no ano de 2020, a comercialização dos produtos no período de pandemia ocorreu vendas de 303 volumes, com destaque de saída de produtos como o guaraná (pó e em bastão), copaíba, andiroba, tinta de jenipapo, folha de crajirú, sementes de cumaru, mirantã e urucum. Totalizando peso líquido de 4.878,21 kg, gerando um total bruto de 5.086,09 kg durante o ano.

Como o guaraná é o principal produto do consórcio, e o período de colheita do guaraná vai de outubro a até meados de janeiro, o consórcio, no começo deste ano, já conseguiu negociar a sua primeira venda em 2021, uma exportação de 2 toneladas de guaraná em pó para a França, com expectativa de mais vendas durante o ano, mesmo num contexto de pandemia. E assim, diante dessas dificuldades o consórcio ainda resiste em buscar a preservação da biodiversidade, a sobrevivência e valorização de sua cultura domesticada pelo princípio do Wará por meio da comercialização em fortalecer a política impregnada pelo projeto waraná.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desta dissertação teve como centralidade a análise da trajetória (abrangendo o contexto histórico, simbólico e sociocultural) da produção e comercialização dos produtos advindos do Consórcio Nusoken, ou seja, do protagonismo do povo Sateré-Mawé em prol da defesa de seu território.

É importante lembrar que durante a pesquisa, enfrentamos a pandemia da COVID-19 e vivenciamos momentos de grande tristeza para o povo com a partida de algumas lideranças Sateré-Mawé. Várias foram as dificuldades vivenciadas durante o decorrer do ano; no que tange especificamente a realização desta pesquisa, podemos citar os desdobramentos das medidas de isolamento social, que foram essenciais para garantir o mínimo de segurança, mas que afetaram drasticamente as atividades do Nusoken.

O bloqueio da entrada e saída da TI Andirá-Marau impossibilitou o fluxo logístico dos indígenas para outras localidades, inclusive a vinda de produtores para a unidade de beneficiamento, localizada no município de Parintins; assim, o diálogo com importantes interlocutores – sujeitos da pesquisa – foi inviabilizado. Apesar desse contexto, conseguimos reunir importantes dados sobre a trajetória do Nusoken, desde a sua criação até o momento presente, incluindo a luta frente à pandemia.

Sobre a realidade atual, podemos dizer que mesmo empenhados na estruturação de novas estratégias de comercialização para as vendas de seus produtos, a sua produção foi bastante afetada em função da baixa demanda do mercado europeu, visto que são os maiores clientes do consórcio. O Brasil foi um dos países mais impactados com a pandemia, boa parte dos setores da economia, assim como os setores de serviços governamentais e não governamentais tiveram que paralisar suas atividades durante boa parte do ano de 2020, causando impacto direto nas atividades do Nusoken.

É importante destacar que além das dificuldades de comercialização durante o período de pandemia, houve a necessidade de investir e de ganhar mais reconhecimento no mercado nacional, pois o CPSM é uma organização conhecida internacionalmente, mas atualmente os produtos Nusoken ainda têm uma tímida comercialização frente ao mercado consumidor brasileiro.

O comércio justo proporciona a valorização de produtos oriundos da floresta visando proporcionar não uma venda em grande escala, mas sim vendas que respeitem princípios, o respeito à natureza, aproveitando de forma consciente o período correto em que estes produtos

nativos se reproduzem na natureza, evitando desmatamentos, ou colheita de produtos não amadurecidos, além de oportunizar a forma de trabalho tradicional, valorizando o esforço da mão de obra dos produtores e que o consumidor final possibilite remunerar toda essa cadeia por um valor que gere uma equidade para ambos. Os produtores não vendem apenas alimentos como uma simples mercadoria, estes alimentos são concebidos como dádivas que a natureza concede para uma melhor saúde do consumidor.

Apesar do projeto de etnodesenvolvimento estar em prática há 28 anos, ainda é possível ver um processo lento de adaptação. De acordo com algumas lideranças, muitos dos jovens Sateré não conhecem o projeto Nusoken e a luta da associação em prol do povo. Portanto, de modo geral, a resistência e luta em torno do projeto Nusoken ainda é conduzida majoritariamente pelas antigas lideranças ou por indígenas que fizeram parte da criação do CGTSM e conseqüentemente do CPSM.

O CGTSM é um órgão político constituído por tuxauas gerais que agrupam uma figura que inspira uma sabedoria de vida que abrange e articula as comunidades e as associações que fazem parte do território do povo Sateré-Mawé. O CGTSM é um caminho em busca da proteção do patrimônio cultural do povo e da garantia de sua permanência como um bem coletivo, o meio pelo qual as lideranças defendem politicamente as condições prévias para o uso dos recursos naturais, assegurando o direito coletivo sobre o território.

O Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé surgiu em 1993 com o propósito de garantir que os direitos e produtos do povo Sateré-Mawé fossem valorizados, tendo em seu tripé as vias econômica, social e ambiental. Desde a sua criação até o momento atual, as lideranças permanecem firmes nesses propósitos, apesar dos problemas encontrados internamente, bem como os advindos da relação com os agentes sociais externos – como os “não indígenas”. Alguns projetos foram implementados por meio das ações do Consórcio, a exemplo daqueles relacionados à educação e à saúde diferenciadas, por meio de sua política para o bem-viver seguem preservando a biodiversidade e gerando renda para os Sateré-Mawé.

A narrativa mítica do Nusoken apresenta a formação do povo Sateré-Mawé, o lugar de origem e as migrações ocorridas em decorrência de uma praga de insetos nesse lugar mítico. Vários foram os processos e mudanças ocorridos ao longo dos séculos, intrínsecos à própria dinâmica cultural, mas também causados pelas invasões em seus territórios. Embora o guaraná tenha sido domesticado pelos Sateré-Mawé, hoje em dia a produção também é feita por atores sociais não-indígenas, deixando de ser um produto exclusivo deste povo que o produzem historicamente na Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, mas que hoje, por meio da

organizações realizadas pelos Sateré-Mawé, o INPI reconheceu a TI Andirá-Marau como Indicação Geográfica através do fruto do waraná, sendo a primeira indicação geográfica da espécie de Denominação de Origem utilizada para o povo indígena no país.

A organização por meio da associação tem sido um mecanismo, dentre outros, adotados pelos Sateré-Mawé nos embates contra as invasões, na busca pela garantia de seus direitos Constitucionais e na realização de atividades que viabilize o bem-viver nas comunidades indígenas que compõem a TI Andirá-Marau, mas também daqueles que vivem fora dela, a exemplo dos que estão na cidade envolvidos com as atividades do Nusoken.

Por fim, antes de concluir esta dissertação, não posso deixar passar em branco, diante da tragédia que o Amazonas e sua capital estão sofrendo em frente à pandemia de COVID-19. O dia 14 de janeiro de 2021 ficou marcado como o fatídico dia em que os hospitais públicos de Manaus ficaram sem oxigênio para os pacientes, resultando em altos picos de mortalidade batendo recordes e recordes; foram vidas perdidas dia após dia no qual perdi meu avô paterno assim como amigos do município de Parintins; após finalizar essa dissertação sob tamanha calamidade social, trago uma homenagem para honrar as vidas de amazonenses que são muito mais do que apenas números apresentados em telejornais, que foram vidas que ajudaram na formação das dinâmicas sociais dessa cidade tão única, neste país tão vasto e que merecia uma melhor gestão, que buscasse amenizar as perdas que serão carregadas com muita dor sob o peso do luto por tantas famílias amazônidas, vítimas de um vírus rápido e letal em se alastrar por todo o planeta e rápido também em causar condolências que perdurarão por décadas.

Esta homenagem para as vítimas da COVID-19, parte da ideia de meu colega de turma de mestrado, Luiz Carlos Braga, que ao me procurar e mencionar essa possibilidade de encontrar uma forma de elaborar esta singela homenagem – como venho de uma convivência desde adolescente no mundo “bovino” por meio do Festival Folclórico de Parintins, através do Boi Bumbá Garantido –, no qual tenho um tio artista e outros familiares que são envolvidos nessa valorização da cultura da região, onde trabalhei por mais de 10 anos. E por conhecer outros muitos artistas visuais, trago uma proposta da valorização de ilustrações não apenas oriundas do festival de Parintins, mas sim para mostrar a arte de meus munícipes parintinenses, apresentando a arte por meio do grafismo urbano. Assim busco uma parceria com o amigo ilustrador Kemerson Freitas – artista que produz intervenções artísticas em murais urbanos com outro excelente artista, Alziney Pereira, formando a dupla Curumiz.

A ilustração não possui um título específico e foi elaborada a partir das minhas ideias de acordo com as ideias de Luiz; a concepção da arte, refinada com os toques artísticos de Kemerson.

Não cabe aqui explicar o que cada símbolo regional e cultural significa na ilustração, a ideia é que cada leitor que visualizá-la interprete de acordo com suas próprias perspectivas. Encerro por fim, com reticências entre este texto e a ilustração, como uma forma de representar um minuto de silêncio aos amazonenses que não sobreviveram ao COVID-19, até o fechamento dessa dissertação, o Amazonas computa 12.912 vidas perdidas, às suas famílias, de norte a sul do Amazonas, sob a dor do luto e a esperança de um futuro melhor...



REFERÊNCIAS

ACHO, Leonard Domingo Rosales. **Avaliação da atividade antidiabética de extratos das cascas de Salacia Impressifolia.**/Leonard Domingo Rosales Acho. 2018. Dissertação 78 f.: color; 31cm.

AGUIAR, O.B.M.D. **Etnoconhecimento Sateré-Mawé e a influência de fatores ambientais e antrópicos na distribuição de espécies florestais de interesse da etnia.** Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2018.

ALENCAR SM. **Própolis vermelha do Brasil:** produção, composição e atividade biológica. Piracicaba: USPESALQ; 2009.

ALMEIDA, J. **Memória dos brasileiros:** saberes e fazeres: o guaraná de Maués. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

ALTROMERCATO. Disponível em: < https://www.altromercato.it/it_it/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ALVAREZ, G. O. S. **Tradição e política Sateré-Mawé.** Manaus : Editora Valer/ Capes/ Prodoc, 2009.

AMAZÔNIA LEGAL. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/povo-satere-mawe-os-excluidos-da-discussao-sobre-as-usinas-do-tapajos/>>. Acesso em: 3 maio. 2019.

ANDRADE, F.M.R. **Natureza amazônica e Educação Ambiental:** identidades, saberes docentes e representações sociais. Revista Científica RUNAE, v.1, p. 51-70, 2017.

_____. **Natureza e representações que r-existem:** cinco séculos de invasão, apropriação e violência na Amazônia brasileira. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v.36, n.2, p.207-227, 2019.

ANDRADE, S. E. O. *et al.* **Estudo sobre o uso do mel de abelha associado com plantas medicinais na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil.** Agropecuária Científica no Semiárido – ACSA. UFCG - Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR. Campus de Patos – PB. V. 8, n. 3, p. 45-50, jul – set, 2012.

ARTESOL/Artesanato Solidário. **Cartilha do Comércio Justo.** São Paulo - setembro/2010. Disponível em: <<https://artesol.org.br/files/uploads/downloads/Cartilha-Comercio-Justo.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ARRUDA, L.F. et al. **Práticas de gestão ambiental num município do sertão central cearense.** Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica, v.5, n.1, p.1-3, 2019.

ARRUTI, J. M. A. **O reencantamento do Mundo:** Trama histórica e arranjos territoriais pankararu. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

ATROCH, A.L. **Avaliação e seleção de progêneres de meios irmãos de guaranazeiros (*Paulinia cupana* var. *sobilis* (Mart) Ducke) utilizando caracteres morfo-agronômicos.** Tese (Doutorado em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

BANU, J. 2012. **Medicinal properties of plants from the genus *Cissus*: A review.** Journal of Medicinal Plants Research, 6(16): 3080-3086.

BARRETO, William de Souza. **Cadeia produtiva sustentável em experiências emblemáticas na Amazônia: a transição para uma economia de baixo carbono /** William de Souza Barreto. – Tese - Blumenau, 2019.

BATISTA, E.L.; BATISTA, E.F.; GARCIA, S.B. **O consórcio dos produtores Sateré-Mawé.** Depoimento (jan. 2015). Entrevistador: Cristiano Nascimento, Parintins, 2015. Gravador de áudio digital. Entrevista concedida a Cristiano Gomes do Nascimento.

BATISTA, O. G. **Entrevista de campo.** Parintins, 2020.

_____. **Entrevista de campo.** Parintins, 2021.

_____. **Entrevista de campo.** Parintins, 2021.

BESERRA, F.P.; Santos, R.C.; Périco, L.L.; Rodrigues, V.P.; Kiguti, L. R.A.; Saldanha, L.L.; Hiruma-Lima, C. A. 2016. ***Cissus sicyoides*: Pharmacological Mechanisms Involved in the Anti-Inflammatory and Antidiarrheal Activities.** International journal of molecular sciences, 17(2): 149.

BETHONICO, M. B. M. Indígenas e a Gestão Territorial: desafios para o ensino superior. **In: Anais XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA,** Bogotá. 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-M-Magalhaes.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2019.

BETHONICO, M.B.M.; MACHADO, A. Relato de experiências na formação de gestores territoriais indígenas: o trabalho de campo como instrumento. **ACTA Geográfica,** v.5, n.10, p.75-93, 2011.

BEZERRA, I. **Entrevista de campo.** Parintins, 2021

BÍBLIA, A.T. Isaías. In **BÍBLIA: Português.** Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde e Anvisa. **Monografia da espécie *Tabebuia avellanadae* (Ipê Roxo).** Brasília, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em:

<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109874/lei-de-terras-indigenas-decreto-1775-96>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

_____. Fundação Nacional do Índio. *Fases do Procedimento Administrativo de Demarcação*. 2016. Índios do Brasil, Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai->

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Políticas-ambientais**. Índios do Brasil, Terras Indígenas. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/politicas-ambientais>>. Acesso em: 05.11.2019.

_____. Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. Estabelece o regulamento técnico de identidade e qualidade do mel. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 out. 2000. Seção 1, p.16-17

CABIESES, F. **La Uña de Gato y su Entono: De La Selva a La Farmacia**. San Martin de Porres: Universida de San Martin de Porres – Facultad de Ciencias de La Comunicacion. 1997, 231p.

CALDAS, R.C.S.G.; SILVA, C.B.P.; BARROSO, S.F. **A transversalidade horizontal sistêmico-integrativa da dimensão ambiental de desenvolvimento sustentável: uma conceituação em evolução**. *Veredas do Direito*, v.17, n.38, p.41-68, 2020.

CANÇADO, A.C.; PEREIRA, J.R.; TENÓRIO, F.G. **Fundamentos teóricos da gestão social**. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v.5, n.1, p.4-19, 2015.

CARTA INTERNACIONAL DO COMÉRCIO JUSTO, 2018. Disponível em: <https://wfto.com/sites/default/files/2018_FTCharter_Portuguese_SCREEN.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CARVALHO, J.M. **Ritual de passagem: das terras indígenas às áreas urbanas dos Sateré-Mawé**. Manaus: Editora UEA, 2019.

CARVALHO, S. A.; SOBRINHO, L. L. P.; ZIBETTI, F. W. **Globalização E Riscos Ambientais E Ecológicos: Consequências da Sociedade Moderna**. *Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI*, v.12, n.3, p. 1409-1429, 2017.

CARVALHO, W.R.G.; OLIVEIRA, S.V.; SILVA, V.P.; LIMONGI, J.E. **Distanciamento social: fôlego para a ciência durante a pandemia de Covid-19 no Brasil**. *Interamerican Journal of Medicine and Health*, v.3, ed. 202003028, p.1-3, 2020.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. **Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. *Inf. & Soc.: Est.*, v.24, n.1, p.13-18, jan/abr. 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9.ed.-São Paulo: Cortez, 2008.
CNS. Comissão Nacional de Saúde. Resolução nº5, de 07 de abril de 2016. *Diário Oficial da União: Brasília*, 2016.

CONSELHO GERAL DA TRIBO SATERÉ MAWÉ; Estatuto. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzMMZ0hrCPJ1Q0E0QU9QcG0yNlk/view>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____ ; Estatuto. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzMMZ0hrCPJ1Q0E0QU9QcG0yNlk/view>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

COSTA, I.M. **A gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos Potiguara na Paraíba**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **“Introdução a uma história indígena”**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CURTO, F. P. F. **Sistemas de Gestão Ambiental**. Valinhos: 2015.

DELGADO, P.S.; JESUS, N.T. Prefácio; Apresentação. *In: Povos indígenas no Brasil: perspectivas no fortalecimento de lutas e combate ao preconceito por meio do audiovisual*. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2018.

DEPARIS, S.R. **União dos movimentos indígenas (UNI): contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

DIAS, G. T. *et al.* **Toxidade do extrato hidroalcoólico das folhas de *Cissus Sicyoides***. ACTA AMAZONICA. Vol. 1 (1), 2007. p. 08-12.

DIAS, Roberto dos Anjos. **Sem tekoha não há teko: o material e o imaterial na construção do território Avá-Guarani**. Monografia. Unioeste. 2014.

DIEGUES, A.C.S. **Biodiversidade e comunidades tradicionais do Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP; PROBIO-MMA; CNPq, 1999.

DONADIO, L. C. **Frutas brasileiras**. Novos Talentos, 2002. 288p.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Meio-Norte. **Produção de própolis**. Teresina, 2010.

_____. **Embrapa Florestas**. Circular Técnica, 80. P.E.R. Carvalho. Colombo, PR. Dez. 2003.

ERVAS DO CAMPO. Disponível em: <<https://www.phitoterapicos.com/produto/marapuamarasurada-1kg>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ERVAS LONDRINA. Disponível em: <<https://www.ervaslondrina.com.br>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

FARIA, I. F. **Território e Territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FERREIRA, G. A. A. **Wará: ensaios sobre as interferências do comércio justo na formação política das lideranças Sateré-Mawé/** Gerson André Albuquerque Ferreira - Manaus: UFAM, 2017.

FIGUEROA, Alba Lucy Giraldo. **Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé.** Bol.Mus.Pará. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v.11, n. 1,p.55-85, jan.-abr.2016.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa/** Uwe Flick; tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre : Artmed, 2009.

FLORAIS DE SAINT GERMAIN. Disponível em: < <https://www.fsg.com.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FRABONI, M. **Estudo histórico-cultural justificando a atribuição de denominação de origem ao Waraná da Terra Indígena Andirá-Marau.** In: CHAVES, M.P.S.R.; CARVALHO, N.L.A. (Orgs.) Economia criativa: a experiência do Observatório Estadual de Economia Criativa do Amazonas. Manaus: EDUA, 2016, p.235-266.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação Geral de Gestão Ambiental (Org.) **Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para a Elaboração.** – Brasília: FUNAI, 2013.

GALLOIS, Tilkin Dominique. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?** In: RICARDO, F. (Org.) Terras Indígenas e Unidade de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p.37-41.

GUAYAPI TROPICAL. Disponível em: < <https://www.guayapi.com/#show-room/>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, M.C.A; SEGOVIA, J.F.O. **Unha-de-gato, usos medicinais, ocorrência e conservação a campo no Amapá, Brasil.** 16ª Reunião Anual do Instituto Biológico – 16º RAIB, volume 70, suplemento 3, 2003.

GOULART, Alexandre. [et al.]. – **Núcleos Regionais Amazônia Central/Ocidental e Oriental.** – Brasília (DF): IEB. 2016. – (A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas).

GOULART, L.C.R.; PIETRAFESA, P.A. **Gestão ambiental e a política pública de sustentabilidade do Poder Judiciário de Goiás, Brasil.** Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v.6, n.14, p.733-748, 2019.

GREEN ME. Disponível em: < <https://www.greenmebrasil.com/alimentarse/alimentacao/6518-jenipapo-beneficios-como-comer>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

HAESBAERT, R. “Muros”, “campos” e reservas: os processos de reclusão e “exclusão territorial”. *Panorama da Geografia Brasileira*, v.1, p.24-48, 2006.

HECK, E.; SILVA, R.S.; FEITOSA, S.F. **Povos indígenas: aqueles que merecem viver.** Manifesto contra os decretos do extermínio. Brasília: Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2012.

IMOCERT. IMOcert | **Confianza de Calidad en el Mundo.** Disponível em: <<http://imocert.bio/>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/parintins/panorama> > Acesso em: 06 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/barreirinha.pdf>> Acesso em: 06 nov. 2019.

JONG, W., MELNYK, M., LOZANO, L.A. et al. **Uña de Gato: fate and future of a Peruvian forest resource.** Bogor: CIFOR, 1999. 15 p. (Occasional paper, 22).

KRIPKA, R.M.L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D.L. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização.** *Revista de Investigaciones UNAD*, v.14, n.2, p.55-73, 2015.

LAIKOWSKI, Manuela Merlin. **Avaliação dos principais metabólitos secundários por espectrometria de massas atividade hipoglicêmica de *Salacia impressifolia* Miers A. C. Smith.** Dissertação (Mestrado), 2015. 129 f.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: A territorialização da racionalidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Epistemologia Ambiental.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LE MONDE, **Diplomatique Brasil. Desafios da Economia Solidária.** – 1. Ed. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LIMA, D.L.F. et al. **COVID-19 no estado do Ceará: comportamentos e crenças na chegada da pandemia.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v.25, n.5, p.1575-1586, 2020.

LITTE, P. E. **Gestão Territorial em Terras Indígenas:** Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA- AC; Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI – AC; Agência da GTZ no Brasil – GTZ. Rio Branco, 2006.

_____. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, v.28, n.1, p.251-290, 2004.

LOPES, D.B. **O movimento indígena na Assembléia Constituinte (1984-1988).** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

LORENZ, S. S. **Sateré-Mawé: os filhos do guaraná.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

LORENZ, Sonia da Silva, 2000, **Sateré-Mawé, Povos Indígenas do Brasil**, Instituto Socioambiental, São Paulo.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** 4.ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002. p. 384.

LORENZI, H., MATOS, F.J.A. **Plantas Medicinais no Brasil, nativas e exóticas.** Instituto Plantarum de estudos da flora LTDA, 2002.

LOUSÃO, A. **A participação política e os desafios da inclusão: aspectos normativos da teoria democrática.** *Diversitates*, v. 1, n. 2, p. 28-62, 2009.

LUCIANO, Gersém José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATOS, Maria do Socorro Pacó de. **Olhar das olhar das mulheres Sater-e-Mawé sobre o lixo.** / Maria do Socorro Pacó de Matos. – Manaus: EDUA, 2016.

MATOS, Maria Helena Ortolan. **Mulheres do movimento indígena: do espaço de complementaridade ao lugar da especificidade.** *IN: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero 9" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia".* - Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ / FUNAI, 2012.

MENDONÇA, A. P; FERRAZ, I. D. K. **Óleo de andiroba: processo tradicional da extração, uso e aspectos sociais no estado do Amazonas, Brasil.** *ACTA AMAZONICA.* Vol. 37 (3), 2007. p. 353-364.

MENDONÇA, G. S. **Relatório de estágio supervisionado em ensino de química.** Universidade Federal de Sergipe. Departamento de química. Itabaiana, 2016.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 ed. Petrópolis: Vozes.

MIRANDA, Elias Melo de. **Subsídios técnicos para o manejo sustentável da unha-de-gato no Vale do Rio Juruá, AC** / Elias Melo de Miranda, João Alencar de Souza, Rita de Cássia Alves Pereira. – Rio Branco: Embrapa Acre, 2001.

MONERETTO, Gabrielle da Luz. **Estudos da atividade biológica de Salácia impressifolia, Croton heterodoxus e triterpenos na homeostasia da glicose em modelos experimentais in vivo e in vitro.** Tese (Doutorado) – Florianópolis, SC, 2016. 146p.

MUSARRA, R. **Entraves ao uso e governança de recursos naturais na Amazônia Maranhense: limites e ferramentas da ação pública.** *Sociedade e Território*, v.31, n.2, p.9-26, 2019.

NASCIMENTO, C.G. **O consórcio de produtores de guaraná Sateré-Mawé da região do Rio Marau no município de Maués – uma contribuição para o ensino de economia sustentável.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

NASCIMENTO, S. P. **Baku, uma Tuxaua na Amazônia.** Solange Pereira do Nascimento. Manaus: EDUA, 2013.

NASCIMENTO, Antônio de Souza. **Etnodesenvolvimento na Amazônia brasileira: um olhar antropológico sobre a situação das famílias que vivem no extremo Baixo Rio Branco/RR.** 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras- UFRR, 2012.

NOGUEIRA, E. M. **Etnodesenvolvimento e educação indígena: problemas e perspectivas para a implantação do etnoturismo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), região Ingarikó - wii tîpî.**/Elizabete Melo Nogueira – 2013. 144f.

NUNES, A. T.; GAMARRA-ROJAS, G.; GAMARRA-ROJAS, C.F.L. **Jenipapo aproveitamento de frutas. Centro Nordestino de Informações sobre Plantas. Cartilha, Universidade Federal de Pernambuco. S/D.**

ÓLEOS ESSENCIAIS. Disponível em: < <https://www.oleosessenciais.org/oleo-de-cumaru>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

OLIVEIRA, A.B. **História e percepção ambiental de comunidades Sateré-Mawé.** Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

OLIVEIRA, A.C. **Etnodesenvolvimento – Teoria, institucionalização universitária e prática educacional.** In: LACERDA, P.M. (Org.). Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e educação. Rio de Janeiro: FAPERJ; e-Papers; LACED, 2014.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n. 1, 1996, p. 13-37.

PAIVA, Ignês Tereza Peixoto de. **O protagonismo indígena entre os Sateré-Mawé : lutas e resistências.** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

PEREIRA, C. F. *et al.* **Organização de controle social da produção agroecológica do guaraná selvagem (Paullinia cupana Khunt.): experiência da Associação dos Agricultores Familiares do Alto Urupadi, no município de Maués – Amazonas.** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, p. 1–5, 2018.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M.A; BRUNA, G.C. **Uma introdução à gestão ambiental.** In: PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M.A; BRUNA, G.C. (Orgs.). Curso de gestão ambiental. Barueri, SP: Manole. 2004. p. 03-15.

PIBSOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil. Sateré Mawé.** 2020. Disponível em: < https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Sater%C3%A9_Maw%C3%A9>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PINK, S. et al. (Orgs.). **Digital ethnography: principles and practice**. London: SAGE Publications, 2016.

NUSOKEN - PORTAL FILHOS DO WARANÁ. Consórcio de Produtores Sateré-Mawé. 2020. Disponível em: < Nusoken.com. >. Acesso em: 08.11.2020.

_____. Consórcio de Produtores Sateré-Mawé. 2020. Disponível em: < Nusoken.com. >. Acesso em: 02.08.2020.

_____. Consórcio dos produtores Sateré-Mawé. Disponível em: <http://www.nusoken.com/home>. Acesso em: 2 fev. 2020.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEVEDO G., A. **Silvicultura de La unha de gato: alternativas para su conservacion**. Iquitos: IIAP, 1995. 43 p.

RAMOS, D.F et al. **Brasil e Moçambique: colonização e imposição cultural**. Pensar Acadêmico, v.17, n.1, p.92-110, 2019.

REVILLA, J. **Plantas da Amazônia: oportunidades econômicas e sustentáveis**. Manaus: Inpa: Sebrae, 2001. p. 405.

RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SALLES, L.F.; ALENCAR, O.L.G. **Satisfação no ambiente de trabalho dos engenheiros civis da Comissão Regional de Obras da 8ª Região Militar**. Revista de Administração da UNI7, v.1, n.2, p.279-311, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza, (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHIMPL, F.C. **Teores de metilxantinas e metabolismo de cafeína em frutos do guaraná (*Paulinia cupana* var. *sobilis* Kunth)**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SEBRAE. **Certificações verdes**. Sustentabilidade: Relatório de Inteligência, v. junho, p. 1–6, 2016.

SHANLEY, Patrícia. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Patrícia Shanley, Gabriel Medina; Ilustrado por Silvia Cordeiro, Antônio Valente, Bee Gunn, Miguel Imbiriba, Fábio Strympl. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.

SHIRAKAWA, J. et al. **Salacia chinensis L. extract ameliorates abnormal glucose metabolism and improves the bone strength and accumulation of AGEs in type 1 diabetic rats**. Food & Function, v. 7, n. 6, p. 2508-15, Jun 2016.

SILVA, Dijalma Barbosa da. **Plantas da área verde da Super Quadra Norte 416 - Brasília, DF** / Dijalma Barbosa da Silva, Bruna de Sá Lemos. - Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2002. 147 p.

SILVA, E. J. S. ; BANDEIRA, K. L. C. **Culturas e Territórios Indígenas, Quilombolas e Ribeirinhos e direitos humanos**. In: Anais. V ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP – DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DIVERSIDADE. Belém, PA-2009.

SILVA, J.T. *et al.* **Diagnóstico e análise do movimento associativo indígena Payayá (MAIP)**. Anais da 6ª jornada de agroecologia da Bahia. V.4, nº 2, p. 148-236, 2019.

SILVA, L.S.R. *et al.* **Proposta de um modelo teórico para autogestão social e territorial em comunidade indígena Assurini, à luz da economia solidária, em Tucuruí, estado do Pará, Brasil**. Otra Economía, v. 12, n.21, p.69-92, 2019.

SILVA, R. A. *et al.* **Composição e propriedades terapêuticas do mel de abelha**. Alim. Nutr., Araraquara. V. 17.n1, p.113-120, jan/mar.2006.

SILVA, Raimundo Nonato Pereira da. **A cultura política dos Sateré-Mawé: a relação entre os povos indígenas e o Estado Brasileiro**/ Raimundo Nonato Pereira da Silva. 2014.

SINGH, R. G.; RATHORE, S. S.; WANI, I. A.; USHA; AGRAWAL, A.; DUBEY, G. P. **Effects of Salacia oblonga on cardiovascular risk factors in chronic kidney disease patients: a 76 prospective study**. Saudi Journal of Kidney Diseases and Transplantation, v. 26, n. 1, p. 61- 6, Jan 2015.

SOUZA, C. R. **Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.)** / Cíntia Rodrigues de Souza ... [et at.]. – Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2006. p.21.

SOUZA, V.R.F.P. **Desenvolvimento e associativismo indígena no nordeste brasileiro: mobilizações e negociações na configuração de uma sociedade plural**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. 280p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesevolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p. 13-56, 1985.

STRAUSS, A. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**/ Anselm Strauss, Juliet Corbin; tradução Luciane de Oliveira da Rocha – 2.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008.

SUFRAMA, Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Projeto de potencialidade regionais estudo de viabilidade econômica Guaraná**. Vol.6. Manaus, 2003.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena**. Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas, 2005.

UGGÉ, H. **As Bonitas histórias Sateré-Maué**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1993.

VASCONCELOS, A. F. F.; GODINHO, O. E. S.; 2002. **Uso de métodos analíticos convencionados no estudo da autenticidade do óleo de copaíba.** Química Nova, v.25, p.1057-1060, 2002.

VASCONCELOS, T.H.C.D.; Modesto-Filho, J.; Diniz, M.F.F.M.; Santos, H.B.; Aguiar, F.B.D.; Moreira, P.V.L. 2007. **Estudo toxicológico pré-clínico agudo com o extrato hidroalcoólico das folhas de *Cissus sicyoides* L. (Vitaceae).** Revista Brasileira de Farmacognosia, 17(4): 583-591.

VEIGA JUNIOR, V. F.; PATITUCCI, M. L.; PINTO, A. C. **Controle de autenticidade de óleos de copaíba comerciais por cromatografia gasosa de alta resolução.** Química Nova, São Paulo, v. 20. n.6. São Paulo, 1997.

VEIGA JUNIOR, V. F.; PINTO, A. C. **O Gênero *Copaífera* L.** Química Nova, São Paulo, v. 25, n.2, p. 273-286, 2002.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2013.

VIEIRA, L.S. **Fitoterapia da Amazônia: manual das plantas medicinais.** São Paulo: Agronômica Ceres, 1992. 347 p.

VILLAS-BÔAS, H.C.; BARRETO, L. **Mineração em terras indígenas: a procurar de um marco legal.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT/CNPq/CYTED/UIA, 2005.

WIESE, H. **Novo Manual de Apicultura.** Guaíba –RS. Editora Agropecuária LTDA. 292 p. 1995.

YAMÃ, Y. **Sehaypóri: o livro sagrado do povo Sateré-Mawé.** São Paulo: Petrópolis, 2007.

ANEXOS



CPSM- Consórcio dos Produtores Sateré Mawé

CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ, TERRITÓRIO INDÍGENA
ANDIRÁ-MARAU, AMAZONAS, BRASIL

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, SÉRGIO BATISTA GARCIA CPF _____

presidente do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé e representante da coletividade indígena da Comunidade Indígena Sateré-Mawé, na Terra Indígena Andirá-Marau (AM), declaro que estou de acordo com a realização da pesquisa do pesquisador Jean Reis de Almeida, CPF: _____, neste consórcio, que terá como tema: **ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM).**

A pesquisa tem como objetivo: Analisar as estratégias do povo Sateré-Mawé em torno da comercialização como forma de alternativa de renda sustentável e a proteção dos territórios por meio da criação de organizações. Acredito que os resultados da pesquisa serão relevantes para nossa comunidade. Por esta razão, autorizamos a realização de tal pesquisa.

Parintins - (AM), 23 de ABRIL de 2020.

Sergio Batista Garcia
Presidente CPSM
CPF: 18.750.497/0001-19

Assinatura do representante



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM).

Pesquisador: JEAN REIS DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 31370920.2.0000.5016

Instituição Proponente: Escola Superior de Artes e Turismo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.058.959

Apresentação do Projeto:

Trata-se da 2ª versão de projeto de pesquisa, nível de mestrado, cujo título é "Organizações Indígenas e as estratégias para a gestão do território: uma análise a partir do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)", área de Ciências Humanas (Subárea: Teoria, História Crítica da Cultura).

Objetivo da Pesquisa:

Conforme Parecer n. 4.016.885

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na 1ª versão, conforme Parecer n. 4.016.885: "RISCOS: Recomenda-se a leitura da Resolução 510/2016 sobre os riscos a fim de obter maior esclarecimento e, em seguida, inserir tanto nas (1) Informações Básicas quanto no TCLE um texto mais claro para os participantes da pesquisa sobre (1) os riscos quanto as (2) medidas para minimizá-los; ambos documentos devem ser anexados novamente na Plataforma Brasil com as retificações".

Na 2ª versão: "Para minimizar os riscos, constrangimentos ou possibilidades de danos à dimensão física, psíquica, moral, social, cultural ou espiritual em qualquer fase da pesquisa, a conduziremos pautando-nos em uma relação simétrica. Portanto, durante as entrevistas não serão feitas perguntas ou questionamentos que possam colocar as lideranças em situação de conflito umas com as outras, tais como questões internas ao Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) e ao

Endereço: Av. Carvalho Leal, 1777

Bairro: chapéu

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3878-4368

Fax: (02)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 4.050.959

Nusoken e a Associação. Para tanto, enviaremos previamente a relação das perguntas que serão discutidas durante as entrevistas, tal procedimento dará a liberdade para que o entrevistado opte por não responder perguntas consideradas inapropriadas. O local e horário da entrevista será combinado previamente, no qual possa haver privacidade para a execução das entrevistas presenciais, sendo utilizados fones de ouvido para o caso de entrevistas on-line. Faremos o possível para preservar a integridade das falas, sem alterar e sem colocar nenhum tipo de fala no que possa gerar conflitos entre os participantes”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

No Parecer n. 4.016.885, quanto à metodologia, foram recomendadas quatro alterações, conforme segue:

Na 1ª versão, sobre a ABORDAGEM DOS PARTICIPANTES: “Detailhar na Metodologia como será feita a abordagem dos participantes na categoria “produtores” e “luxauas”. Inserir nas Informações Básicas e anexar novamente na Plataforma Brasil”.

Na 2ª versão, o pesquisador responde nos seguintes termos: “Devido estamos enfrentando um período peculiar em decorrência da Pandemia do Covid-19, o contato com os sujeitos da pesquisa poderá ser intermediado pela tecnologia, caso isso ocorra serão utilizadas ferramentas de aplicativos como whatsapp, skype ou zoom para realizar as entrevistas”.

Na 1ª versão, conforme Parecer n. 4.016.885, sobre CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO: “Explicar quais os critérios utilizados para a inclusão de 16 participantes da pesquisa e, desse universo, quais serão os critérios de exclusão. Inserir nas Informações Básicas e anexar novamente na Plataforma Brasil”

Na 2ª versão foi complementado o seguinte: “Critério de Inclusão: A participação como colaborador da pesquisa segue os seguintes critérios de inclusão: ser indígena da etnia Sateré-Mawé, da região do Andra-Marau, residir na cidade de Parintins, estar vinculado a uma das associações Sateré-Mawé, ser maior de 18 (dezoito) anos, compreender e falar a língua portuguesa que servirá de base para a comunicação nas entrevistas assim distribuídas, sendo especificamente: a) líderes indígenas que participaram da criação do Consórcio Produtores Sateré-Mawé (CPSM); b) produtores mais ativos e antigos que permanecem associados ao consórcio até hoje; e c) membros da diretoria efetiva no consórcio e atuante ao conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Critério de Exclusão: Utilizamos como critérios de exclusão: a participação de membros do Consórcio que não são indígenas, indígenas menores de 18 (dezoito)

Endereço: Av. Carvalho Lessa, 1777

Bairro: Chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3878-4368

Fax: (92)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com



UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAZONAS - UEA



Continuação do Parecer: 4.050.959

anos, indígenas que não compreendem e não falam a língua portuguesa, indígenas que não participam das associações e/ou do Consórcio, portanto, que não acompanham as discussões sobre a comercialização dos produtos do Consórcio. Vale destacar que a pesquisa preza por critérios qualitativos, portanto, a seleção dos "sujeitos da pesquisa", pauta-se no tipo de representação e/ou atuação no contexto da temática foco do estudo. Assim, elegeu-se um grupo de pessoas que possuem forte atuação no Consórcio Nusoken, em busca de uma análise aprofundada sobre as suas dinâmicas, e não uma amostragem de proporção numérica (com pouco ou nenhum envolvimento com as questões intrínsecas ao Consórcio)".

Na 1ª versão, conforme Parecer n. 4.016.885, foi recomendado: "Inserir no tópico GRUPOS EM QUE SERÃO DIVIDIDOS OS PARTICIPANTES DA PESQUISA NESTE CENTRO, Informações Básicas, o quantitativo de cada categoria de participante da pesquisa: produtores, tuxauas e membros da CPSM, pois conta 0 (zero)".

Na 2ª versão a solicitação foi atendida.

Na 1ª versão, conforme Parecer n. 4.016.885, foi recomendado: "Inserir o roteiro dos questionários, pois este é um instrumento mencionado nas Informações Básicas e no Projeto Completo. Após, anexar na Plataforma Brasil".

Na 2ª versão, a recomendação foi atendida.

Na 1ª versão, conforme Parecer n. 4.016.885, foi recomendado: "Inserir o roteiro de observação, pois ele está junto com a entrevista, mas os elementos de uma entrevista são diferentes do que se vê, sente e percebe em uma observação In loco. Após, anexar na Plataforma Brasil".

Na 2ª versão, o pesquisador justifica a retirada deste instrumento de coleta de dados nos seguintes termos: "Resposta: Em razão da pandemia e refletindo sobre as observações realizadas pelo CEP, o roteiro de observação foi removido do projeto. Ficando assim "será construída de métodos que incluem investigação documental e levantamentos de percepções por meio de questionários, entrevistas para a coleta de dados. [...] Cabe destacar que essa estratégia somente será utilizada com o intuito de salvaguardar os sujeitos da pesquisa, seguindo-se todos os critérios de sigilo e ética em pesquisa, cabendo ao pesquisador a responsabilidade de proporcionar todas as ferramentas necessárias para o andamento das entrevistas.". Na página 17 do projeto corrigido".

Endereço: Av. Celso Luiz, 1777

Bairro: Chapada

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3878-4368

Fax: (02)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.050.959

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na 1ª versão, conforme o Parecer n. 4.016.885 foram recomendadas as seguintes alterações em relação ao TCLE:

*Segundo o Art. 17, Resolução 510/2016, recomenda-se que a pesquisadora siga a seguinte estrutura para o TCLE: I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa; II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa; III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum; IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa; V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver; VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa; VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver; VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa; IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Ainda sobre o TCLE, o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido deve conter apenas a seguinte expressão: "Li e concordo participar da pesquisa", seguida do espaço para assinatura ou identificação do participante. Após a retificação anexar na Plataforma Brasil".

Na 2ª versão o TCLE foi reformulado, anexado na Plataforma Brasil e atende a recomendação do CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av. Carvalho Lask, 1777
Bairro: chapeada CEP: 69.050-030
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3878-4368 Fax: (92)3878-4368 E-mail: cep.uea@gmail.com

Continuação do Parecer: 4.050.959

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_1547146.pdf	27/05/2020 23:25:44		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_JEAN.docx	27/05/2020 23:14:53	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito
Outros	25_05_ROTUIRO_ENTREVISTA.docx	27/05/2020 23:02:56	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	25_05_TCLE.docx	27/05/2020 23:00:17	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	25_05_Projeto_Mestrado_Jean_Reis.do cx	27/05/2020 22:59:00	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_plataforma_Brasil_Jean .pdf	27/05/2020 22:56:48	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito
Declaração de concordância	CARTA_ANUENCIA.pdf	04/05/2020 18:25:12	JEAN REIS DE ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 29 de Maio de 2020

Assinado por:
DOMINGOS SÁVIO NUNES DE LIMA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Carvalho Lessa, 1777

Bairro: Chapéu

CEP: 69.050-030

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (02)3878-4368

Fax: (02)3878-4368

E-mail: cep.uea@gmail.com

APÊNDICES

CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ, TERRITÓRIO INDÍGENA
ANDIRÁ-MARAU, AMAZONAS, BRASIL

CARTA DE ANUÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, _____ CPF _____,
presidente do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé e representante da coletividade indígena da Comunidade Indígena Sateré-Mawé, na Terra Indígena Andirá-Marau (AM), declaro que estou de acordo com a realização da pesquisa do pesquisador Jean Reis de Almeida, CPF: 000.000.000-00, neste consórcio, que terá como tema: **ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM).**

A pesquisa tem como objetivo: Analisar as estratégias do povo Sateré-Mawé em torno da comercialização como forma de alternativa de renda sustentável e a proteção dos territórios por meio da criação de organizações. Acredito que os resultados da pesquisa serão relevantes para nossa comunidade. Por esta razão, autorizamos a realização de tal pesquisa.

Assinatura do representante

Comunidade Indígena Sateré-Mawé (AM), _____ de _____ de 2020.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este é um convite para que o(a) senhor(a) participe voluntariamente, na condição de entrevistado, da Pesquisa “**ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E AS ESTRATÉGIAS PARA A GESTÃO DO TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ-MAWÉ (CPSM).**”, sob a responsabilidade do pesquisador JEAN REIS DE ALMEIDA, mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, endereço: Av. Leonardo Malcher, 1728 - Praça 14. Se precisar entrar em contato com o pesquisador pode fazê-lo no telefone (92)99468-8378 ou *e-mail*: adm.jeanreis@gmail.com. A pesquisa será realizada sob a orientação da Dra. Jocilene Gomes da Cruz, professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas, caso precise entrar em contado com a orientadora da pesquisa estão disponíveis duas formas de contato, telefone: (92)99135-6406 ou *e-mail*: jocilene.am@gmail.com.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as estratégias do povo Sateré-Mawé em torno da comercialização como forma de alternativa de renda sustentável e a proteção dos territórios por meio da criação de organizações. Como objetivos específicos, identificar os fatores que motivaram o povo Sateré-Mawé a se organizar por meio de organizações formais nos moldes da sociedade ocidental; contextualizar o processo de criação e consolidação do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé e a comercialização de produtos cultivados pelos indígenas, a exemplo do guaraná; e verificar os impactos do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé concernente à proteção dos territórios e a produção de renda através da comercialização considerada como produto bom, limpo e justo.

Os participantes da pesquisa devem ser indígenas da etnia Sateré-Mawé, ter mais de 18 (dezoito) anos, compreender e falar a língua portuguesa que servirá de base para a comunicação nas entrevistas. A participação na pesquisa será voluntária, a partir da coleta das informações através de entrevistas, que poderão ser efetuadas on-line e/ou presencialmente, com registros de fotografia, áudio e/ou vídeo. Dessa forma, solicitamos também sua autorização para divulgação ou não de sua identidade e eventuais imagens recolhidas durante a entrevista. O(a) senhor(a) tem o direito de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo à sua pessoa.

Quanto aos riscos, toda pesquisa envolve risco principalmente quando esta pesquisa abrange povos indígenas e para minimizar qualquer tipo de risco ou constrangimento, além da postura ética, se optou uma pesquisa que se pauta na relação simétrica, não contendo perguntas ou questionamentos que possa colocar as lideranças em situação de conflito provendo total liberdade para não responder perguntas que não agradem ao participante, além de proporcionarmos o acesso aos resultados da pesquisa. Será enviado após as entrevistas uma versão que os colaboradores, participantes da pesquisa possam se sentir seguros a cerca do que foi relatado e que será feito o possível para preservar as integridades das falas sem alterar e sem colocar nenhum tipo de fala no trabalho que possa gerar conflitos no consórcio.

O(a) senhor(a) não terá despesas participando da pesquisa, porém, caso aconteça, asseguramos ressarcimento total destas. Também asseguramos indenizações e cobertura material para reparação de eventuais danos comprovadamente causados durante a pesquisa, por parte do pesquisador responsável. Certificamos a assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação na pesquisa ao participante, pelo tempo que for necessário. O participante poderá ter acesso a informações no que tange aos resultados da pesquisa assim como acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

No que concerne os benefícios da pesquisa são coletivos, e com sua participação, se pretende viabilizar a compreensão e o fortalecimento da marca Nusoken através estudos voltados à comercialização do produto como resistência cultural e identitário como uma forma estratégica de buscar agregar valor de toda uma tradição do povo, gerando discussões,

debates com o intuito buscar políticas para o bem-viver preservando a biodiversidade e gerar uma economia para os indígenas.

Para qualquer outra informação, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável. Em caso de dúvidas sobre a ética desta pesquisa, você deverá ligar para o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas (CEP/UEA), localizada na Avenida Carvalho Leal, 1777 – Cachoeirinha, Manaus/AM, telefone (92) 3878-4368, e-mail: cep.uea@gmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, existente em todas as instituições públicas que realizam pesquisas com seres humanos no Brasil, com o objetivo de defender os interesses dos indivíduos participantes e assegurar o cumprimento dos padrões éticos de desenvolvimento de pesquisas.

O presente documento contém duas vias, que devem ter todas as suas páginas rubricadas, e assinadas na última página, pelo convidado a participante, pesquisador responsável e orientadora, devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Consentimento Pós Informação

- () Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;
 () Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Eu, _____,
 declaro que li e concordo em participar voluntariamente da pesquisa citada acima.

_____, ____ de _____ de 2020.

 Assinatura do participante



Impressão do dedo polegar
 Caso não saiba assinar

 Assinatura do Pesquisador Responsável

 Assinatura da Orientadora

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da Comunidade: _____ **Nº:** _____

Data: _____

ROTEIRO PARA TUXAUAS E DIRETORES DO CPSM**CONTEXTOS HISTÓRICOS DAS ORGANIZAÇÕES**

- 1. Como surgiu o Conselho Geral da Tribo Sateré –Mawé (CGTSM)?**
- 2. Como surgiu o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)?**

PROJETO VINTE QUILOS/ PROJETO WARÁ DE ETNODESENVOLVIMENTO

- 3. Qual a importância da gestão territorial dentro da TI Andirá-Marau?**
- 4. Qual a importância do projeto vinte quilos para o povo Sateré-Mawé? E como se encontra a situação atual da aldeia vinte quilos?**
- 5. Como você analisa o processo de desenvolvimento realizado pelo Consórcio na região?**
- 6. Quais são as preocupações socioambientais do projeto?**
- 7. Quais as ações que o projeto desenvolve? A comunidade se envolve? Quais são as transformações sociais ocorridas no território em função do projeto?**

COMERCIALIZAÇÃO CPSM

- 8. Quais os produtos comercializados pelo o Consórcio?**
- 9. O que o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé significa para você?**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____ **Idade:** _____
Comunidade: _____

ROTEIRO PARA OS PRODUTORES CPSM

- 1. Há quanto tempo você é associado ao CPSM?**
- 2. O que fez você se associar?**
- 3. Quantas pessoas da sua família sobrevivem desta(s) produção (ões) cultivada por você?**
- 4. Que/quais produtos você produz/comercializa?**
- 5. Como você considera a participação dos associados e a transparência do CPSM?**
- 6. Existe alguma capacitação realizada pelo CPSM?**
- 7. Como você considera a gestão do CPSM?**
- 8. O que o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé significa para você e para seu povo?**

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E ÉTNICO CULTURAL

NOME DA COMUNIDADE: _____ FORM.Nº. _____
 DATA: _____

INFORMAÇÕES GERAIS

1. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

- 1.1 Idade: _____ Sexo: () M () F
 1.2 Estado Civil: () casado () solteiro () viúvo ()amigado ()separado
 1.3 Local de Nascimento: ()Na própria comunidade ()Sede do Município de Parintins -
 () Outra comunidade: Qual _____
 () Outro Município Qual: _____
 () Outro Estado Qual: _____
 1.4 Tempo de Moradia na Comunidade : ()01 ano- ()02 a 04 - ()05 a 07 - ()08 a 10
 ()10 a 15 – ()15 a 20 – ()Mais de 20
 1.5 Sempre morou na comunidade: () sim () não
 1.6 Caso a resposta seja NÃO, quais motivos para vir morar na comunidade?:
 () Infraestrutura e serviços- ()Trabalho- ()Ficar próximo aos familiares
 () Gostar do lugar
 () Outros Quais: _____

2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

- 2.1- () Nuclear- Quantas pessoas: _____ ()Extensa- Quantas famílias _____ Total de pessoas: _____

3. MOBILIDADE

- 3.1 Tipos de transporte utilizados pelos moradores dentro comunidade:
 () Moto - ()Bicicleta - ()Triciclo - ()Outros
 Quais: _____
- 3.1.2 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir às outras comunidades rurais:
 ()Barco - ()Canoa - () Rabeta- () Moto- ()Outros-
 Quais: _____
- 3.1.3 Tipo de transportes utilizados pelos moradores para ir à cidade de Parintins:
 ()Barco de Linha - ()Canoa - ()Rabeta - () Outros.
 Quais: _____
- 3.1.4 Qual a frequência com que o Sr(a) Vai a cidade?
 () Diariamente - ()Semanalmente - ()Mensalmente- ()Bimestralmente –
 ()Semestralmente - ()Anual
- 3.2 OCUPAÇÃO/RENDA
- 3.2.1 De onde vem a PRINCIPAL renda familiar:
 ()Agricultura - ()Pesca - ()Artesanato - ()Extrativismo - ()Funcionário Público ()Bolsa Família- ()Aposentadoria () Outros Qual: _____
- 3.2.2 No caso da Agricultura, quais os principais culturas:
 ()Guaraná – ()Mandioca - ()Macaxeira - ()Frutos - () Hortaliças - ()Farinha - ()Plantas medicinais- ()Juta e/ou Malva-() Outros? Quais: _____
- PREENCHER NO CASO DE PESCADOR
- 3.2.3 No caso da Pesca, quais as principais espécies capturadas:

- 3.2.4 Como é realizada a pesca: ()Sozinho- ()Em grupo- ()Com familiares
- 3.3 Comercialização dos Produtos oriundos da atividade agricultura
- 3.3.1 Locais de Comercialização: ()Na própria comunidade - ()Cidade de Parintins - ()Maués –
 ()Outros municípios - ()Outros Estados

3.3.2 -Forma de Comercialização: ()Atravessador - ()Comerciante - ()Direto ao consumidor

4- RENDA FAMILIAR:

() Não tem renda nenhuma () Até 1 salário mínimo () Até 2 salários mínimos () Até 3 salários mínimos
() Até 4 salários mínimos () 5 salários mínimos ou mais

5. RENDA SOCIAL: BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS RECEBIDOS PELOS MORADORES

()Bolsa Família - ()Auxílio Doença INSS - ()Aposentadoria - ()Pensão –()Outros

6. HABITAÇÃO

6.1 Tipo de construção: ()Alvenaria ()madeira ()palha ()taipa ()mista especificar:

6.2- Tipo de cobertura: ()amianto -()alumínio -()barro - ()palha-

() Outros: _____

6.3- Nº de cômodos: _____ Nº de banheiros: _____. -Dentro da casa: _____ .Fora de casa: _____

7. INFRA- ESTRUTURA

7.1 - Água: () encanada - ()poço artesiano -()cacimba -()igarapé - ()chuva

Outro: _____

7.2- A água é tratada: () não - ()sim. Qual: ()Clorada - ()Fervida - ()Filtrada- ()Coadada –

()Outros: _____

Esgoto: Destino dos Dejetos

7.3 : rede de esgoto: ()fossa séptica (banheiro dentro de casa) ()fossa negra (banheiro fora de casa “ casinha”) Outro : _____

Lixo:

7.4. - Lixo: ()queima - ()enterra no quintal - ()joga a céu aberto .Onde: _____

Energia:

7.5-Energia elétrica: ()sim : () rede pública- ()Programa “Luz para todos” -() motor ()não - iluminação a: ()querosene ()vela outro: _____

8. ACESSO AOS SERVIÇOS: SAÚDE

8.1 - Quando adoecer vai ao: ()Hospital na cidade - ()posto de saúde da comunidade - ()rezador - ()usa ervas medicinais - ()outros _____

8.2- Quais as doenças mais frequentes entre os adultos?

() malária () febre amarela () gripe () verminose() escabiose () desidratação () hepatite () catapora
() sarampo () diarreia () cólera () acidentes ofídicos () problemas respiratórios () acidentes de trabalho
() Outros: Quais _____

8.3- Qual a forma mais comum de tratar as doenças?

()Remédio caseiro - ()remédio sem orientação médica -() remédio com orientação médica

8.4- Em caso de doenças graves como vocês fazem: _____

8.5- Ainda utilizam ervas medicinais para curar algumas doenças ()sim - ()não

8.6- Considera os serviços de saúde: ()ótimo -()bom - ()regular -()péssimo - ()nunca utilizou - ()não sabe informar

8.7- Onde fazem os partos? ()casa - ()hospital - ()posto de saúde - ()outros _____

9. EDUCAÇÃO

9.1- Quantas pessoas na família estudam: _____

9.2- Grau de Instrução: ()Não alfabetizado- ()Ens. Funda. Incompleto - ()Ens. Fund. Completo - ()Ens. Médio Incompleto -()Ensino Médio Completo – () Universitário

9.3- Tem crianças em idade escolar fora da escola: ()sim quantas: _____() não

10. MEIOS DE COMUNICAÇÃO/ INFORMAÇÃO/ EQUIPAMENTOS:

Quais os meios de comunicação que você utiliza?

() Telefone público - () Telefone celular - () Outro : _____

10.1 - Como você se mantém informado?

() Rádio - () Televisão - () Jornais - () Revistas - () Outros Qual: _____

10.2- Eletrodomésticos que existem nas residências:

() TV - () Rádio - () Geladeira - () Fogão () Parabólica - () Aparelho de Som - () DVD -
Outros . Quais: _____

11. SEGURANÇA

11.1- Quais os principais problemas de segurança na comunidade:

12. FORMAS DE LAZER:

12.1 () Futebol - () Festas Dançantes - () Festas de Santos - () Visita de Amigos - () Leituras - () Outros
Jogos- () Banhos nos rios e lagos - () Assistir Televisão - () Outros

.Quais: _____

13. COMO OCORRE A CIRCULAÇÃO DA CULTURA

13.1 Na comunidade ocorre festas tradicionais? () Sim () Não

Caso positivo relatar quais são e qual a periodicidade delas:

_____ 13.2 A
comunidade realiza algum ritual de iniciação?

14. USOS DO TERRITÓRIO

14.1 A sua produção é desenvolvida de que forma?

() Individual/familiar () Coletiva/comunitária () A maior parte individual, a menor parte coletiva ()
Individual e coletiva, em partes iguais () A maior parte coletiva, a menor parte individual

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

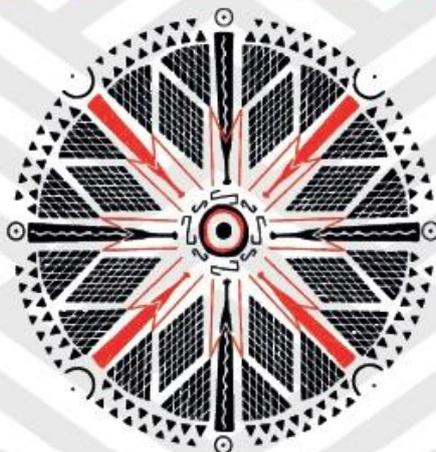
Nome da Comunidade: _____ **Nº:** _____

Data: _____

1. Entrada e saída de moradores da comunidade
2. Periodicidade da embarcação da saúde.
3. Visita periódica do CPSM (como é a estrutura do escritório/ movimentação da chegada e saída dos produtos/ como é exposto o produto para vendas).
4. Características gestuais / físicas • postura típica • ritmo do movimento • impacto da presença física • características dos gestos • contato visual • característica da voz (exemplo: alto, suave, fluente, parada) • tom da voz
5. Roçados e Plantações/Manuseio (como plantam/quais técnicas utilizadas).

CATALAGO PROPOSTO PARA O NUSOKEN

CATÁLOGO DOS PRODUTOS



NUSCKEN



IMOcert



WARANÁ (GUARANÁ)



As propriedades do guaraná (waraná) contém até 5% de cafeína, seu teor de cafeína são maiores que do próprio café (1ª 2%), erva mate (1%) ou cacau (0,7%). É rico em fósforo, potássio, tanino e vitaminas, suas propriedades medicinais contém antitérmico, antineurálgico, antidiarréico, analgésico, antigripal e estimulante. O guaraná age também sobre o sistema nervoso, ajudando a combater a fadiga, a estimular a atividade cerebral e manter os níveis de energia durante atividades físicas intensas.

O nome científico do Mirantã ou Marapuama é *Ptychopetalum uncinatum* A., e pode ser encontrada na forma de folhas frescas ou na forma de cascas picadas e secas.

O mirantã auxilia com sucesso no tratamento de neurastenia com impotência, frigidez, calvície, paralisias faciais assim como o reumatismo crônico além de ser um poderoso afrodisíaco natural.

MIRANTÃ



Produtos Naturais em Pó



NUSCKEN

MUIRARUÍRA



C. sicyoides expõe nomes populares, tais como: muiraruíra, cipó-anil, insulina vegetal, cipó-pucá, anil trepador. O chá das partes aéreas de C. sicyoides é usado na medicina popular como hipoglicemiantes, anti-hipertensivo e antitérmico. Até mesmo utilizado em enfermidades hepáticas, no tratamento das doenças do coração. Proporciona ação anticonvulsivante, sendo por este motivo utilizado em casos de epilepsia e derrame cerebral. Além disso tem efeito antialérgico, citostático, antibacteriano e gastoprotetor. Usado em estado natural no combate ao diabetes, regulariza a taxa de glicose do sangue.

UNHA DE GATO

A unha de gato (*Uncaria tomentosa*) é um cipó trepador lenhoso. É utilizado de forma doméstica por populações tradicionais, para tratamento de desintéria, reumatismo, diabetes, câncer no trato urinário e digestivo, cirrose, gastrite, inflamação, tumores, febres e abscessos, além de cicatrizante, analgésico e antifugo.



Produtos Naturais em Pó



03

IPÊ ROXO



O Ipê-roxo (*Tabebuia avellanadae*) é tido como poderoso auxiliar no combate a alguns tipos de tumores cancerígenos, além de ser utilizado frequente também como analgésico, anti-inflamatório, antifúngico e antibiótico e como auxiliar no tratamento de doenças estomacais e de doenças de pele.

O urucum (*Bixa orellana*), em pó é utilizado como condimento para dar cor aos alimentos. Contém vários compostos vegetais, com propriedades antioxidantes, terpenoides, flavonoides e tocotrienóis.

Ajudam a neutralizar moléculas que podem danificar células e levar ao surgimento de doenças como câncer, distúrbios cerebrais, doenças cardíacas e diabetes.

URUCUM



Produtos Naturais em Pó



04

CUMARÚ



O óleo do cumaru (*Dipteryx odorata*) é cardiotônico, fortificante do coração e que age com propriedade antiespasmódica, que melhora quadro de cólica uterina, combate os sintomas da asma, regulariza a o fluxo da menstruação, contribui para a desintoxicação do organismo. Suas propriedades sedativas, broncodilatadoras e anti-inflamatórias no tratamento de dores de ouvido, além de empregar xaropes ou mel e também para aromatizar tabacos, rapé bebidas ou chocolates.

MEL DE ABELHA

O mel de abelha (*Scaptotrigona Depilis*) tem uma absorção mais fácil que o açúcar pelo corpo, ajuda na digestão e na eliminação de toxinas, enquanto que o açúcar refinado favorece o acúmulo de gorduras.

O mel de abelha é considerado medicinal, rico, em bactericida, energéticas, antioxidante, com propriedades medicinais para os sistemas circulatório e respiratório.



Produtos Naturais em Óleo



NUSKIKEN

05

COPAÍBA



O óleo de copaiba (*Copaifera Longsdorffii*) é uma matéria-prima importante por ter suas propriedades como bactericida e anti-inflamatório. É indicado para tratamento de feridas, eczemas, infecções na garganta, tosse, gripe, urticárias, furuncos, seborreias. Por ser um excelente fixador, assim como nas indústrias de cosméticos, sabonetes, cremes e espumas de banho, xampus, cremes condicionadores, loções hidratantes e outros.

A própolis (*Apis mellifera L.*) tem sido utilizada para fins terapêuticos, é rico em aminoácido, vitaminas. Vários trabalhos científicos têm demonstrado que a própolis apresenta atividades bactericidas, bacteriostáticas, antifúngicas, analgésicas, cicatrizantes, anti-inflamatórias, antioxidantes, entre outras.

PROPÓLIS



Produtos Naturais em Óleo



NUSKIKEN

06

ANDIROBA



A andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) é utilizado para contusões, inchações, reumatismo e como cicatrizações. Esfregando-se sobre o local machucado. Atua como protetor solar, repelente natural, contra parasitas (piolhos), pode ser aplicado nas feridas, picadas de insetos e coceiras em geral.

TINTA DE JENIPAPO

Tanto a casca quanto o fruto do jenipapo (*Genipa americana*) contém substância corante que em combinação com a proteína epidérmica, desenvolve aos poucos uma coloração negra notavelmente fixa. Os indígenas essa substância corante para tatuagem e para pintar seus corpos, nos rituais e como proteção contra picadas de insetos.



Produtos Naturais em Óleo



07

Na Terra Indígena Andirá-Marau, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) protege e cultiva a biodiversidade da floresta que abriga o único SANTUÁRIO ecológico e cultural do GUARANÁ do mundo.

Existe um lugar onde ficam os moldes de pedras de todos os seres vivos da floresta e de toda a arte dos Mawé. Chama-se Nusoken, o lugar das pedras, o que é original e nativo vem de lá.



Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé
Rua Leopoldo Neves, 516 - Parintins-AM
CEP: 69151-065
CNPJ: 10.750.497/0001-19
e-mail: cpsm@nusoken.com
www.nusoken.com

92 99463-3740 nusoken nusokenoficial